

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CÂMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

RAILSON PEREIRA DA SILVA REIS

**NORMAS DE GÊNERO DIANTE DO ESPELHO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA DE UMA MULHER TRANSEXUAL GRAJAUENSE**

GRAJAÚ
2018

RAILSON PEREIRA DA SILVA REIS

**NORMAS DE GÊNERO DIANTE DO ESPELHO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA DE UMA MULHER TRANSEXUAL GRAJAUENSE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Câmpus de Grajaú, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara.

Grajaú
2018

Reis, Railson Pereira da Silva.

Normas de gênero diante do espelho: o processo de construção identitária de uma mulher transexual grajauense / Railson Pereira da Silva Reis. – 2018.

90 f.

Orientador: Ramon Luis de Santana Alcântara.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Humanas – Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2018.

1. Gênero. 2. Identidade. 3. Subjetividade. 4. Preconceito. 5. Transexualidade. I. Título.

RAILSON PEREIRA DA SILVA REIS

**NORMAS DE GÊNERO DIANTE DO ESPELHO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA DE UMA MULHER TRANSEXUAL GRAJAUENSE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Grajaú, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Ma. Patrícia Costa Ataíde

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Esp. Heline Maria Furtado Silva

Universidade Federal do Maranhão

Dedico esta monografia a Rebeca, Dandara, Lili Elbe e toda a população LGBT. Para minha mãe, meu pai, minhas irmãs e meus sobrinhos. Para meus/minhas amigos/as e colegas de curso. Para todos/as aqueles/aquelas que contribuíram de alguma forma com esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Osvaldina pelo apoio e incentivo ao longo da vida e do curso. Por todas as noites em que estive me aguardando chegar da universidade, pelos ensinamentos e o seu amor incondicional.

Ao meu pai Raimundo que sempre batalhou muito para garantir o sustento de nossa família. Pelo zelo e suporte que teve durante todos esses anos com nossa família e o nosso lar, pela humildade e caráter que possui.

A minha irmã Nathália que acompanhou de perto todo o meu trajeto de vida pessoal e acadêmico, me sustentando sempre que precisei. A minha irmã Michaela que cuidou dos irmãos mais novos sempre que necessário. A minha irmã Gislayne que também cuidou da gente. Agradeço as três por todos os momentos compartilhados, de alguma forma acrescentaram em minha vida e contribuíram com o atual momento.

A Rebeca (nome fictício dado à mulher entrevistada para a pesquisa) que sempre se dispôs a contribuir. Obrigado pela atenção, prestatividade e acima de tudo, pela confiança em expor sua vida. Você só evolui como uma forte representatividade para travestis, transexuais e pessoas LGBT's em Grajaú – MA.

Ao meu orientador professor Dr.º Ramon Alcântara, pela paciência, incentivo e apoio. Obrigado por abraçar a temática desde o início, me conduzindo nos primeiros passos pelos caminhos da pesquisa. Grato também, pelos ensinamentos de todos/as os/as professores/as com quem tive a oportunidade de aprender, em especial a Prof.^a Ma. Patrícia Ataíde, o Prof.º Me. Ubiratane Rodrigues e o Prof.º Me. Samir Casseb que partiu há pouco tempo, mas deixou um grande legado, vocês são referências para mim.

A meus/minhas amigos/as e colegas de turma pelos anos de convivência, pelos enfrentamentos em conjunto das dificuldades, pela empatia mútua, pelos aprendizados coletivos e por todos os inúmeros momentos compartilhados. Vocês tiveram significativa contribuição em meus progressos desde o início do curso até o presente momento. Tivemos uma linda caminhada na qual cada um/uma superou os próprios limites. Guardarei com imenso carinho cada um/uma de vocês no coração, obrigado por tudo.

Por fim, agradeço a Deus por ter permitido todos esses acontecimentos em minha vida, por ter colocado pessoas incríveis em minha jornada, pelo cuidado que tem comigo e por permanecer ao meu lado.

RESUMO

Esta monografia analisa o processo de construção identitária de uma mulher transexual. Para tanto, busca-se discutir os principais pontos dentro da temática, a partir dos quais são citados os aspectos históricos de vida mais marcantes para ela no que diz respeito à construção de sua identidade. Além disso, busca identificar por meio das vivências da entrevistada, a representação social que a cidade de Grajaú - MA tem sobre o tema da transexualidade, bem como analisar o processo de subjetivação na construção da identidade da mulher trans. Para examinar as vivências do sujeito pesquisado, visando coletar os dados esperados pela pesquisa, foi necessário utilizar o método História de Vida. Para as análises dos dados coletados, foram utilizados estudos bibliográficos em conjunto com a análise do discurso em Michel Foucault. A pesquisa aponta para a complexidade deste assunto e a importância do conhecimento da sociedade sobre o tema, uma vez que o contexto social representa um elemento fundamental na construção subjetiva e identitária dos sujeitos. Preconceitos e discriminações fundamentados na religião, juntamente com o saber médico por muito tempo patologizante, mostram a repressão da sociedade contra as identidades "transgressoras". Nesse sentido, desmistificar as ideias deturpadas e conceitos distorcidos pré-formados sobre a transexualidade, caracteriza uma estratégia necessária para se pensar na promoção da igualdade de direitos e de oportunidades diante da diversidade de gênero e de sexualidade. Conclui que a mulher transexual constrói sua identidade nas relações de gênero, que se configuram como relações de poder, expressando sua resistência diante dos discursos conservadores, que visam estereotipá-las e, assim, inferiorizá-las. Aponta, com base nas análises das falas da entrevistada e nas reflexões de Berenice Bento, que não existe uma identidade transexual universal, mas sim "posições identitárias" no sentido provisório do termo, uma vez que se organizam através de redes de identificações efetuadas através de negações e afirmações baseadas nas representações sociais de homem e mulher.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Subjetividade. Preconceito. Transexualidade

ABSTRACT

This monograph analyzes the process of identity construction of the transsexual woman. In order to do so, it is sought to discuss the main points within the theme, from which the most important historical aspects of life are mentioned, with respect to the construction of its identity. In addition, it seeks to identify, through the experiences of the interviewee, the social representation that the city of Grajaú - MA has on the subject of transsexuality, as well as to analyze the process of subjectivation in the construction of trans woman identity. To examine the experiences of the researched subject, in order to collect the data expected by the research, it was necessary to use the method of the History of Life. As analyzes of the collected data, bibliographic studies were used in conjunction with Michel Foucault's discourse analysis. The research points to the complexity of this subject and the importance of the knowledge of society on the subject, since the social context represents a fundamental element in the subjective and identity construction of the subjects. Prejudices and discriminations based on religion, along with pathological medical knowledge, show society's repression against "transgressive" identities. In this sense, demystifying misconceptions and distorted preformed concepts about transsexuality characterizes a strategy necessary to think of the promotion of equal rights and opportunities in the face of gender diversity and sexuality. It concludes that the transsexual woman constructs her identity in the gender relations, which are configured as power relations, expressing her resistance to the conservative discourses, which aim to stereotype them and, thus, to lower them. It points out, based on the analyzes of the interviewee's speeches and the reflections of Berenice Bento, that there is no universal transsexual identity, but rather "identity positions" in the provisional sense of the term, since they are organized through networks of identifications carried out through of denials and affirmations based on the social representations of men and women.

Key words: Gender. Identity. Subjectivity. Preconception. Transsexuality

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AVC	Acidente Vascular cerebral
BSH	Brasil Sem Homofobia
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNS	Cartão Nacional de Saúde
GGB	Grupo Gay da Bahia
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ONG	Organização Não Governamental
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGEU	Transgender Europe
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS.....	20
3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE UMA MULHER TRANSEXUAL.....	29
3.1 Família e corpo: a importância desses marcadores sociais no processo de construção da identidade de Rebeca	30
3.2 “Não, eu não sou travesti, sou uma mulher transexual!”: idealizações do ‘ser mulher’ e demarcações identitárias	43
3.3 “Era só mais um viadim na sala”, “Nossa, você parece mulher!”, “De onde foi que veio aquilo?”, “O que é aquilo?”, “É homem ou mulher?”: experiências escolares	53
4 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO EM UM CONTEXTO DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES	64
4.1 “O pouco que eu vivi foi dolorido”: preconceitos na família e nos relacionamentos amorosos	64
4.2 “Já tentei emprego numa loja... Não me quiseram.”: o mercado de trabalho e as ações discriminatórias	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE 01 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89
APÊNDICE 02 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a sociedade construiu “verdades absolutas” sobre os diversos campos que regem as organizações sociais dos sujeitos. Neste sentido, normas de gênero foram estabelecidas para que os indivíduos seguissem às riscas, no intuito de fazer prevalecer a coerência do gênero com o sexo. Pensar sobre as experiências que escapam as ordens de gênero mostra-se necessário para se questionar tais verdades que dominam as condutas humanas, viabilizando ampliar os horizontes das pessoas sobre a multiplicidade das vivências.

Necessário pensar sobre isso em Grajaú, município localizado na mesorregião Centro Maranhense (IBGE, 1990), também situado a pouco mais de 560 km da capital do estado, possui 207 anos desde a sua fundação. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui pouco mais de 62 mil habitantes. O município é diverso quanto a sua composição étnico-racial, pois, possui negros, brancos, pardos e povos indígenas.

Com relação aos aspectos que interessam para que a discussão seja desenvolvida, apresento inicialmente que a sociedade local é caracterizada por conservadorismos, preconceitos e intolerâncias ao se tratar de vivências que não correspondem à lógica vagina/feminino/heterossexual e pênis/masculino/heterossexual. A delimitação das normas de gênero (masculino e feminino) tidas como inquestionáveis, bem como da sexualidade (heterossexual) em tal cidade, abre espaço para inúmeras formas de preconceitos, insultos, agressão física e moral contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT¹.

É comum e visível nos diferentes espaços sociais da cidade relações de poder acirradas frente à diversidade de gênero e da sexualidade, onde as tentativas em cristalizar o binarismo do gênero e da heterossexualidade como padrão inquestionável faz-se presente através de ações preconceituosas e discriminatórias. A partir de minhas vivências pessoais e ouvindo relatos de amigos/as e pessoas com quem tive a oportunidade de conversar no decorrer da vida na cidade, percebi que olhares, insultos, até a própria violência física direcionada a pessoas LGBT’s acontecem de forma comum em diferentes situações e ambientes da cidade, expondo certa naturalização dos preconceitos. É comum para o LGBT grajauense passar por algum constrangimento, agressão, ou desrespeito ao longo de sua vida.

¹ Uma das siglas utilizadas por movimentos LGBT’s no Brasil e em diversos países para se referir a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros como representantes da diversidade sexual e de gênero.

Destaco a cultura conservadora da cidade, herdada das colonizações cujas bases estão sob o deturpado fundamentalismo religioso. Em suma, Grajaú possui uma população em sua grande maioria cristã, em seus bairros é comum se deparar com Igrejas evangélicas ou católicas em uma rua ou em outra. Além disso, os discursos doutrinários dos quais os sujeitos utilizam-se deles na fundamentação de preconceitos não estão limitados no âmbito dos espaços religiosos. Cultos ao ar livre em espaços públicos, noites de louvores em ambientes festivos, concursos *gospels*², programas em rádio, procissões dentre outras manifestações religiosas, são preponderantes ao longo do ano.

Há, também, a histórica Igreja Catedral Nosso Senhor do Bonfim, fundada no ano de 1941. A construção arquitetônica simboliza a fé católica, além disso, é também símbolo oficial do cartão postal da cidade. Nela são realizadas missas, procissões, festejos dentre outras manifestações religiosas, mostrando ser a religião de fato algo muito profundo para a população grajauense. Afirmo, pois, não posicionar-me contra as diferentes manifestações religiosas existentes, resalto o respeito que tenho por todas elas, entretanto, busco analisar as raízes do conservadorismo presente na sociedade de Grajaú, onde os discursos preconceituosos indicam em certos momentos uma matriz religiosa, e em outros uma matriz médico-patologizante.

Assim sendo, preconceitos são travestidos da ‘palavra sagrada’, o amor ao próximo é submerso em um mar de intolerância onde os indivíduos que não correspondem com a lógica posta anteriormente (vagina/feminino/heterossexual e pênis/masculino/heterossexual) são endemonizados, conforme mostra esse trecho na fala da entrevistada: “Tu vai queimar no fogo do inferno”. Não é raro se deparar com discursos preconceituosos que possuem justificativas na religião, seja na rua, no trabalho, na família, na escola ou na universidade.

Em Grajaú o movimento militante LGBT ainda é fraco, e se resume a pouquíssimos grupos de pessoas dos quais um ou dois militam ativamente. Além disso, não há nenhuma representatividade política para essa comunidade, o que possibilita aos discursos heteronormatizadores e homofóbicos atuarem de forma livre. Somado a isso se tem a deficiência de discussões sobre o assunto nas instituições de ensino, que muitas vezes até contribuem prolongando “ignorâncias” que interferem nas diferentes formas de um indivíduo viver seu gênero e sua sexualidade.

Estas instituições de ensino que poderiam atuar combativamente contra esses discursos retrógrados que incitam a violência, reprimem e tentam inferiorizar quem não segue

² Termo que vem do inglês e representa um estilo de música religiosa predominantemente evangélica.

os padrões, não dando a devida atenção para o problema. Com isso, torna-se mais fácil invisibilizar as discussões de gênero e de sexualidade – que por sinal estão presentes em todos os ambientes de socialização – do que problematizar a pluralidade dos sujeitos, quando esta foge do que me foi dado como verdade inquestionável. A partir disso, do desconhecimento, é consolidado e reproduzido preconceitos e discriminações.

Aponto, inclusive, a resistência das instituições de ensino em pôr em pauta o assunto, em decorrência das heranças coloniais do padrão eurocêntrico (homem-branco-heterossexual-cristão) e das intolerâncias entranhadas na sociedade, rejeitando os que não correspondem com as “verdades absolutas” construídas histórica e culturalmente. É interessante pontuar também o caráter que a escola possui em produzir o binarismo de gênero e a heterossexualidade hegemônica. Desta forma, são apresentadas algumas das dificuldades em trazer para as instituições de ensino temas referentes às variações das normas que dominam o campo social.

Dentro da população LGBT, a qual aprende desde cedo a lidar com as diferentes manifestações de preconceitos, há a população trans, de travestis, intersexo, trans não-binários, transexuais dentre outras diversas expressões do gênero. Aqui, centralizo a pesquisa em torno das pessoas transexuais justamente por está analisando o processo de construção da identidade de uma mulher transexual, entretanto, ora ou outra insiro as travestis na discussão por elas compartilharem praticamente das mesmas vivências de pessoas transexuais.

As pessoas transexuais ao longo do tempo e em especial atualmente, sempre estiveram às margens da sociedade. Direciono-me a eles/elas devido serem uma das minorias mais hostilizadas na sociedade, não bastando terem de se deparar com os medos, confusões e questionamentos internalizados ao tomarem conhecimento de que seu sexo não está em conformidade com seu gênero, tais pessoas são condicionadas a enfrentar cotidianamente uma conjuntura social que os posicionam as margens da sociedade.

Transexuais tendem a reivindicar o reconhecimento social do gênero com o qual se identificam através de variadas formas que buscam a aproximação do ideal de homem ou de mulher, porém, a sociedade não os identifica se quer como pessoas. Eles/elas aprendem a conviver desde cedo com a negação de suas próprias identidades ao serem tratados/as como gays ou lésbicas.

Diante de minhas inquietudes com relação à opressão desumana que as pessoas transexuais tendem a enfrentar, desde a evasão escolar; expulsão de casa; negação de emprego; negação da própria identidade; idealizações físicas deturpadas; fetichismo sobre seus corpos; associação da mulher trans à prostituição, tráfico e roubos; idealização de

doentes mentais; surras, insultos, constrangimentos e mortes, pretendo, assim, explorar analiticamente as vivências de uma mulher transexual. A partir de sua experiência de vida, busco trazer para o âmbito acadêmico a discussão sobre a transexualidade. Tendo em vista os evidentes preconceitos em uma das maiores instituições formadoras de professores da cidade, do estado e do país, é imprescindível refletir sobre a diversidade de gênero e sexual que compõe a identidade dos indivíduos.

Em minhas buscas por referenciais bibliográficos sobre a transexualidade, pude perceber uma carência no que diz respeito a produções científicas sobre o tema. É evidente que há profissionais que se debruçam sobre o assunto, dos quais destaque-se Berenice Bento, todavia, os achados científicos em suma são consideravelmente poucos quando comparados a outros recortes dos estudos de gênero e da sexualidade.

Sobre essas evidências ressalto a importância da produção de conhecimentos científicos a cerca da transexualidade, uma vez que o tema possui suas especificidades que inclusive contribuem de forma significativa para os debates entorno do gênero e da identidade. É, pois, a insatisfação diante da fragilidade na abordagem do tema que me motiva a buscar compreender o processo de construção identitária da mulher trans grajauense. Do ponto de vista científico, a pesquisa poderá fazer suas contribuições somando com as produções que buscam problematizar as normas de gênero por meio das análises sobre o processo de construção da identidade.

No que concerne ao contexto social, esta pesquisa se propõe a contribuir com avanços referentes à visibilidade e informação sobre a população trans, ouvindo as vozes que sofrem tentativas de silenciamento de forma constante. Diante do problema social no qual as pessoas trans estão inseridas, ter um olhar sensível voltado para a causa, escutando e analisando uma história de vida que represente essa população, simboliza uma questão política em afirmar a existência dessas identidades, bem como a importância delas para a construção de uma sociedade igualitária nos direitos e nas oportunidades.

Com base no que foi dito acerca da transexualidade, retomo a discussão reafirmando a dureza que é para as mulheres transexuais em específico, terem de conviver ao longo de suas vidas com a hostilidade que é direcionada a elas. A descoberta do corpo sexuado desencadeia inúmeros fatores internos e externos ao sujeito. Atentando-nos para os aspectos sociais, veremos a receptividade cruel da sociedade diante de um indivíduo que se dispõe de características performáticas cujo gênero é oposto ao seu sexo. Deixando claro que é, pois na família que a mulher transexual tem de certo modo o primeiro contato com o preconceito. Em

seguida tem o campo social, seja na escola, na rua, no trabalho, no momento de lazer dentre outros (BENTO, 2009).

Ao realizarmos a empatia de tentar nos enquadrar na experiência transexual, é no mínimo angustiante para quem tem essa sensibilidade ter uma noção dos constrangimentos que tais pessoas passam cotidianamente (BENTO, 2009). A produção de uma caprichada maquiagem, longas horas de cuidados com os cabelos, a escolha do *look* perfeito, entre outros “truques” para disfarçar os caracteres que denunciam o gênero oposto ao que se busca ter, denotam a preocupação e os cuidados que muitas mulheres transexuais têm em performar socialmente o gênero com o qual se identificam. Com isso, objetivam aproximar-se ao máximo das representações sociais do ideal de mulher.

Contudo, a piada transfóbica, os olhares indiferentes, os risinhos sarcásticos, grosso modo, enfatizam que o “normal” é o homem e a mulher biológicos. Toda e qualquer experiência fora dessa norma, representa “anomalias”, “aberrações” ou quando pouco uma figura cômica de um “homem” “vestido de mulher”. O fato é que as pessoas trans merecem um pedido de desculpas da sociedade e de suas instituições, no sentido de reconhecer e legitimar os direitos destes indivíduos. A priori, é necessário o reconhecimento de suas existências, assim como também a criação de medidas de proteção contra as violências direcionadas a essas pessoas.

Com relação à importância pessoal atribuída aqui, direciono-me para meus incômodos diante das estereotipizações e idealizações deturpadas (físicas, psíquicas e sociais), sobretudo, da hostilidade com que as mulheres transexuais são tratadas em sociedade. Além disso, pretendo possibilitar abertura reflexiva dentro da universidade sobre as performances de gênero, bem como denunciar os preconceitos e intolerâncias persistentes em específico na cidade de Grajaú – MA.

Esses preconceitos de tanto serem reproduzidos soam com certa “naturalidade”. Um exemplo claro é a mídia, que ao noticiar casos relacionados a travestis e transexuais (geralmente em noticiários de crimes) insistentemente apresenta a imagem dessas pessoas como um personagem criado e vivido durante toda a vida, pois, ao se referir a uma travesti ou transexual habitualmente se utiliza as mesmas expressões: “Fulano mais conhecido como Fulana³”, “‘O’ travesti”, “‘O homossexual’ que preferia ser chamado pelo nome feminino e usava roupas de mulher” e outras mais. Com isso, é evidente que a mídia reforça e dissemina

³ Expressão utilizada em noticiários de forma equivocada para se referir ao indivíduo cujo nome de registro não condiz com suas performances de gênero, ou seja, o nome de batismo é exposto e a identidade feminina é ignorada.

o padrão binário de gênero, violentando a identidade das travestis e transexuais que vivem o dia a dia enfrentando as dificuldades pelo reconhecimento de suas identidades femininas.

Outra forma de repressão das pessoas trans se refere à vulgarização de seu sexo e de suas sexualidades, que vai desde “piadas” como “Mulher de negócio entre as pernas” até a objetificação da mulher trans por fetiches sexuais. É interessante pautar o fetiche sexual por mulheres transexuais, porque nele há também uma transfobia. Em se tratando de relacionamentos amorosos, é comum a rejeição pública da mulher transexual, entretanto, “às escondidas” o então “menino vestido de menina”, torna-se uma linda e “verdadeira” mulher. A partir disso, é perceptível que além de atitudes transfóbicas, há um conteúdo machista em tratar a mulher trans como um objeto sexual.

O mercado de trabalho também revela sua opressão contra estas mulheres, visto que a forma de ganhar dinheiro mais comum entre elas é através da prostituição. Deixando claro que muito além de uma opção por estarem nas referidas circunstâncias de trabalho, está à condição que lhes é imposta. Condição que é efetivada desde os insultos na escola, tendo como consequência a evasão escolar de travestis e transexuais. Sem qualificação profissional, conseqüentemente muitas delas tendem a recorrer a trabalhos informais para garantir a sobrevivência.

São basicamente estas as imagens que a sociedade tem das mulheres transexuais: pessoas vulgarizadas sexualmente, figuras cômicas, doentes mentais, prostitutas, indivíduos inferiorizados diante das hierarquias de gênero e sexualidade. Desta forma, é imprescindível discutir gênero com diferentes recortes visando retirar das margens as identidades invisibilizadas. Um bom ponto de partida seria a inserção da abordagem de temáticas relacionadas à diversidade de gênero e sexual nas instituições de ensino e nas produções científicas. Portanto, busco somar com a produção de conhecimentos a partir desta pesquisa, ressaltando que travestis, homens e mulheres transexuais existem, embora marginalizados, seguem na luta constante por visibilidade, voz, e asseguarção de seus direitos.

Quanto aos objetivos da pesquisa, no geral busco analisar o processo de construção identitária de uma mulher transexual em Grajaú – MA. Nos específicos pretendo analisar a história de vida de uma mulher transexual destacando os aspectos históricos de vida mais marcantes para ela na construção de sua identidade; Identificar qual é a representação social sobre transexualidade em Grajaú a partir da vivência de uma mulher transexual; e, por último e não menos importante, analisar o processo subjetivo na construção da identidade de uma mulher transexual.

A construção desse trabalho se deu através da pesquisa qualitativa, tendo em vista a necessidade de maior aproximação do pesquisador com o objeto pesquisado. Dentro desta perspectiva, foram desenvolvidos como procedimentos, entrevistas que me permitiram por meio de gravações e transcrições analisar os discursos da mulher trans referente às suas experiências de vida. Utilizei como base para a condução desta pesquisa o método história de vida e como recursos técnicos as pesquisas bibliográficas, entrevistas, gravações e análise do discurso.

Trabalhei com a metodologia qualitativa da pesquisa por que ela está em sintonia com o objeto estudado, visto que atenta-se para uma realidade que não pode ser quantificada, oferecendo desmistificações de particularidades, desenvolvendo um universo de significados, crenças e valores referentes a um espaço mais profundo das relações (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 120). Neste sentido, buscar compreender o processo de construção da subjetividade e identidade dos sujeitos mostra-se uma tarefa complexa e que somente tal metodologia me permitiria uma desenvoltura eficaz na construção da pesquisa.

Para tanto, como instrumento de coleta de dados foram feitas duas entrevistas com o sujeito pesquisado, a primeira no mês de Setembro de 2017 e a segunda em Outubro de 2017. É necessário realçar que antes da inserção deste instrumento no decorrer da pesquisa, foram imprescindíveis análises bibliográficas sobre o assunto, e por fim estabelecido os primeiros contatos com a pessoa entrevistada. Posteriormente aconteceram as entrevistas com o uso de um Notebook e um aplicativo gravador de voz no aparelho de celular onde foram colhidos os relatos da entrevistada. Após a coleta dos dados, foram realizadas as transcrições dos discursos, e então categorizadas suas falas de acordo com os temas que a jovem trazia em sua narrativa. Por fim as falas foram selecionadas e analisadas a partir de autores que discorrem sobre a temática.

A história de vida como método utilizado possibilitou com que eu analisasse as vivências de Rebeca, além de destacar os aspectos históricos de vida mais marcantes para ela na construção de sua identidade. Assim, esse tipo de entrevista contribuiu com a pesquisa, visto que ela prioriza o fato do sujeito pesquisado retomar sua vivência de forma retrospectiva. Quando feito isso, muitas vezes ocorre que durante a entrevista o entrevistado revele mediante emoções, confidências ao pesquisador, tornando este, um material rico para análise (BONI; QUARESMA, 2005, p. 73).

A entrevista mostra, portanto, sua função de extrair do sujeito os dados necessários para análises, assim a partir das particularidades de um indivíduo pode-se pensar a totalidade, ou seja, a história de vida da entrevistada abre espaço para se pensar nas vivências de outras

mulheres transexuais. É então a partir do espaço subjetivo singular de tal mulher, que se pensa nas outras vivências correspondentes à experiência transexual. Do micro espaço é traçado trajetos que objetivem propor reflexões para o macro espaço.

Destaco aqui a importância da História de vida no alcance dos objetivos apresentados anteriormente:

Por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte [...]. O método começa a partir do desejo do entrevistado de contar sua vida. Pede-se ao sujeito que conte sua história, como achar melhor – nos moldes de entrevista não-estruturada. Este sujeito vai ser escolhido a partir das relações já desenvolvidas pelo pesquisador no contexto, de acordo com seu desejo de participar. É a partir da relação que vai sendo estabelecida – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos – que o método se desenvolve. Trata-se da interlocução (SILVA et. al., 2007, p. 29-32).

Conforme o exposto, e diante do que já foi discorrido aqui, nota-se que a metodologia de história de vida no contexto desta pesquisa foi fundamental para o seu desenvolvimento. Mediante os relatos de Rebeca pôde-se ter ideia da infinita arena que são as relações de poder, assim como também indicar a diversidade que são as experiências de vida de cada indivíduo. É preciso frisar as condições necessárias para que esse método fosse efetivado com sucesso, nesse caso, a boa relação do pesquisador com a entrevistada foi essencial para que ela se sentisse à vontade em contar sobre sua vida.

Com relação à análise do discurso em Foucault, destaco sua importância para que os dados coletados na entrevista fossem bem analisados:

Precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas [...]. É preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, despertada então pelo estudioso (FISCHER, 2001, p. 198).

Nota-se com isso que analisar os relatos da experiência de vida da mulher trans buscando compreender seu discurso e descrevê-lo, não seria suficiente para assegurar um resultado satisfatório para a pesquisa. Sendo assim o sujeito pesquisador precisa de forma minuciosa e aprofundada, se inserir por completo no universo subjetivo que os relatos possibilitam, visando deparar-se com coisas novas até então não exploradas. Os detalhes atribuindo-lhes atenção, podem nesse sentido, realçar informações importantes para a pesquisa, a qual deve ser conduzida sob o desejo da busca pela “verdade intocada”.

A presente pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvida na forma de monografia a qual está organizada em três capítulos, além da introdução e considerações finais. Mediante a sua escrita foi possível refletir sobre as relações de gênero, assim como também a diversidade sexual em um contexto de preconceitos. Analisar a construção da identidade transexual na cidade de Grajaú possibilitou dentre outras coisas, pensar nas estratégias atuais de seguridade de direitos e promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Nesta introdução foi feita uma breve contextualização do tema, direcionando-me para o contexto social da cidade de Grajaú – MA. Assim, foi pautada um pouco a diversidade que o município abrange, desde a questão religiosa a questões ético-raciais. Expus que geralmente os preconceitos contra quem não faz parte do padrão eurocêntrico são fundamentados na religião, que por sinal é um ponto muito forte na cidade. Além da religião, tem o saber médico, que sustentado em uma perspectiva biologizante naturaliza alguns gêneros e sexualidades em detrimento de outras. Apresentei também o objetivo geral da pesquisa e os específicos, assim como também as justificativas e a metodologia utilizada.

No primeiro capítulo trabalhei alguns conceitos que estiveram constantemente atrelados ao que se pretendia buscar. Com a ajuda de uma bibliografia, conceitos como escola, identidade, subjetividade, gênero e transexualidade foram percorridos com o intuito de fazer uma abordagem prévia e conceitual. Logo em seguida, buscou-se adentrar nas análises sob a luz de autores que tratam do tema, como, Tânia Swain, Ramon Alcântara, Berenice Bento, dentre outros.

No segundo capítulo fiz uma discussão com embasamento nos diferentes marcadores sociais e culturais presentes na história de vida da entrevistada. Procurei traçar sua trajetória de vida de maneira compreensiva, partindo da relação familiar, da relação consigo mesma (corpo, espelho, idealizações e etc.), até se chegar ao contexto social de fato, abordado no terceiro capítulo.

No terceiro e último capítulo, direcionei as análises para os dados subjetivos relacionados às vivências da mulher transexual na sociedade. Nesse sentido, foram discutidos os preconceitos e discriminações impostos sobre os grupos de pessoas marginalizadas na sociedade, em específico, os preconceitos direcionados a pessoas transexuais. Somado a isso, foi realizada uma breve análise sobre a construção da imagem que a entrevistada possui sobre si mesma diante de um contexto preconceituoso e discriminatório. Por fim, nas considerações finais pautaram-se, de forma sucinta, algumas conclusões construídas ao término da pesquisa e a partir de análises feitas.

2 SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Dentre os diferentes seguimentos da sociedade e no que diz respeito a contribuição na formação subjetiva e identitária do sujeito, tem-se a instituição escolar. Pensar a respeito da escola faz-se necessário quando se busca alcançar o cumprimento dos objetivos desta pesquisa. Sabe-se que a escola corresponde basicamente o ambiente social em que o indivíduo inserido passa a se socializar com outras pessoas fora da família. É, pois, nesse espaço que zela pela ordem e normalização, que se é construído um determinado sujeito correspondente ao tipo de instituição que ele está inserido, bem como seus típicos dispositivos (ALCÂNTARA, 2015, p. 140).

A escola estabelece com eficácia seu caráter de normalização/ordenação de tal modo, que os sujeitos são “orientados” a apreender o planejamento desta instituição para reproduzi-lo em sociedade. Neste sentido, é notório que os indivíduos que escapam a este ordenamento, como é o caso das pessoas transexuais, por exemplo, são vistas como algo negativo, fora do padrão e por isso são excluídas e inferiorizadas. Ressalta-se aqui o pensamento de Alcântara (2015), sob a luz do que discorre Castro-Gómez (2012) a respeito da colonialidade (saber, poder e ser), dizendo o seguinte: “A escola colonizada, assim, se constitui em um espaço que busca um ideal de sujeito a partir das heranças coloniais europeias, ou seja, um aluno branco, masculino, heterossexual, católico, racional, burguês etc.”.

As normalizações tratadas aqui não se resumem apenas na instituição escolar, elas estão presentes nos diferentes espaços da sociedade e nas relações de poder, de modo que simbolizam papel de destaque na construção da identidade dos sujeitos. Com isso é plausível se pontuar a construção subjetiva da mulher trans citando Alcântara (2015). O autor afirma em suas análises baseadas no pensamento foucaultiano a respeito do processo de subjetivação, que o indivíduo a partir da “trama saber-verdade-poder-subjetivação” passa a se firmar como sujeito, pois através dos discursos o saber se apresenta como verdade e estes conceitos marcam a vida social das pessoas, no caso, da formação subjetiva da mulher transexual.

Neste sentido, coloco em evidência a esfera individual-psicológica da pessoa transexual. Relacionada com os conhecimentos adquiridos no decorrer da vida, expõe a necessidade que se tem em utilizar “uma verdade para lidar com outra verdade” visando lutar estrategicamente nas relações de poder na qual está inserida para se afirmar enquanto tal. Assim sendo, se constitui a subjetividade da mulher trans, como uma “forma-sujeito” ou como outra.

Logo, ainda é preciso adentrar nas reflexões em específico sobre o processo de formação identitária da mulher transexual. Sendo assim, toma-se conhecimento de que esse processo partilha do mesmo percurso do processo de formação subjetiva do sujeito. Dessa maneira, um sujeito constrói sua identidade mediante os marcadores que se tem em comum consigo mesmo e com outros sujeitos. No que se refere à construção de identidade, Alcântara (2015) diz o seguinte:

Se somos constituídos por diversos marcadores sociais e culturais e se estes estão em lutas internas ao sujeito e externas nas relações de poder frente aos “outros”, o “eu” vai constituir-se como a atividade reflexiva que irá manejar essas diferenças intra e inter-sujeitos. Eu me identifico com diversos marcadores culturais que me fazem construir uma identidade para mim. Porém a depender das situações sociais, posso recorrer a um marcador ou a outro, que seja mais estratégico às relações de poder que estou imerso (ALCÂNTARA, 2015).

Como a identidade é caracterizada por diferentes marcadores sociais e culturais, o sujeito em questão, é em suma, formado por um apanhado de conhecimentos (Intra e inter-sujeitos) adquiridos ao longo da vida, e que devido a essa diversidade de marcadores se dispõe estrategicamente do que mais lhe for conveniente dentro das relações de poder com o objetivo de se firmar e afirmar como tal.

Outro ponto importante de se abordar a respeito das construções identitárias e subjetivas, diz respeito a sua fluidez. Alcântara (2015) estabelece um paralelo entre Swain (2002) e Castells (2010) no que concerne a mudanças de identidades, no qual se pode notar que a autora pauta a identidade nômade (não-fixa) e o autor fala da passagem de uma identidade para outra (identidade de resistência para identidade de projeto).

Swain (2005) ao abordar as questões identitárias inicia com a seguinte provocação: “Quem somos nós?”. Neste sentido desenvolve seu pensamento em torno do que chama de “Identidade nômade”, levando em consideração a relação social e individual do sujeito imersa em um pressuposto binário do tipo natureza/cultura, real/imaginário, bem/mal. Nesta lógica procura problematizar as “verdades” consolidadas referentes à identidade. Assim, tal pensamento é plausível de análise, pois através dele se podem fazer recortes para o que venho problematizando nesta pesquisa.

Segundo a autora, os indivíduos encontram-se aprisionados em corpos normalizados incorporados pela padronização social do sujeito no que tange aos papéis de homem e mulher. Por isso pensar a transexualidade enquanto uma experiência de gênero torna-se uma tarefa complexa. Os sujeitos passam por silenciamento histórico realizado através de diferentes

valores que contornaram os indivíduos a uma moldura binária do que se compreende anatomicamente e socialmente por homem e mulher. A respeito disso, Swain diz o seguinte:

Estes traços, desenhados por valores históricos, transitórios, naturalizam-se na repetição e reaparecem fundamentados em sua própria afirmação: as representações da “verdadeira mulher” e do “verdadeiro homem” atualizam-se no murmúrio do discurso social (SWAIN, 2005, p. 325).

Com isso, diante dos discursos sociais são efetivadas inclusões e exclusões, sendo, pois, as mulheres trans enquadradas nas exclusões. Nessa citação a autora refere-se à identidade de gênero essencializada a partir das intensas repetições de valores sobre as performances de gênero socialmente aceitas, tidas como normais e coerentes com o sexo biológico, portanto, permitidas.

A autora apresenta a multiplicidade sexual e as práticas sexuais múltiplas como questões de ordem diferentes, entretanto, indissociáveis. Assim, revela serem as práticas sexuais dos indivíduos o fator definidor de uma identidade sexual. Dito isso, temos assim a prática da sexualidade como um agente responsável pela formação de uma identidade inteligível, a qual enaltece o binarismo mulher/homem heterossexual reprodutor, considerado “natural”. Quanto às práticas sexuais que escapam a essa ordem, resta-lhes, atribuições negativas.

Para a autora, os indivíduos constituídos, passados pela formação identitária, se firmam como tais mediante a domesticação da multiplicidade pela normalização de um espaço. Swain esclarece ao dizer que: “no caso de identidades sexuadas, a multiplicidade é ordenada, classificada, nomeada a partir de corpos delineados em sexualidade, em heterossexualidade, limitados pela produção de identidades fixas” (SWAIN, 2005, p. 327).

Ao associar a identidade sexual com a multiplicidade do rizoma de uma árvore, baseada em Deleuze, a autora pretende mostrar que a identidade é, portanto, transitória, pois está em movimento e em transformação. Dessa forma, em se tratando da identidade de gênero há de se questionar a ilegitimidade que foi imposta ao processo de construção da identidade das mulheres transexuais, atribuído a ele certa negatividade. Nessa busca pela compreensão precisa do que de fato é a identidade, é preciso problematizar as questões biológicas e as práticas sexuais, pois elas representam especificidades significativas frente às convenções sócio-históricas.

Alcântara (2015) embasado em Foucault (1976), afirma que o autor atribui aos discursos disciplinadores das multiplicidades a “tecnologias do sexo”, enquanto Lauretis

(1987) apresenta no mesmo sentido o que chama de “tecnologias do gênero”. Swain (2005) propondo tal relação estabelece um raciocínio voltado para a hierarquia de gênero gerada pelos dispositivos institucionais e associada à sexualidade dos indivíduos, que enobrece o homem, e submerge a mulher. Com ponderação, cresce o questionamento: Como eu me construo como sujeito em meio aos discursos e dispositivos institucionais? Nesta perspectiva, tal questionamento vale-se também para se pensar como a mulher trans é constituída, assim destaca-se:

Através da linguagem, da imagem, do extenso leque de discursos teóricos nos mais diversos campos disciplinares, de todo um *aparatus* simbólico que designa, cria e institui o lugar, o status e o desempenho do indivíduo na sociedade, as “tecnologias do gênero” constroem uma realidade feita de representações e auto-representações (SWAIN, 2005, p. 329).

É, pois, através dos vários elementos internos e externos ao sujeito, impressos nas relações interpessoais que surgem as representações e auto-representações de gênero. A partir disso é possível enxergar a experiência transexual como uma representação do que se entende por gênero feminino. Segundo a autora há uma “política de localização” responsável pela expressão identitária, com normas e regras disciplinam os sujeitos centralizando a identidade do indivíduo ao seu sexo e sexualidade. Assim dispara ironicamente: “diga-me teu sexo e te direi quem és e, sobretudo, o que vales”.

Além disso, Swain afirma que “o espaço histórico-institucional produz os seres sexuais, estas representações são absorvidas em um processo de auto-representação, de autodomesticação, na medida em que o sujeito instituído “eu” atua na absorção e representação de “si” segundo as práticas regulatórias do social/sexual” (SWAIN 2000, p. 329).

Em contrapartida a autora nos instiga por via de Judith Butler a questionar a afirmativa que aponta ser o sujeito anterior às práticas. Para tanto revela que a identidade de gênero não preexiste à sua instituição, sendo assim, atribui o termo “técnicas de mim” que produzem e representam características performáticas do “eu”.

Com relação ao corpo sexuado, a anatomia corpórea, os desejos e impulsos, é apontado que o sexo biológico não determina a identidade social. Tal perspectiva nos permite olhar para as mulheres trans não como uma identidade de gênero distorcida e diferente, mas como uma das expressões do gênero dentre tantas outras no contexto social. Sendo assim, podemos dizer que a heterossexualidade legitimadora do “sexo verdadeiro” se traduz no eixo naturalizador da reprodução.

Vale destacar que a sexualidade no que se refere ao campo social, é observada aqui como um pré-discurso, ou seja, é por meio do sexo que a sexualidade se define, a partir de um “sexo-significação”. Sabe-se que os discursos são neste sentido indissociáveis a significação corpórea, pois são os discursos que atribuem sentido ou, melhor dizendo, signo ao sexo.

O sexo em suma faz parte de uma ordem sócio-histórica, tendo sua significação atribuída através dos discursos. Neste sentido o sexo biológico só possui grande importância na sociedade porque os discursos e as instituições atribuíram a ele tal importância. De acordo com essa visão, pode-se perceber que esta essencialidade que lhe foi dada repousa sobre o caráter “natural” regulador das identidades humanas.

Com base em Butler (1993), Swain afirma que a heterossexualidade impera na medida em que o sexo se dispõe da “naturalização”, ou seja, visa promover a reprodução que por sinal corresponde ao fato de reforçar e atualizar a heterossexualidade como soberana, mantendo a “ordem” das identidades. Por isso há o problema em torno do pensamento acerca da transexualidade, pois a visão predominante e disseminada por algumas religiões dominadoras, assim como também médica (patologizante), enquadram as mulheres transexuais em uma desordem das identidades já que o gênero não está em conformidade com o sexo.

Para a autora, as multiplicidades das identidades encontram-se aprisionadas internas ao indivíduo por conta das normas externas impostas pelos discursos, os quais se reafirmam constantemente. Daí a importância em ouvir os relatos da jovem entrevistada, pois através deles análises foram feitas de forma retrospectiva, pontuando suas próprias vivências como elementos marcantes na sua constituição como sujeito.

Tais normas exercem seu poder ao atribuir grande importância ao sexo, identificado aqui como normalizador da identidade do sujeito, entretanto, este sujeito é reconhecido como tal à medida que “corporifica” as performances de gênero. Sendo assim, fatores externos ao sujeito traduzem o gênero em um corpo sexuado.

Segundo Bento (2008) a transexualidade é um desvio inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros com o corpo. Sobretudo, é a partir do século XX, com precisão a partir de 1950, que a Medicina mostrou certo conhecimento sobre o assunto. Assim desencadearam fatores diversos correspondentes a busca pela definição precisa do que realmente seria uma pessoa transexual. Como a realidade das transexuais está distante dos paradigmas pensados pela sociedade, é primordial se pensar sobre isso. Analisar tal experiência é ao mesmo tempo abandonar os preconceitos em prol de uma causa humanitária, é compreender que este gênero é sem ressalvas, uma das formas de ‘ser mulher’.

Assim, a experiência transexual, termo utilizado por Bento (2008), se apresenta como um fenômeno de certo modo revolucionário, no que concerne às normas de gênero. A autora salienta para a visão da sociedade sobre o tema, tendo em vista o discurso socialmente aceito e responsável por enquadrar as pessoas no gênero coerente ao seu sexo. Com isso a transexualidade instiga reflexões acerca do divisor de águas referente à vagina-mulher-feminino e pênis-homem-masculino.

Faz-se necessário voltar para o passado da experiência transexual, para que assim sejam desconstruídas ideias que pregam um caráter de existência contemporânea a ela, além de pôr em evidência seus percalços até a contemporaneidade. Destaca-se que:

A transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramatização os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo. A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008, p. 24-25).

Nesse contexto histórico, é interessante ressaltar que em meados do século XIX a busca pelo “sexo verdadeiro” mostra-se efetiva. Os corpos do homem e da mulher são firmados opositores um ao outro de forma hierárquica. As anatomias corpóreas são colocadas como evidências importantíssimas na definição do gênero masculino e feminino.

Deixando um pouco de lado a historicidade da experiência transexual, outro fator essencial na discussão sobre a transexualidade consiste na autodescoberta do corpo, da matéria responsável por denunciar os caracteres dos padrões de gênero masculino e feminino. É o momento em que seguindo a natureza do corpo tem-se a curiosidade pela exploração do ambiente até então desconhecido, conseqüentemente se desencadeiam uma série de fatores secundários.

Segundo Bento (2009), descobrir o corpo sexuado põe sentido nas complicações de convívio efetivadas através de diversas agressões como, surras, insultos e rejeições familiares. O fato do sujeito possuir um pênis ou uma vagina e não conseguir desenvolver o gênero correspondente ao mesmo, já que se espera que o gênero desse sujeito esteja em acordo com o seu sexo, culmina em grandes surpresas para alguns e algumas transexuais.

Conforme afirmado anteriormente, estas surpresas são impactantes e até dolorosas, visto que a sociedade não possui total preparo para lidar em específico com as mulheres transexuais. Analisando o pensamento da autora prescrito acima, podemos perceber que as

agressões impostas a estas pessoas partem primeiramente da família por ser a relação mais próxima do convívio social, uma vez que rejeições nesta instituição explicam o desconhecimento sobre o assunto. Por conseguinte, o campo social fora da família se manifesta ainda mais severo, exibindo agressão física, psicológica e moral.

Dessa forma, surge a necessidade de construir conhecimentos sobre a temática, pois, questionamentos voltados para a mulher trans acerca de seu gênero são significativos para que haja esclarecimentos que possibilitem uma saudável relação de poder no que se refere a relações de gênero. Para tanto, se trabalha também a intervenção cirúrgica de readequação sexual de transexuais, cuja realização faz parte do processo de construção de identidade, porém, não significa dizer que seja o caso de todas. Dando seguimento, ao se pensar nos motivos que levam a transexual a se submeter a este feito, a autora salienta:

As respostas e as formas de relacionar-se com as genitálias e as sexualidades são diversas. No entanto quando se pergunta o porquê da cirurgia encontrava-se, uma constância nas respostas: “Quero ser livre”. Nenhum/a dos/as entrevistados/as respondeu: “Eu quero a cirurgia para ser penetrada ou penetrar, para conseguir o orgasmo” [...]. É o desejo de serem reconhecidos/as socialmente como membros do gênero identificado que os/as leva a realizar os ajustes corporais (BENTO, 2009, p. 106).

Esta visão da autora pautada em pesquisas de natureza empírica nos permite compreender um pouco sobre a mulher em transição estereotipa e sexual. Por meio dela observa-se que a cirurgia muito além da satisfação sexual significa um anseio primário pela liberdade no sentido de não mais haver uma parte corpórea estranha à identidade que se tem. Outra colocação da autora voltada para os estereótipos a respeito da construção de identidade diz o seguinte:

Enquanto não realizam o corte na carne, físico, o corte simbólico através de técnicas para dissimular os signos que “os denunciam” como membro do grupo rejeitado é efetivado. [...] Técnicas para esconder o pênis, camisetas com a gola alta para não mostrar o pomo de Adão, perucas, maquiagens para disfarçar os sinais de barba são algumas das técnicas utilizadas na busca de uma coerência entre as performances de gênero e o corpo apropriado para desenvolvê-las (BENTO, 2009, p. 106-107).

A adequação das transexuais com o gênero que melhor se identificam tornou-se tarefa indispensável quando se pretende aderir ao enquadramento que a sociedade impõe. Buscar disfarçar as incoerências presentes em seu corpo é o ponto de partida conforme enfatiza Bento.

Discorrer sobre as vivências de uma mulher transexual grajauense, analisando o seu processo de construção identitária exige que atentemo-nos para o que Bento (2006) questiona: “Existe uma identidade transexual?”.

Retomemos os ditos anteriores da autora com os quais conduzo as análises. Com isso, reafirma-se que a identidade de gênero em suma, não é constituída mediante a visibilidade adquirida pelas performances (atos, discursos, corpos), mas ao contrário, tais performances constituem o sujeito. A identidade neste sentido, quando posta em discussão impõe-se como tarefa de negação e afirmação, Bento diz o seguinte:

Ao mesmo tempo que se identificar envolve um trabalho discursivo de fechamento e de demarcação de fronteiras simbólicas, simultaneamente significa o reconhecimento de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ainda que idealmente. São as identificações que revelam o processo mesmo de organização da identidade (“Eu quero ser um homem/uma mulher”) (BENTO, 2006, p. 205).

Percebe-se que segundo a autora a identidade é constituída como um ato de poder, pois demarca fronteiras discursivas e com isso realiza inclusões e exclusões. A partir das demarcações, negar o “outro” através de diferentes afirmações como, por exemplo, “Eu não sou isso”, o sujeito busca se firmar em uma posição identitária que dê sentido provisório a sua vida, mesmo que para isso tenha que colocar outros sujeitos às margens. Outra vertente nesta linha de discurso conforme a autora ressalta, diz respeito à autoafirmação da mulher transexual enquanto tal, visando por meio dos dispositivos discursivos “Eu quero ser” se aproximar ao máximo possível da idealização social de mulher.

Identificar o que de fato configura uma identidade trans é um tanto quanto complexo. Não se pode considerar que tal identidade é constituída somente pelo desejo da cirurgia de transgenitalização, negação ao corpo, ou da mudança nos documentos, pois, não se pode apagar as diferenças que marcam esta experiência.

Neste contexto é imprescindível análises voltadas para os dispositivos intra e inter sujeitos, enfatizando as vivências e discursos das mulheres trans. No entanto, ao me propor analisar o processo de construção identitária de uma transexual, não estaria eu sendo tendencioso em reforçar as margens da diferença por acreditar que as mulheres trans possuem um processo de construção de identidade específico e, portanto, diferente dos demais? Com relação a tal questionamento é plausível pontuar o que Bento (2006) conclui em sua pesquisa:

Não existe um processo específico para a constituição das identidades de gênero para os/as transexuais. O gênero só existe na prática, na experiência e sua realização

se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. Os/as homens/mulheres biológicos/as também se fazem na repartição de atos que se supõe sejam os mais naturais. A partir da citacionalidade de uma suposta origem, transexuais e não-transexuais igualam-se (BENTO, 2006, p. 228).

Com base neste pensamento da autora, toma-se conhecimento de que a experiência transexual não se difere do processo de formação subjetiva e identitária dos/as demais homens/mulheres biológicos. Assim, apresenta-se como uma provocação diante da padronização do gênero, propondo reflexões acerca do caráter inteligível e excludente que o binarismo de gênero impõe.

É interessante destacar que fatores específicos presentes entre as mulheres transexuais como a cirurgia de transgenitalização, mudança nos documentos, performances, dentre outros, não caracterizam uma identidade coletiva e peculiar a elas, mas expõem a pluralidade de discursos e vivências entre mulheres trans. Com isso, a atribuição destes fatores a uma identidade coletiva pertencente a estas mulheres e ao mesmo tempo particular a cada sujeito, é equívoca e notadamente errônea, pois assim como as mulheres trans, há pluralidades entre mulheres biológicas que também compartilham (ou não) de fatores específicos umas com as outras.

Falar sobre a cirurgia de transgenitalização e o reconhecimento de uma identidade transexual representa uma síntese das experiências que escapam as normas de gênero. Porém, não significa afirmar que configuram dispositivos que regem suas identidades, mas problematizam os discursos patologizantes. Além disso, propõe reflexão quanto aos limites das doutrinas sociais ao posicionarem os sujeitos em corpos sexuados direcionados ao binarismo de gênero e a heterossexualidade tida como “suprema e original”.

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE UMA MULHER TRANSEXUAL

Neste capítulo são discorridos categoricamente os principais marcadores sociais que compõem o processo da construção identitária de Rebeca. Nele estão postas reflexões a respeito de elementos que por serem carregados de significações interno e externos ao sujeito pesquisado, representam mediante sua vivência, importantes papéis no que tange a compreensão da ideia de identidade. Tendo como base o discurso tratado por Foucault (1995) para análise das falas da entrevistada, nos guiaremos também com autores que discutem temas específicos dentro da categoria de identidade.

Além disso, busco estabelecer uma relação entre os subtemas que foram identificados na história de vida da participante na medida em que as entrevistas foram acontecendo. Dessa forma cita-se a família, corpo, imagem de mulher, diferenças entre transexualidade e travestilidade, escola e a representação social da mulher trans. Com isso pretendo analisar o processo de construção da sua identidade a partir do conjunto de marcadores sociais agregados em sua história de vida no decorrer de sua existência.

Sua história de vida trará uma noção de como a cidade de Grajaú lida, se relaciona e representa a ideia de mulher transexual. Seus relatos servirão como instrumento para que se chegue ao contexto social. Por isso o seu pensamento é tão importante, pois os “outros” estão em seu pensamento e a sociedade de alguma forma perpassa o seu discurso sobre o que é ser mulher.

Assim é colocada no centro da discussão a expressão identitária da mulher transexual. Diferenciada da supremacia dos padrões eurocêtricos (homem-cis-branco-cristão-heterossexual/mulher-cis-branca-cristã-heterossexual) que herdamos da nossa colonização, Bento (2008) afirma que ela apresenta-se com suas peculiaridades, das quais se destaca o conflito com as normas de gênero construídas socialmente e postas como verdades últimas. Esta definição apresentada pela autora contrapõe a definição dominante que a medicina historicamente impôs, atribuindo a transexualidade caráter patologizante, mas que atualmente vem sendo desconstruída.

É, pois, nesta perspectiva, de uma identidade supostamente marginalizada, patologizada e ilegítima que o discurso de Rebeca sustenta-se. Ao contar sua história de vida ela evoca acontecimentos dos quais emergem fatos que a colocam as margens da sociedade. Tendo isso como um ‘norte’ na pesquisa, resta aqui acompanhar de modo analítico o trajeto

de vida da entrevistada, dando destaque aos aspectos históricos preponderantes na construção de sua identidade.

3.1 Família e corpo: a importância desses marcadores sociais no processo de construção da identidade de Rebeca

Para pensarmos o conceito de família utilizaremos como referenciais teóricos Elizabeth Zambrano (2008) e Berenice Bento (2012). A tese de doutorado de Zambrano intitulada “Nós também somos família: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual” dentre os modelos de família existente na atualidade, problematiza a questão referente ao fato de uma pessoa/casal do mesmo sexo e seus filhos ser ou não uma família. Fundamentada em Maurice Godelier (2005) ela se remete ao caráter “natural” que a família possui dentre todas as instituições sociais na sociedade contemporânea. Tida como “núcleo familiar” integrado pela mãe, pai e filhos/as todos com vínculos consanguíneos e/ou afinidade, ela seria uma forma de organização onde os valores mais importantes de nossa cultura seriam transmitidos.

Cabe ressaltar que essa imagem da família socialmente construída sustenta o discurso biologista que visa solidificar o caráter “natural” que essa instituição adquiriu. A autora chega a conclusão de que sendo este o primeiro ambiente onde se estabelecem os primeiros contatos sociais dos indivíduos, identifica o conceito de família não como fechado e resumido entre uma mãe, um pai e seu filhos, mas como plural em virtude da diversidade de configurações familiares. Fazendo uso do termo plural, cita-se como exemplo, as famílias homoparentais que são “uma das possibilidades de configuração familiar, uma das maneiras possíveis de se viver em sociedade, trocando cuidados, afetos e compartilhando o cotidiano” (ZAMBRANO, 2008, p. 220).

Bento soma com a discussão desenvolvida aqui a partir de seus escritos em “As famílias que habitam a ‘família’”. A autora apresenta a idealização de família na visão tradicionalista na qual a mulher é para o lar tanto quanto o homem é para a rua. Complementa seu pensamento contrapondo essa idealização com a realidade, mostrando ser a família tradicional um meio que tem por finalidade “restringir a noção de família aos marcos da heterossexualidade” (BENTO, 2012, p. 275). Assim, ela discute a pluralidade e a plasticidade que essa instituição possui, evidenciando a multiplicidade de arranjos familiares que buscam se legitimar diante da ideia hegemônica sobre a família tradicional: pai, mãe e filhos/as.

A história de vida contada aqui é a da jovem Rebeca, grajauense nata, filha de mãe solteira não chegou a ter contato com o pai desde sua infância. Aos 21 anos de idade, morando com a mãe e suas duas únicas irmãs, vivem de “bicos” que fazem como diaristas. Rebeca identifica-se como uma mulher transexual e, é a partir disso que se seguirão as análises no que tange a construção de sua identidade.

Fiquei sabendo um pouco sobre Rebeca através de pessoas próximas a mim e que por sinal a conheciam, estava na fase inicial da pesquisa e precisava de alguém com o seu perfil que se disponibilizasse a contar sua história, seus sonhos, desafios de vida e etc. Ao saber dela, vi a possibilidade de dar andamento à pesquisa, sobretudo, a chance de acompanhar de perto uma voz que se mantém erguida contra o silenciamento histórico-social imposto a ela. O primeiro contato que tivemos foi via rede social até nos conhecermos pessoalmente e daí realizar alguns encontros no intuito de criar certa proximidade, além de esclarecimentos sobre a pesquisa.

Ao todo foram realizados três encontros durante três meses consecutivos até chegar à fase das entrevistas. Esses encontros contribuíram para que uma relação de confiança fosse estabelecida. Já nos primeiros, ela conta um pouco sobre sua história a partir da relação familiar, na qual a figura da mãe exerce papel central. Desde criança Rebeca já percebia que o seu comportamento era diferente do comportamento dos meninos daquela idade, assim como também sua mãe notara. O relato seguinte retirado de uma das entrevistas mostra recortes de sua infância e a relação que tinha com a mãe nessa fase:

Desde pequena, eu vim percebendo que eu era... Assim como minha mãe também... ela notou desde cedo. Aos 10 anos ela já tinha percebido que eu era, que eu não gostava de usar roupa masculina, e, na minha infância sempre tive brinquedos masculinos, mas sempre pegava brinquedo da minha irmã pra brincar. Sempre tinha o carrinho, mas tinha que ter a boneca no meio, as panelinhas. Minha infância até que foi legal, pra eles eu era o homenzinho da casa, sabe?. Mas daí, quando chegou os 12 anos de idade, que eu já tinha percebido o que eu era cedo, foi quando eu falei pra minha mãe. No começo foi muito difícil pra ela, muito mesmo, porque assim que eu me assumi primeiramente gay da minha família, muita gente começaram a jogar muita pressão em cima dela. Minhas tias enchendo a cabeça dela e no começo ela não quis assim, diz que aceitava mais não queria aceitar [...] Eu via assim, ela num conversava muito comigo, ela sempre tinha mais intimidade com minhas irmãs do que comigo. Sempre fui aquela pessoa ovelha negra da família, aquela pessoa mais distante e com o decorrer do tempo que ela foi vendo meu jeito, meu comportamento, a gente começou se unir mais (REBECA).

Nesse relato dois momentos distintos são observados, o primeiro corresponde à fase de descobertas na vida da entrevistada, o interesse por objetos classificados como “de meninas”, a percepção dela e da mãe quanto ao comportamento diferente dos meninos e o

ambiente familiar agradável. Rebeca representava a única figura masculina da casa e como em toda sociedade *patriarcal* é comum exaltar a imagem masculina como ela mesma diz: era o ‘homenzinho da casa’. O segundo momento é logo depois que Rebeca se assume gay, acontecem mudanças significativas na sua relação com a família e em específico com a mãe.

Essa mudança na relação de ambas nos leva a refletir sobre a frustração de idealizações que a mãe tinha sobre o “filho”⁴ no sentido de que o sexo masculino seria uma determinação “natural” que consequentemente o conduziria na reprodução da heterossexualidade. No momento em que a mãe toma conhecimento da então “homossexualidade” do filho, ocorre uma espécie de quebra naquilo que havia sido estabelecido antes mesmo da jovem vir ao mundo. Bento (2006) discorre sobre isso da seguinte forma:

Quando o médico diz: "é um menino/uma menina", produz-se uma invocação performativa e, nesse momento, instala-se um conjunto de expectativas e suposições em torno desse corpo. É em torno dessas suposições e expectativas que se estruturam as performances de gênero. As suposições tentam antecipar o que seria o mais natural, o mais apropriado para o corpo que se tem. Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa pelas palavras mágicas que irão desencadear essas expectativas; mágicas no sentido de criarem realidades. Logo depois, o médico dirá o sexo da criança e as expectativas serão materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o futuro filho ou filha antes mesmo de esse corpo vir ao mundo (BENTO, 2006, p. 88).

De acordo com a autora, a projeção de vida feita pela mãe a partir do descobrimento do sexo do bebê “estrutura as performances do gênero” previamente, além de buscar materializar isso. Mediante o pensamento de Bento, podemos inferir que o fato de Rebeca não gostar de usar roupas masculinas na infância e se interessar pelos brinquedos da irmã gera na mãe desconfiança, uma vez que gostar de “coisas de menina” contrariava as expectativas criadas sobre ela. A matriz heterossexual que deveria imperar na vida do filho estava ameaçada à medida que o feminino era cada vez mais evidente em suas ações.

A situação complica ainda mais quando é revelada a sexualidade do filho. Isso faz com que haja um distanciamento entre a mãe e a criança, o que nos leva a pensar na atuação da heteronormatividade diante de uma sexualidade fora dos parâmetros normalizadores.

Butler (2003) afirma que os discursos que visam delimitar o corpo buscam “criar uma aparência de ordem”, pois, as experiências que fogem das estruturas heteronormatizadoras da ordem binária do gênero causam “desordem”. Por causarem suposta

⁴ Para melhor compreensão a palavra filho está entre aspas e Rebeca tratada no masculino, tendo em vista que naquela fase a entrevistada ainda não se identificava como mulher e sim como um menino homossexual.

desordem são lhes atribuídos status como, “poluidora”, portanto, necessário a realização de uma assepsia para que a ordem seja reestabelecida. Com isso, podemos explicar a problemática relação entre mãe, filha e demais familiares, que conseqüentemente atribui a Rebeca o título de “ovelha negra da família”. Em decorrência disso, são desencadeados diversos preconceitos no âmbito familiar, os quais serão tratados de maneira mais específica no capítulo seguinte.

Nas duas entrevistas que tivemos, a família esteve presente no discurso da entrevistada hora ou outra mesmo que de forma transversal, seja pela relação conturbada com a mãe em dado momento, o bom relacionamento com a mesma atualmente ou os preconceitos vivenciados dentro dessa instituição. Portanto, podemos dizer que a família é significativamente um marcador social de grande importância na construção da identidade em discussão. Para Costa (2009), a família possui a flexibilidade de modelar-se ao longo do tempo devido as constantes dinâmicas presentes nas relações sociais. Além disso, configura-se enquanto eixo mediador entre o sujeito e a sociedade uma vez que “nela se processa a confluência de variados aspectos de construção das referências socioculturais e das identidades. Desse modo, ela se constitui num recurso para a formação da pessoa nas mais diversas dimensões de sua existência” (COSTA, 2009, p. 359).

Já na adolescência Rebeca se descobre mulher e a partir de então passa a identificar-se como tal. Por conseguinte, decide assumir sua identidade de gênero para mãe:

Aos 17 anos me revelei ser trans pra ela, foi aí que a gente começou um vínculo mais assim, tipo, mais junto. A gente ficou mais unida porque eu falei pra ela dos riscos que eu corria. Eu podia sair na rua, podia ser espancada, podia ser morta, podia sei lá, ser espancada por homofóbicos. Eu deixei ela ciente disso. Aí com meus 17 anos, depois que passou isso, essa tragédia toda, ela começou a me aceitar mais, começou a me ver como uma filha. Depois disso ela passou a me apresentar para o povo como ‘minha filha’, ‘Eu tenho três filhas’ [...] Às vezes esquece, mas ela me apresenta hoje em dia pra amigos dela como ‘Rebeca’, apesar dela ser crente hoje, me aceita de boa, a gente tem uma relação ótima. Mas antes não era uma relação muito de mãe e filha, cheguei até desconfiar que era adotada. Cheguei a perguntar pra minha tia, uma das minhas tias que me apoiou: ‘Tia, eu sou adotada? Porque a mãe me trata muito diferente das outras’. Ela não é só minha mãe, é minha amiga também, me dá muito conselho, é a maior preocupação comigo porque sempre ajudei ela em tudo. Sempre. Ela fala que eu sou, assim, a filha que nunca teve. Ela tem medo, mas ela sempre me apoiou em tudo. Em relação à troca de nome, em relação a minha cirurgia, ela sempre pergunta como é que tá indo, se eu já consegui (REBECA).

Tomando como base a fala citada acima, enfatizamos a distinção entre identidade de gênero e sexualidade, pois, a princípio a entrevistada descobriu sentir desejo por pessoas do sexo biológico semelhante o seu, acreditava então ser um menino gay. Todavia, à medida que

foi identificando-se com características tidas como pertencentes ao gênero feminino e principalmente sofrendo com a relação conflituosa entre seu gênero e sua genitália, ela se descobriu como mulher, uma mulher heterossexual como ela se define.

Com relação à fase em que Rebeca conta para mãe ser uma mulher transexual, podemos identificar uma abertura de espaço que possibilitará novos acontecimentos no campo social, sobretudo, na família. A relação de ambas melhora consideravelmente quando a jovem expõe o drama social e os riscos que teria ao assumir sua identidade para sociedade. A aceitação da mãe e o fortalecimento do vínculo entre elas vieram após a mãe sofrer um grave Acidente Vascular Cerebral (AVC) que a deixou entre a vida e a morte. O apoio da filha foi fundamental para que a boa relação fosse reestabelecida.

O suporte que a mãe dá parece ser de grande importância no processo constituinte da identidade da entrevistada. A figura da mãe está constantemente atrelada em seu discurso sobre família talvez porque na busca pelo reconhecimento social como mulher, imagens que trazem um significado do feminino, do ser mulher, são referências nesse processo. Sampaio (2015) no ensaio sobre a sociabilidade entre travestis na cidade de São Luís – MA, acena para a figura da mãe presente nos discursos das travestis que a descrevem a partir de seus relatos como “alguém que possibilita uma nova existência, uma espécie de ressurgimento enquanto existência possível e desejada” (SAMPAIO, 2015, p. 44).

Segundo Benedetti (2005, citado por SAMPAIO, 2015, p. 46), “é como se atualizassem, por meio dessas práticas, uma característica socialmente feminina: a maternidade”. Assim, a forte ligação de Rebeca com a mãe e o apoio que ela dar a filha, podem ser elucidadas sob as reflexões de Benedetti, visto que para a filha, a mãe matriarca da família, representa a simbologia materna que reforça a figura social feminina.

Em se tratando do corpo suscitado nos relatos de Rebeca, ao buscar pela conceituação ou definição que possa abarcar o seu significado social em um contexto histórico-cultural, deparamo-nos com a difícil incumbência em propor sentido ao que aparentemente é matéria recipiente de valores intrínsecos e peculiares a cada indivíduo. Estes valores seriam uma apreensão das reproduções sociais internalizadas pelos sujeitos, sendo o corpo preexistente ao seu próprio significado sexuado, portanto, um meio passivo.

Judith Butler (2003) problematiza a questão aqui discutida por compreender que as concepções de corpo como passivo culturalmente construído repousa sobre precedentes cristãos e cartesianos, ou seja, o corpo não possui qualquer significação. Por isso é representado como algo imaterial “o vazio profano, a condição decaída: engodo e pecado, metáforas premonitórias do inferno e do eterno feminino” (BUTLER, 2003, p. 186). A autora

segue sua linha de pensamento inserindo Foucault na discussão, dessa maneira inclui a história como novo componente na compreensão acerca do corpo.

Butler afirma que para Foucault o corpo sofre uma espécie de “destruição” ocasionada pela história. Assim, ela é responsável pela criação de valores e significados que só ganham existência a medida que o corpo está sujeito a destruição exercendo sua função passiva. Os valores culturais nesse sentido são resultados do processo que indica o sentido de “página em branco” ao corpo, um “meio” que precisa ser destruído para chegar a uma finalidade. Nessa trama a história mostra sua importante participação com relação ao surgimento da cultura. Como bem destaca a autora, Foucault ao refletir sobre tal questão dá a entender uma suposta materialidade que antecede a inscrição cultural.

Para refletir sobre o corpo, Butler utiliza-se também das reflexões de Mary Douglas. Desse modo, pensa o corpo não como um “ser”, mas uma fronteira que pode sofrer variações haja vista que ela representa limites do social. Visto que todas as margens são perigosas, ultrapassar a fronteira delimitada pelo social e os contornos corpóreos, desencadeia ações combativas que visam reestabelecer a “ordem cultural” inteligível que fora rompida por um agente “poluidor”. Sendo assim, o corpo de uma pessoa transexual escancara a vulnerabilidade das fronteiras reguladoras existentes, fazendo abertura para questionamentos voltados para a “originalidade” de corpos masculinos e corpos femininos.

Com base no discurso da entrevistada acerca do corpo, foi possível trazer trechos de suas falas que complementam o que vem sendo discutido. Ao destacar nitidamente em suas falas a importância do corpo na construção de sua identidade, Rebeca deixa claro as idealizações e a relação que possui com o mesmo. Assim, diz o seguinte:

Sempre me incomodou, desde pequena, 12 anos não gostava do meu corpo, tanto que eu usava as roupas da minha irmã escondida. Sempre usei, botava era... como é que se diz? Eu botava pano pra dizer que era meu cabelo. Eu não gostava do meu corpo, aquele corpo não era meu [...]. Uma enfermeira que é amiga minha me falou porque eu sempre andava assim empinada, porque eu queria ter bunda, eu queria ter seios. Aí eles perguntavam por que eu andava daquele jeito e eu: ‘Porque eu quero ter bunda, eu quero ter peito’. Aí essa mulher me falou: ‘Se tu tomar hormônio feminino tu vai criar’. Eu não sabia nem o que era aquilo: ‘É anticoncepcional’. Aí eu fiquei assim: ‘Onde que eu vou conseguir isso?’. A minha prima, ela já era maior de idade, já tinha 14 anos e era muito... vou falar assim, era muito sem vergonha, ela era do mundo. Aí minha prima que falou assim: ‘Eu tenho’. A minha tia comprou [...] A bonança mesmo veio acontecer a partir dos 17 anos que eu comecei a tomar hormônio injetável, que é mais forte. Aí que eu comecei a perceber algumas mudanças na voz, na pele, cabelo, em tudo. [...] Criei mais aquelas curvas, seios não tão grande, mas já tava crescendo. Foi aí que eu vi que eu me vestia como mulher e aquela roupa se encaixou certinho com meu corpo. Se não fosse aquele pequeno detalhe pra mim tava perfeito (REBECA).

Conforme já mencionado, Bento (2008) aponta que na experiência transexual a descoberta de um sexo diferente do gênero com o qual o indivíduo se identifica desencadeia diversos acontecimentos, dentre eles o conflito com a própria identidade. Podemos inferir a partir do pensamento da autora e da fala exposta, que a princípio há uma negação generalizada ao corpo, “aquele corpo não era meu”. Essa rejeição evidencia os padrões sociais atuando em seu discurso, pois, realiza a tarefa de negar uma expressão identitária que não corresponde à hegemonia binária de gênero, a qual enquadra o masculino e o feminino na lógica pênis-masculino-cis-heterossexual e vagina-feminino-cis-heterossexual.

Podemos falar também da corporificação de atos, gestos e desejos presentes em seu discurso, os quais constituem o que Butler (2003) chama de performatividade, principalmente quando é comentado que “eu andava empinada porque eu queria ter bunda, eu queria ter peito”. É fazendo uso dos recursos que se tem disponível que ela recorre a técnicas que a aproxime do gênero que melhor se identifica, pondo em discussão a plasticidade do corpo, bem como o cruzamento das fronteiras de interno e externo determinadas pela “ordem cultural”.

É nessa perspectiva que Butler provoca o binarismo de gênero reafirmado ao longo do tempo. Para ela, a coerência culturalmente entrelaçada ao sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, nada mais é que uma “ficção reguladora”. Sendo assim, os discursos que visam cristalizar tal binarismo, dando-lhes um “ar” de “natural” e uma “identidade” própria, são questionados. Isso porque a capacidade de performar a masculinidade ou a feminilidade se apresenta no contexto social de forma múltipla. Rebeca reforça isso à medida que expressa seus desejos em atos corpóreos.

Outro ponto importante na fala de Rebeca diz respeito à questão hormonal. Para ela, que aos 12 anos já buscava formas que a deixasse satisfeita com o próprio corpo, conhecer um remédio acessível que possibilitasse as transformações que tanto desejava parecia ser o caminho ideal para sua realização pessoal. Se por um lado a anatomia corpórea denuncia caracteres biológicos do gênero masculino, por outro, recorrer a cortes, injeções ou outras técnicas para invisibilizá-los pode ser a alternativa mais viável de performar o gênero desejado. Cabe aqui ressaltar o uso comum e os riscos à saúde que a aplicação de silicone industrial e o uso de hormônios entre transexuais podem causar, bem como o seu papel na construção da identidade dessas pessoas.

Prates (2014), em suas reflexões sobre a redução de danos causados pela aplicação de silicone industrial e a ingestão de hormônios realizada por alguns/mas transexuais que visam modificar traços corpóreos indesejados, afirma que:

É certo também que estamos diante de uma forma de produção de identidade que muitas vezes se inscreve no corpo através de cortes, injeções, supressões, introduções, em uma combinação de diferentes técnicas, algumas com probabilidade de causar infecções e outros danos a saúde. Dentre essas últimas, chamam atenção o uso indiscriminado de hormônios sexuais [...] Os hormônios utilizados são geralmente o estrógeno e a progesterona, no caso das mulheres transexuais [...], com a finalidade de induzir caracteres sexuais secundários, como [...] o aparecimento de mamas em trans mulheres. Este uso pode trazer consequências importantes, em termos de saúde, que são ainda pouco estudadas. Aran e Murta (2009), por exemplo, apontam a necessidade de pesquisas empíricas sobre os efeitos colaterais do uso prolongado de hormônios (PRATES, 2014, p. 128-129).

Com base nisso podemos perceber a importância dada aos hormônios na experiência transexual, não só como modificações na anatomia do corpo, mas como uma das formas contribuintes na construção da identidade. Apesar de aparentar ser a única alternativa para as pessoas trans, é preciso que se assinale para os riscos que estes procedimentos possuem.

Retomando a fala anterior da entrevistada, se tratando do surgimento de seios e das transformações que seu corpo estava passando em decorrência do uso intensivo de hormônios, ela mostra maior aceitação com relação ao corpo. Se antes era dada ênfase na negação, agora é revelado um sentimento oposto ao primeiro, de modo que é apontado o reconhecimento de posse: “aquela roupa se encaixou certinho com meu corpo”. A partir disso, podemos supor que não há uma repulsa propriamente dita ao corpo que se tem, mas um desconforto angustiante com os traços que evidenciam um gênero contrário ao que se busca ter.

As falas de Rebeca são extensas quando se tratam do corpo, ela demonstra ter dolorosas lembranças relacionadas ao conflito entre a mente e o reflexo de sua imagem no espelho. Isso se dá pelo fato da imagem de mulher que ela carrega, embora tenha sido construída socialmente, foi internalizada por ela e será tratada adiante de forma mais aprofundada. Dentre os desconfortos vivenciados, o órgão genital masculino representa um dos signos que causa grande incômodo, se não o maior deles. O trecho retirado de seu relato e mostrado a seguir reforça a discussão que vem sendo desenvolvida:

É muito constrangedor eu falar, por eu ainda conter o órgão genital masculino, não suporto me olhar no espelho. É triste você olhar no espelho e ver uma coisa que tá ali que não te pertence. Já cheguei a pegar a faca e querer cortar, que aquilo não me pertence. Um corpo que não condiz com o que tua mente ver, de jeito nenhum. É triste! Por causa disso num gosto de me olhar no espelho. Já entrei em depressão várias vezes por conta de eu ter esse órgão genital masculino entre minhas pernas, que aquilo num é meu, não me pertence. Por mais que eu tenha uma aparência feminina que todo mundo diz ter, todo mundo diz assim: ‘Nossa! Você parece mulher!’. Mas eu sinto que falta alguma coisa ainda. Tem pessoas que ainda notam. Eu fico me perguntando: ‘O que é que faz notar? Será que é o meu ombro? A minha voz? É o meu gogó que é muito grande? É minha testa?’. Sei lá! Alguma coisa

assim, tá faltando alguma coisa [...] Eu queria poder um dia olhar assim no espelho: 'Isso aqui é eu! É esse meu corpo!' (REBECA).

Entender-se como mulher e descobrir possuir uma genitália desenhada culturalmente como masculina representa para Rebeca uma dicotomia difícil de ser superada, um abismo que a separa da idealização do 'ser mulher'.

Seu pensamento no que tange a repulsa ao órgão genital masculino pode ser explicado com base em Swain (2005), quando afirma que os indivíduos são normalizados pelos padrões classificatórios da sociedade. Nesta lógica, as identidades só podem ser legitimadas a partir da suposta coerência de gênero e sexo tendo como fator determinante do gênero o sexo, o que poderia justificar a incoerência apontada por Rebeca "Um corpo que não condiz com o que tua mente ver". A autora reforça suas reflexões denunciando o discurso social na representação da "verdadeira mulher" e do "verdadeiro homem".

A insatisfação da entrevistada com a genitália denota o espaço simbólico que o membro ocupa na construção de sua identidade. A expressão "aquilo" usada por ela para se referir ao pênis, além de expor certa abjeção, indica um possível impacto que a palavra 'pênis' pode exercer em seu discurso. Bento (2009), ao problematizar em seu artigo a concepção hegemônica de que a cirurgia de transgenitalização seria para fins de satisfação sexual, trata também dos diferentes discursos de transexuais no que concerne a relação que se tem com o órgão genital.

Baseada nas diferentes denominações atribuídas ao órgão genital masculino pelas mulheres trans ("Aquilo", "aquela coisa", "pedaço de carne entre minhas pernas" e etc.), a autora fundamentada em Austin (1990) revela que pronunciar a palavra "pênis" mais do que transformar-se em homem, significa uma forma de contaminação das identidades. Então, parece-lhes mais confortável camuflar a palavra fazendo uso desse jogo linguístico que, por sinal, é também uma técnica usada para delimitar posições identitárias. Nesse caso, a negação de tal caractere realizaria a tarefa de preservar a "identidade feminina" das mulheres trans.

O contexto social é implacável na vida da jovem de tal modo que interfere na relação que ela tem com o próprio corpo, pois estabelece barreiras entre sua identidade de gênero e o seu sexo. Por mais que algumas pessoas reconheçam sua apresentação social como mulher, ou ainda que de maneira deturpada a identifiquem "semelhante" a uma mulher, Rebeca deixa claro sentir-se incompleta. Esse sentimento surge quando ela revela o fato das pessoas ainda notarem a condição de readequação de gênero a qual está inserida. Por isso emergem questionamentos de como estas pessoas perceberiam a experiência vivenciada por ela. Assim,

fica subentendido que para além dos outros caracteres de sua anatomia corpórea, está o sexo no centro da discussão.

A falácia socialmente difundida que limita o ser humano em meros corpos sexuais, para ser mais específico, em pênis ou vaginas, e coloca em segundo plano o conjunto de marcadores sociais e subjetivos que cada indivíduo carrega, representa o culto ao sexo biológico. Para Butler (2003), esse sexo biológico é questionável, assim como também o caráter fixo e imutável que possui. Sugere, ainda, que ele seja construído culturalmente tanto quanto o gênero, de modo que não se possa distinguir um do outro.

Contudo, olhar no espelho e reconhecer que ali está o reflexo real do idealizado, é uma tarefa difícil para quem transcende as normas de gênero. O discurso que instaura “verdades” atravessa a formação subjetiva dos indivíduos realizando um ciclo de reprodução de saberes historicamente repressivos, os quais oprimem as identidades subversivas relacionadas ao gênero e sexo. Certamente, desenvolver uma autoanálise do corpo para ressignificar o sexo é um exercício complexo, pois requer a desconstrução de conceituações velhas e aparentemente fixas, para construção de conceitos novos.

Enquanto isso não ocorre, a cirurgia de redesignação sexual é o desejo de algumas pessoas transexuais, como é o caso de Rebeca. Dentre todos os encontros que tivemos antes de acontecerem as entrevistas, já no primeiro, ela fala com entusiasmo da cirurgia e da necessidade de se sentir completa. Já no momento das entrevistas, quando lembrada sobre a tão sonhada cirurgia ela faz observações sobre as dificuldades para consegui-la, uma vez que, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) há todo um processo que pode levar anos e o financiamento do procedimento cirúrgico por conta própria requer custos financeiros altos.

A Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988 (BRASIL, 1998), determina em seu Artigo 5º a igualdade de todos perante a lei. Levando em consideração o histórico do discurso médico por afirmar ser a transexualidade uma patologia carente de tratamento, pontuamos também o Artigo 196º da Constituição que garante o direito e o acesso igualitário de todos à saúde, além de determinar o dever do Estado em fomentar tal política pública. Porém, o que se percebe para além das prescrições contidas em papéis é a vulnerabilidade na garantia de direitos para a população LGBT no país.

No Brasil, a cirurgia de redesignação sexual foi reconhecida em 1997 através da resolução publicada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a qual autorizava hospitais universitários realizar a referida intervenção em caráter experimental (BENTO, 2006, p. 28). No entanto, somente no ano de 2004 é que o Governo Federal lança o Programa (sem financiamento público) Brasil sem Homofobia (BSH), visando atender as manifestações dos

movimentos sociais LGBT's. A demanda desse público se refere a vulnerabilidades específicas de saúde, que por sinal, está relacionada com os diferentes preconceitos e discriminações nas esferas familiares e sociais, incluindo as instituições e profissionais da saúde (DUARTE, 2014, p. 148).

O autor afirma que o Conselho Federal de Medicina havia permitido através da resolução nº 1.652, de maio de 2002, a realização da cirurgia de redesignação sexual que já vinha sendo feita no país, entretanto, de forma clandestina. Posteriormente, o Ministério da Saúde lança algumas portarias que dê sentido aos artigos constitucionais referentes à saúde. Dentre elas podemos citar a Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e a Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008, que instituem o processo transexualizador pelo SUS, mas é somente no ano de 2011 que ocorre a aprovação da Portaria nº 2.836 que instaura a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Além dessas, outras portarias sucederam-se buscando aprimorar o atendimento especializado para transexuais.

Conforme já apontado, existe uma disparidade entre o que se tem no papel e o que se tem na prática. Essas cirurgias só acontecem em hospitais de grande porte onde há atendimento especializado na área. Além disso, é exigido que o “paciente” passe por uma equipe profissional multidisciplinar, até que seja certificado/a o/a “verdadeiro/a transexual”. Vale ressaltar que a fragilidade das instituições quanto ao suporte necessário para o atendimento dessa população denuncia a vulnerabilidade da atuação de tais políticas públicas. Assim, Santos et. al. (2014) com base na pesquisa feita sobre o processo transexualizador no Rio de Janeiro, tendo como lócus o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) referência no país, afirma que:

Não observamos ainda, no Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto, uma organização multiprofissional que dê conta da lógica de “acolhimento” colocada pelo Ministério da Saúde. Porém, cabe acrescentar que, além do Serviço Social, a unidade de psiquiatria, através de um único médico psiquiatra, vem atendendo usuários/as não inscritos no programa. Os atendimentos realizados na psiquiatria configuram-se como uma das portas de entrada para o processo transexualizador no HUPE, mas atualmente a única porta de entrada é através de inscrição direta no setor de urologia, geralmente uma vez no ano. Portanto, estamos nos reportando a uma atenção especializada de referência no país, que atende minimamente os requisitos legais colocados pelas portarias, mas que tem um longo caminho a percorrer em termos de integralidade da atenção, sensibilização dos trabalhadores da saúde e respeito institucional (SANTOS et. al. 2014).

As observações de Santos no HUPE permitem com que eu reafirme a necessidade de consolidação dos direitos LGBT's no campo da saúde. Para tanto, é preciso que sejam

cumpridos de maneira correta os programas do Ministério da Saúde direcionados a essa população, sendo o processo transexualizador um deles. Pensando na dificuldade que é para a transexual vivenciar essa experiência, é plausível refletirmos sobre o acesso de pessoas trans ao SUS, tendo como exemplo o hospital citado, onde as inscrições em tal processo geralmente são feitas uma vez no ano, ou seja, trata-se de um atendimento mínimo quando comparado com o que se tem nas portarias.

O despreparo de alguns profissionais da saúde ao lidar com pessoas de diferentes gêneros e sexualidades reflete a pouca atenção dada a capacitação de profissionais da saúde para um público historicamente estigmatizado. Evidentemente, os problemas em torno desse processo não se limitam só a isso, pois devido alguns/mas transexuais morarem em regiões diferentes do país, encontram dificuldades no deslocamento até os centros especializados, consequentemente isso interfere na adesão ao mesmo. O fato de não terem recursos financeiros suficientes para custear as despesas, considerando as dificuldades de inserção no mercado de trabalho por conta do preconceito, é um fator preponderante. Nesse contexto, questiona-se a existência de uma *práxis* regulamentadora entre o real e o idealizado.

Vale destacar que os aparentes avanços foram possíveis graças aos movimentos e a militância LGBT que se fez visível no âmbito social mediante manifestações e reivindicações por seus direitos. Somado a disso, há a contribuição de profissionais de diferentes áreas, como no caso da produção científica, em específico, das ciências sociais que ao resgatarem a historicidade da multiplicidade de vivências, realizam simultaneamente o exercício de problematizar os padrões sociais normatizadores.

Reportando-me para a história de vida de Rebeca, saliento que mesmo ela tendo a noção das circunstâncias e dificuldades em torno do procedimento cirúrgico, a jovem não esconde que este é um importante sonho a ser realizado:

É o meu sonho e eu sempre comento com minha mãe que eu quero fazer essa cirurgia, é meu sonho. Às vezes eu entro no banheiro, tô tomando banho e vejo aquilo ali, eu começo a chorar. Às vezes a noite eu fico pensando: ‘Meu Deus do céu será que um dia eu vou ter essa oportunidade de fazer essa mudança de sexo?’. Uma coisa que eu num vou me arrepender jamais de fazer é essa mudança [...] Independente do resultado, tal, não importa, [...] eu quero ter aquilo ali, é uma coisa que falta em mim, é como se fosse um pedaço do ‘quebra-cabeça’, tá faltando pra poder me completar [...] Acho que enquanto não fazer essa cirurgia vai ser sempre assim. É muito arriscada a cirurgia, é um preço que eu quero pagar, com certeza, é uma coisa que eu quero. Não importa se eu chegar a morrer numa mesa da cirurgia, mas eu quero morrer com a minha vagina entre minhas pernas [...] Talvez incomode mais a mim do que as pessoas. Eu sempre rejeitei relacionamentos por conta disso, por que eu ficava pensando assim: ‘Meu Deus do céu, eu vou tá com um cara que eu num vou nem poder deixar ele me tocar, poder ficar nua na frente dele’ [...] Se faço, faço com as luzes apagadas, mesmo assim incomoda. E acho que vou me sentir mais

segura quando eu tiver feito essa mudança de sexo. Vou deixar... Vou me sentir mais assim, vou me entregar mais (REBECA).

A certeza da entrevistada de que a cirurgia de readequação sexual trará maior aceitação de seu corpo repousa sobre o conflito da mente com o sexo. Então, podemos afirmar a necessidade de uma satisfação pessoal, ou seja, de inserir mais um elemento reivindicador do gênero com o qual se identifica, sendo a vagina para ela o signo ou “o pedaço do quebra-cabeça” que irá completa-la. Se tratando da satisfação pessoal intimamente ligada ao sentimento de estar completa, é problematizada a ideia deturpada do desejo de possuir uma genitália feminina para satisfação sexual.

Retomando as reflexões de Bento (2009) apresentadas anteriormente, é interessante trazermos informações relacionadas a intervenção cirúrgica de readequação sexual. Analisando o discurso de diferentes homens e mulheres trans, a autora chega à conclusão de que o principal fator que os motiva a procurar pela cirurgia é o desejo preponderante de serem reconhecidos/as socialmente como pessoas do gênero que melhor os identifica e não “penetrar ou ser penetrada”. Nesse sentido, o discurso de Rebeca é marcante “quero morrer com minha vagina entre minhas pernas”, além disso, vai de encontro com a conclusão da autora.

Quando a jovem reivindica a partir do seu discurso uma das características biológicas da mulher e demonstra está ciente dos riscos que a cirurgia possui, fica nítido o quanto seu sexo biológico a incomoda e conseqüentemente interfere na construção de sua identidade feminina.

Dando continuidade a linha de raciocínio da autora, a respeito da ideia errônea de que a cirurgia tem por finalidade a satisfação sexual, podemos estabelecer uma relação com a fala da entrevistada principalmente ao revelar sentir vergonha de expor seu corpo para a pessoa com a qual está se relacionando. Rejeitar alguns relacionamentos, apagar as luzes no momento do sexo, evitar muitos toques do parceiro são estratégias utilizadas para evitar o confronto direto com seu órgão genital. Embora demonstre acreditar se sentir mais segura e entregar-se mais na relação assim que conseguir a readequação do sexo, não há aqui conotação de desejo por maior prazer sexual. Ao contrário disso, existe grande vontade de lidar melhor com o corpo diante das relações sociais, uma vez que a sociedade hostiliza, marginaliza e exclui quem não se adequa a certos padrões.

Aran e Murta (2009) sugerem que a realização da cirurgia chega a ser a única possibilidade de transexuais conseguirem inclusão social. Por isso, alguns homens e mulheres trans a desejam, pois acreditam que este seja o meio para se chegar a um reconhecimento social mais vasto. As autoras prosseguem refletindo hipoteticamente sobre a necessidade da

cirurgia, caso o mundo fosse diferente e aceitasse a diversidade de gênero. É certo que nem todas as pessoas transexuais tem o desejo de se submeterem a tal procedimento, pois conseguem lidar perfeitamente com o órgão genital que tem. Contudo, há os que veem a cirurgia como uma forma de construir-se e se sentirem completos, como deseja Rebeca.

3.2 “Não, eu não sou travesti, sou uma mulher transexual!”: idealizações do ‘ser mulher’ e demarcações identitárias

A idealização que Rebeca traz sobre a imagem de mulher exige que uma abordagem analítica do seu discurso seja pautada na discussão sobre gênero, visto que, a categoria ‘mulher’ não pode ser tratada de maneira separada, pois, pensar na mulher é ao mesmo tempo pensar no gênero e, este último, está para além do biológico. Louro (1997), ao discutir a conceituação e a historicidade do gênero enfatiza sua emergência a partir da história do movimento feminista que surgiu da luta pela equidade de direitos. Para ela, o gênero é plural e está em constante processo de formação, não é fixo e nem pensado como uma construção de papéis masculinos e femininos, já que ele transcende o binarismo. Butler (2003) é outra autora essencial para essa discussão, pois pensa o gênero a partir do feminismo como *performativo*⁵.

A imagem de mulher que Rebeca possui obedece aos requisitos histórico-culturais que representam a figura feminina na perspectiva naturalizante do ser mulher. Seu desejo pela cirurgia de redesignação sexual, ou seja, a reivindicação de uma característica socialmente aceita como pertencente ao sujeito mulher representa um exemplo perfeito do poder que o contexto social exerce na reprodução de “verdades”. Desse modo, partindo do princípio de que o gênero se trata de uma construção social alicerçada sobre o que Michel Foucault chama de discurso, vemos na fala da entrevistada a atualização discursiva do ideal feminino.

Em nossa segunda entrevista, após contar que independente da concepção alheia sobre si, continuaria se sentindo uma “mulher normal”, Rebeca é questionada sobre o que de fato seria uma mulher “normal”. Assim responde:

Eu nem sei dizer... Uma mulher que já nasceu mesmo, já nasceu mulher, não foi preciso passar por essa transição. Pra mim eu sempre fui mulher, eu só tava no corpo errado, só isso. Sempre fui aquela coisa muito delicada, de sentar, de falar, até o modo de escrever, sempre fui aquela coisa muito sentimental. Qualquer coisinha eu chorava [...] Eu tive essa sorte que nem muitas outras têm, ‘passabilidade’, porque já tá falando ‘passar’, onde a transexual já tá igual uma mulher. Não tem vestígio

⁵ Nas palavras de Butler, atos, gestos e desejo são elementos que representam “fabricações manufaturadas” produzidas na superfície do corpo com a finalidade de organizar o gênero. Por isso a autora os denomina como *performativos* (BUTLER, 2003, p. 194).

nenhum de homem, geralmente trans tem aquele ombro largo, tem aquela voz grossa, tem aquele gogó, tem aquele rosto não tão feminino e coisas que eu consegui (REBECA).

Ao colocar que a mulher “normal” já nasceu assim, e por isso não foi necessário passar pelo processo de transição de gênero, Rebeca evoca o discurso naturalizante de que a natureza é a principal responsável por conceber o ‘ser mulher’. Significa dizer que um distanciamento é posto entre a mulher “normal” e a mulher transexual, onde o corpo/sexo exerce papel de segregação.

É notável que quando são superiorizados elementos biológicos como o corpo e o sexo para pensar o gênero, emerge do discurso uma visão simplista e dicotomizada. Essa visão é pautada na ideia de que o pênis simboliza um caractere anatômico exclusivamente do homem, da mesma forma que a figura do homem representa a masculinidade, de modo que o oposto caracterizaria a mulher. Louro (1997), a partir dos estudos de gênero do movimento feminista contemporâneo, ressalta a necessidade de buscar compreender a representação social que as características sexuais possuem e os valores culturais atribuídos a elas. Ou seja, conhecer as construções sociais sobre o sexo para poder entender a construção dos gêneros em determinado momento e lugar. Tendo como base o discurso da entrevistada, vemos que a sociedade de Grajaú representa a mulher a partir do prisma biologista.

A figura feminina presente no discurso de Rebeca está constantemente atrelada ao biológico. Para ela, o ser mulher consolida-se como tal à medida que aspira aspectos “naturais”, dos quais cita o sentimentalismo, a delicadeza e a genitália. Embora reforce a ideia de que se sente mulher mesmo não possuindo útero e vagina, frequentemente agarra-se a elementos que naturalizam a imagem da mulher, como por exemplo, uma possível essência feminina. Pitanga (2015), ao analisar as marcações de gênero no discurso publicitário, destaca dois aspectos acerca da representação da mulher e do feminino comumente usado em campanhas publicitárias. Vale destacar que a autora trata a publicidade como um *enunciado*, que por sua vez é componente da ideia de discurso em Foucault. Assim, referente ao primeiro aspecto ela afirma que “(1) as imagens das mulheres são, predominantemente, associadas à emotividade, à relação com o corpo e dentro de uma esfera doméstica e/ou íntima” (PITANGA, 2015, p. 91).

A partir do aspecto apontado pela autora, nota-se que a imagem da mulher e do feminino é desenhada, de modo que a diferença de gênero é consolidada com a finalidade de naturalizar o discurso binário de gênero, sobretudo, no que diz respeito ao ser mulher. Nesse caso, pontuando o discurso como “moeda de troca” nas relações sociais, é possível ver sua

atuação e atualização nas falas da entrevistada, pois quando exalta modos delicados de falar, sentar, escrever, assim como também sua emotividade, ela indiretamente está falando da construção social do sujeito mulher que perpassa sua concepção.

Esses arranjos que dão a ideia de algo interno ao sujeito como, por exemplo, uma identidade, sugerem estar incorporados no indivíduo. Contudo, segundo a conceituação de performatividade em Butler, eles são superficiais, não produzem uma essência, apenas fabricam a realidade e a vendem ilusoriamente como núcleo do sujeito.

Utilizando o termo “passabilidade”, Rebeca relata que socialmente as pessoas a enxergam como uma figura feminina. O significado informal da palavra diz respeito ao fato de passar socialmente despercebida, sem que as pessoas notem que aquela mulher esteja passando por uma transição de gênero. Para conseguir isso, a jovem utiliza como artefato sua feminilidade. Entretanto, estabelece dois importantes pontos no que tange a idealização de mulher que ela possui, os quais estão presentes nos trechos destacados: “onde a transexual já tá *igual* uma mulher” e “Não tem *vestígio* nenhum de homem”.

Neste sentido, segundo a concepção da entrevistada poderíamos concluir que a mulher transexual seria uma espécie de ‘projeto em processo’ que ainda não se concretizou? Ou poderia ser a mulher transexual um sujeito poluído por “vestígios” de masculinidades carentes de assepsia para que, então, seja reestabelecida a identidade feminina? O que se pode notar é que para ela, a feminilidade é elemento de grande importância na construção de sua identidade.

Pitanga, apresentando o segundo aspecto identificado sobre a representação da mulher na publicidade informa que “(2) a visibilidade das mulheres nas propagandas de cosméticos (re) afirma as marcações de gênero e a vinculação da mulher a determinados papéis sociais” (PITANGA, 2015, p. 91). Daí é possível identificar um componente do discurso trabalhando em prol da naturalização de pelo menos um padrão feminino, pois, associar as mulheres a cosméticos generaliza o interesse desses indivíduos pela vaidade, a preocupação em apresentar para a sociedade o cuidado com o corpo no sentido estético. Além disso, atribui tais características ao feminino, sendo assim, a mulher teria de ser sinônimo de feminilidade.

As demarcações de papéis de gênero criam hierarquias que valorizam as subjetividades e identidades tidas como legítimas por se enquadrarem nas normas, punindo as que não se enquadram, e por isso, são consideradas subversivas. Louro (1997) critica a polarização dos gêneros e acena para a desconstrução binária de gênero, de modo que a

compreensão sobre o assunto tenha como foco, por exemplo, a análise dos arranjos sociais e da história. Assim, Louro expõe que:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal, não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 1997, p. 32).

Na visão da autora é perceptível que o conceito de gênero abarca a pluralidade inerente a cada indivíduo. Não se deve falar em um único masculino ou um único feminino, visto que o primeiro contém o segundo e vice-versa. Além disso, não existe a verdadeira mulher, assim como também não existe a única feminilidade, mas várias outras que estão a nossa volta. É interessante refletirmos a especificidade do feminino em está associada exclusivamente a mulher, pois, assim como há mulheres masculinas, há homens femininos.

Louro deixa claro que a singularidade do masculino e do feminino excluem os sujeitos que não se inserem no binarismo hegemônico de gênero, sendo necessária a desconstrução da polarização para que a diversidade de expressões de gênero seja reconhecida e legitimada. Apesar de discorrer sobre as identidades de gênero marginalizadas e reprimidas, ela revela a produção dos gêneros nas relações de poder “através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas*” (LOURO, 1997, p. 41, grifos da autora). Sendo assim, é possível citar como exemplos da produção de gênero nas relações de poder, o modo de sentar, falar e escrever relatados por Rebeca.

Voltando ao assunto sobre as entrevistas feitas com Rebeca, conforme foi discorrido no subtópico anterior, pude notar a relação conflituosa que ela tem com o corpo, em específico, com o sexo. Nesse contexto, observei que outros aspectos biológicos são referências em seu discurso sobre mulher. Isso me fez refletir a respeito do quanto é importante para ela naturalizar a construção de sua identidade, para que assim, possa adquirir o reconhecimento social desejado. De fato, há o desejo da jovem em se aproximar de aspectos biológicos da mulher cis gênero, entretanto, é preciso considerar o fato de que a mulher biológica é uma construção social atravessada em sua subjetividade. Em vista disso, ela comenta:

Eu tendo a minha genitália feminina entre as minhas pernas, é o que importa. Eu nunca quis ter aquele peitão, ter bundão [...] Eu me sinto tão mulher que eu falei assim: 'Ah eu quero menstruar, eu quero sentir a dor de uma cólica' [...] Pra tu ter uma ideia que eu me sinto tão mulher que eu quero sentir aquela dor. Eu vejo minhas irmãs chorando lá em casa com aquela dor e eu ficava assim: 'podia ser eu ali'. A mãe fala assim: 'tu tá ficando é doída, num sabe nem a dor de uma cólica'. Não me importa, eu quero. Quem sabe eu sentindo aquela dor eu vou me sentir ainda mais mulher (REBECA).

Com base nesse relato, o desejo de absorver características “naturais” como, por exemplo, ter genitália feminina e sentir cólicas menstruais, confirma o que venho desenvolvendo a respeito da idealização de mulher socialmente construída. É interessante que a jovem atribui o desejo de poder menstruar ao fato de sentir-se mulher, porém, logo em seguida a mãe (mulher cis gênero) a contraria, sugerindo que as dores de cólica não é algo que se possa desejar. A mãe, mulher biológica, de forma indireta tem repulsa a referida dor e dessa maneira se opõe ao desejo da filha. Com isso, fica nítida a distinção entre a concepção de ambas, nos levando a questionar se estaríamos, portanto, diante de duas mulheres que lidam de forma diferente com a menstruação? Ou, estaria Rebeca buscando formas que possibilitassem a materialização de suas idealizações a respeito da mulher?

As normas de gênero são reproduzidas no campo social à medida que idealizações são colocadas em práticas através de atos e ações do sujeito, (BENTO, 2006). Nesse sentido, as pessoas que não apresentam linearidade ou coerência entre a prática e o idealizado, representam socialmente o papel de subversivos, pois causam “bagunça” na ordem binária de gênero responsável por distinguir e classificar os indivíduos na sociedade. No caso de Rebeca, poder menstruar reafirmaria mediante as relações de poder a mulher biológica presente em seu discurso. Bento prossegue com o seu raciocínio:

Quando se pergunta: "o que é ser mulher/homem?" ou "o que o/a leva a sentir-se mulher/homem?", são articulados enunciados que funcionam como idealizações. Ao se vincular o gênero a um conjunto de atributos relacionados ao homem e à mulher, está se falando das suposições baseadas numa natureza que falaria por intermédio dos atos. Os sujeitos, buscando realizar essas idealizações, passam a agir por pressuposições. Quando se pergunta a um/a transexual o que é ser mulher/homem, essas idealizações emergem em suas narrativas. Caso nos detivéssemos nesse núcleo central, estaríamos apontando o nível das reproduções hegemônicas. No entanto, ao colocar esse discurso em ato, em ação, não se nota uma correspondência linear e mecânica entre as idealizações e as práticas. No caso dos/as transexuais, a implementação dessas idealizações está desde o início comprometida, pois um dos pilares de sua sustentação é a determinação das subjetividades pela estrutura biológica (BENTO, 2006, p. 94).

Segundo a autora, pensar no que seria uma mulher ou um homem é um exercício que faz com que o sujeito delimite uma identidade fazendo uso de suposições e idealizações. Para

tanto, esse sujeito recorre a natureza visando sustentar seu pensamento na matriz biológica e, por conseguinte, busca expressá-lo em atos e ações. Essa praticidade em pensar a idealização da figura feminina sob a estrutura biológica para pôr em ação, torna-se dificultosa para Rebeca, uma vez que, a vontade de sentir cólicas menstruais não produz o efeito de poder menstruar. Sendo assim, é perceptível a carência de linearidade e coerência na imagem de mulher que ela possui, visto que, executar essa imagem necessita dispor-se de aspectos biológicos.

A formação discursiva que antecipa o sujeito homem e o sujeito mulher é problemática, pois constitui previamente uma pessoa a partir da determinação do seu sexo. Butler considerando o gênero como flutuante e a interpretação plural do sexo, pontua que “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um corpo masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003, 24-25, grifos da autora). Assim, as polarizações gênero/sexo, homem/mulher, masculino/feminino são pensadas em suas multiplicidades, propondo garantir inclusões.

Rebeca traça sua história de vida de maneira aberta e com entusiasmo, além de enriquecer seus relatos com detalhes carregados de subjetividades. A partir disso, indica o caráter processual da construção de sua identidade quando relembra as diferentes fases de sua vida, é o caso da escolha do próprio nome. Ela relata que antes do seu atual nome, existiram outros ao começar a se apresentar socialmente como mulher. Alguns foram adquiridos naturalmente, um deles atribuído por pessoas próximas, já o atual é fruto de uma busca minuciosa para encontrar um nome que a fizesse se sentir representada pelo mesmo. Hoje, Rebeca diz está finalmente satisfeita com o nome escolhido, a tarefa agora é conseguir sua adequação nos documentos. A fala seguinte mostra um pouco sobre as escolhas e mudanças de nomes:

Já tive tanto nome, já me chamaram de F..., já me chamaram de D... Eu sempre tive vários nomes até se encaixar no nome que eu tenho hoje. [...] F... foi o pessoal que me deram, não sei por que. D... É porque eu vi uma mulher na televisão que aquela mulher era muito bonita, eu sempre quis ser igual aquelas mulheres da televisão. Eu assistia aquilo, eu via elas se maquiar, via elas usar lápis de olho, via elas com cabelo grande e eu queria ser aquilo. Eu via aquela mulher muito bonita, uma morena bonita e falei assim: ‘Meu nome quero que seja D...’ (REBECA).

Pensando a identidade como plural, constante e não-fixa, o trecho destacado caracteriza o seu processo de constituição, no qual está inserido o discurso. Com isso, nota-se que o discurso exerce influencia preponderante através do enunciado que, nesse caso,

representa a televisão disseminando de modo intensivo os padrões de mulher. Todavia, tratamos a princípio as mudanças de nome, analisando-as como recorte que exemplifica as constantes transformações da identidade. Para o suporte das análises, retoma-se o pensamento de Swain (2005), que classifica a identidade como nômade, ou seja, ela não possui estabilidade em virtude de ser transitória, portanto, está em constante transformação.

Louro (1997), também contribui no sentido de que ao buscar compreender o gênero como constituinte da identidade, ver a pluralidade, diversidade, capacidade de transformação e a possibilidade de contradições que a identidade possui. As duas autoras refutam a ideia de permanência identitária. Por isso, associando suas reflexões com a fala de Rebeca, se pode fazer uma leitura harmônica da identidade que se (re) constrói dia após dia.

No que diz respeito ao discurso interagir com a sua identidade por meio do enunciado, aqui representado pela TV, a vontade que ela tem de “ser igual as mulheres da televisão” mostra o poder do discurso em reproduzir certos padrões. Com base nisso, é possível perceber a influência que a mídia exerce na subjetividade e identidade das pessoas, generalizando comportamentos, corpos e sentimentos, buscando padroniza-los. A maquiagem e os cabelos longos, intimamente ligados a figura da mulher, estruturaram ideais de beleza, de mulher e de feminilidade que despertaram na jovem o interesse em segui-los.

Essa influência ocasionada pelos recursos midiáticos faz com que subjetividades sejam desenhadas sob os seus moldes. Neste sentido, padrões de gênero, feminilidade e sexualidade, abrem espaço para a marginalização dos sujeitos que reúnem conjuntos de marcadores sociais que não fazem parte das normas. Em se tratando do binarismo de gênero, fica claro que trejeitos, roupas, acessórios, comportamentos, sentimentos e a própria feminilidade, estabelecem um padrão de mulher a ser seguido pelas demais.

Vale lembrar que não é de hoje que tais determinações sobre a “mulher ideal” são disseminadas no mundo. Pitanga (2015) ressalta as reflexões de Mary Del Priore (2004) ao afirmar que:

Durante o século XV e XVI, a beleza que impressionava era caracterizada pelos parâmetros renascentistas, em que predominavam os cabelos claros e longos, com ombros fortes, seios redondos e costas sem nenhum sinal de ossos á mostra. Com a chegada dos primeiros colonizadores no Brasil, o protótipo de beleza para os portugueses recém-chegados é transferido para a imagem da mulher indígena, com cabelos escuros e longos e sem o pudor de mostrar seu corpo (PITANGA, 2015, p. 89).

Nesta perspectiva, a historicidade do que se compreende acerca do gênero feminino apresenta alterações na figura da mulher no decorrer do tempo. Considerando o processo de

transformação social e cultural dos padrões, isso nos instiga a repensar a ideia de “mulher ideal da atualidade”, tendo em vista a multiplicidade de corpos e gêneros. Uma única forma de ser mulher não seria apropriada para compor as diferentes formas existentes, e por isso cria-se um grande problema que tem como principal consequência as exclusões na sociedade. Nesse sentido, as tecnologias configuram-se como atributos responsáveis por naturalizar e cristalizar a criação de margens.

No que tange as demarcações identitárias, observou-se nas falas de Rebeca a delimitação da sua identidade diante das relações de poder, sendo para ela imprescindível principalmente para que pudesse reafirmar a identidade própria. Tomando isso como exemplo, se pode inferir que a construção identitária do gênero se daria à medida que fosse realizada a negação de outra identidade. Conforme discorre Foucault (1995), a identidade se constitui nas relações externas ou relações de poder, com aspectos internos e externos ao sujeito.

Louro se atentando para a pluralidade de gêneros, nos instiga a pensar na desconstrução de sua ordem binária e no perigo que as classificações implicam. Nessa perspectiva, Rebeca suscitando a identidade de gênero das travestis para diferenciar da transexualidade, mesmo que sem intenção, propõe uma análise sobre ambos os termos.

Os saberes comumente divulgados mostram uma considerável diferença entre travestis e transexuais ao associarem a figura do/a transexual com patologias, pois consideram que transexuais não conseguem lidar com o próprio sexo. Já a imagem das travestis está em constante associação com a prostituição, uso de drogas e a criminalidade, se distinguindo de transexuais pelo fato de lidarem bem com o órgão genital que possuem. Porém, não significa dizer que tais generalizações representam fielmente a realidade dessas pessoas, que as diferenciam, ou que signifiquem características peculiares de suas identidades.

Santos (2014), discutindo as construções identitárias de transexuais e travestis, apresenta uma série de proximidades e afastamentos. Para ele, travestis e transexuais compartilham das mesmas estratégias de identificação com o gênero feminino, entretanto, faz ressalvas quanto às formas diferentes de vestimentas, comportamentos e vocabulários. O seu argumento principal está em dizer que tanto as travestis quanto as transexuais podem flexibilizar-se e se auto afirmar ora como travesti, ora como transexual, dependendo do contexto político no qual estão inseridas.

O autor conclui dizendo que as classificações identitárias não conseguem abranger a diversidade de gênero. Além disso, ele comenta que se distanciar da relação histórica das travestis com a prostituição consumaria o ato de “purificação”, pois “assumir-se transexual

em algumas situações parece oferecer uma nova possibilidade de representação positiva de si” (SANTOS, 2014, p. 96).

Rebeca estabelece a diferença entre travesti e transexual afirmando que:

Muitas se prostituem e acho que travesti pra mim é aquela pessoa que aceita ter um órgão genital masculino entre as pernas, que não se importa. Pra mim travesti é isso. Por mais que você tenha uma aparência feminina você tem o órgão genital masculino entre as pernas, mas não se importa. Pra mim travesti é aquilo. Já a transexual é eu que me incomodo, por eu ter um ombro largo, me incomodo por eu ter um órgão genital masculino entre as pernas. Tem uma diferença sim pelo pouco que eu sei. Eu sou muito criticada pelo o que as outras fazem. Tem travesti que se prostitui, rouba, usa droga e pelo fato de uma fazer todas são julgadas. Eu sou julgada pelo o que as outras fazem. Eles nunca pararam pra pensar assim: ‘Ela é diferente’. A gente é sempre julgada pelo o que os outros faz. Por que o que se ver mais em jornal é travesti se prostituindo, vendendo droga, usando droga é roubando e por isso a gente é julgada (REBECA).

Analisando esse trecho da fala da entrevistada, retomo o que foi dito anteriormente a respeito das concepções generalizadas sobre as travestis. Para Rebeca, a relação que a travesti tem com o próprio órgão genital já se caracteriza um dos fatores que distingue a travestilidade da transexualidade. Ela estabelece essa diferenciação a partir da comparação com sua própria experiência, já que não lida bem com sua genitália e sonha com a cirurgia de readequação sexual. Para refletirmos sobre essa questão, pontuo novamente Bento (2006), que em sua pesquisa se depara com homens e mulheres transexuais que não desejam se submeter a esse procedimento cirúrgico.

A entrevistada prossegue citando algumas possíveis diferenças entre travestis e transexuais, além de ressaltar que a imagem das travestis está sempre atrelada ao uso de drogas, roubos e prostituição. O julgamento social sobre todas essas pessoas a deixa incomodada de modo que afirma: “eles nunca pararam pra pensar assim, ela é diferente”. Esse desconforto causado pela generalização das travestis e transexuais faz com que ela queira ser vista de forma diferente. Isso nos leva a crer que delimitar a identidade transexual, recorrendo à abjeção do órgão genital e o desejo pela cirurgia, é uma forma de apego provisório que Rebeca encontra para reafirmar a sua identidade nas relações de poder.

Para refletirmos, trago novamente as análises de Santos (2014) referentes a travestilidade e transexualidade. O autor analisa o contexto político como a arena onde se pode evidenciar a utilização das *transidentidades*⁶ para se flexibilizar e, assim, se firmar como ‘A’ ou ‘B’ dependendo da positividade/benefício que essa ação possa trazer para si. Com base

⁶ O autor utiliza esse termo para se referir a ação estratégica de travestis e transexuais flexibilizarem-se, no intuito de conseguir inserção social em determinados contextos políticos, por exemplo.

nisso, é possível notar na fala da entrevista semelhanças com o que o autor diz, pois ela demonstra interesse em conseguir essa positividade, embora isso implique reforçar as margens de outras identidades. Não pretendo questionar a identificação de Rebeca como transexual, nem encaixotar as travestis e transexuais em conceituações que limitem a diversidade de gênero, mas busco refletir sobre a multiplicidade de identidades e a pluralidade de gêneros, que podem se distinguir, complementar e se inter-relacionar.

Outra visão que Rebeca tem das travestis, se refere ao comportamento e o modo de se vestir. Enfatizando que algumas travestis também queiram se ‘comportar’, ela diz o seguinte:

Eu me comporto, eu sempre fui muito tímida, sempre fui muito reservada, eu sempre fui de casa, sempre fui caseira, eu num gosto de festa e quando vou pra uma festa eu sou lá na minha. Já recebi muitos elogios dessa parte, poucas pessoas veem esse meu comportamento e diz: ‘Ah! eu acho bonito da tua parte, você é uma transexual, você é uma travesti comportada, não é que nem as outras que querem fazer barraco, que quer aparecer’. E eu sempre falo assim: ‘Não, eu não sou travesti, eu sou uma mulher transexual’. Existe essa diferença, e você nota, eu acho que nota pelo comportamento. Mas eu acredito que existe travesti que também queira se comportar, queira andar decentemente. Então pra mim essa é a diferença, por eu ser mais quieta, por eu ser mais reservada, por eu me vestir decentemente. Porque geralmente travesti usa mais aquilo, que tem aqueles peitão, aquele decote, é, shortim curtim, aqueles saltão, aquela coisa, aquela maquiagem pesada (REBECA).

Aqui vale ressaltar, que o comportamento é colocado como característica das mulheres trans, e é justamente por isso que a jovem enfatiza “não, eu não sou travesti, eu sou uma mulher transexual”. Na inexistência de um “eu” permanente e identitário, surgem delimitações que buscam legitimar o “eu” diante dos “outros”. Relembrando Alcântara (2015), identificar-se com marcadores culturais e sociais internos e externos ao sujeito faz parte da construção identitária, mas dependendo das situações recorrer de forma estratégica a um ou a outro é o mais apropriado nas relações de poder.

Considerando o relato de Rebeca quando diz que: “existe travesti que também queira se comportar, queira andar decentemente”, surge uma questão a ser problematizada. Não havendo diferença no comportamento de travestis e transexuais, nem no modo de se vestir e nem na relação com a genitália, que marcadores utilizar para definir o que é ser travesti e o que é ser transexual? Com base em Butler, Sousa (2015) conta que hipoteticamente ao comparar um sujeito travesti a um sujeito mulher, é possível que seja atribuído a travesti o significado de cópia ou *paródia* ao afirmar que esse sujeito busca parecer a “matriz original”, que seria a mulher cis gênero. Todavia, a partir do pensamento de Butler o sujeito mulher

como “matriz original” é questionado, uma vez que esse sujeito é uma das possibilidades de ser mulher.

É ampla a discussão sobre identidade, gênero e sexualidade, não foi meu propósito neste subtópico encontrar conceituações concretas para definir a travestilidade, pelo contrário, me propus refletir sobre as demarcações e idealizações identitárias inseridas no âmbito da diversidade de gênero e de identidades.

3.3 “Era só mais um viadim na sala”, “Nossa, você parece mulher!”, “De onde foi que veio aquilo?”, “O que é aquilo?”, “É homem ou mulher?”: experiências escolares

Louro (1997) descreve a escola como uma instituição que produz diferenças, distinções e desigualdades desde o princípio. A sua organização interna se encarrega de elaborar formas de distinguir os indivíduos através de seus currículos, brincadeiras, normas, material didático entre outras coisas, estabelecendo também hierarquias que separam os/as alunos/as uns/umas dos/as outros/as. A autora alerta para a “fabricação” dos sujeitos no contexto escolar a partir de ações “naturais” que sutilmente aplicam “marcas distintivas” nos indivíduos, construindo suas “identidades escolarizadas” e se inscrevendo em seus corpos. Reportando às análises de Alcântara (2015), destaca-se a normalização que essa instituição impõe sobre os alunos através do disciplinamento, visando combater as anormalidades, por isso torna-se difícil a tarefa de pensar a diversidade de gênero nesse contexto.

Para Rebeca, a escola é um ambiente que traz dolorosas lembranças. Quando procura traçar sua trajetória escolar, esbarra em acontecimentos marcantes que mostram os diferentes preconceitos vivenciados ali, os quais contribuíram para sua saída posteriormente. Desde sua infância, a escola imprimiu severamente seu objetivo normalizador, antes mesmo de descobrir-se como mulher transexual, quando ela ainda acreditava ser um menino gay. Sua “feminilidade” quebrava os protocolos heteronormatizadores que deveriam ser reproduzidos ali e futuramente na sociedade. Por isso era alvo fácil de “ações corretoras” sobre esse “desvio”, como mostra a fala a seguir:

Pra mim era normal porque antes eu não me importava por eles tá me chamando de Antônio. Mas sempre tinha aquelas zoação de menino. Mas questão de professores me tratavam super bem, tal, de boa, minhas amigas. Mas sempre tinha um grupim de moleques que ficavam debochando porque eu comecei a minha transição muito cedo. Eu fui começando a ganhar curvas, característica feminina e eu ainda usava aquelas roupas masculinas, achava meio estranho, já tinha o cabelo meio comprido. Era pra mim normal. Amigas, mulheres, normal. Mas no grupo de meninos chamavam: ‘Oh o gayzim, oh o viadim, num sei o quê e tal’. Aí pra mim era gay.

Nem me importava de jeito nenhum. Era só mais um viadim na sala, vamos dizer assim. Nunca entrei numa sala pra falar assim: ‘Ah! Tem outro gay ou travesti comigo’. Eu sempre fui a única da sala. Toda minha vida que eu estudei eu sempre era a única da sala e aquilo ali que também me matava, porque tipo assim, eu olhava para um lado, olhava pro outro e não tinha ninguém que poderia me entender, ninguém que poderia compartilhar essas coisas (REBECA).

Conforme está presente em sua fala, por um lado os professores e as amigas não apresentavam preconceitos, mas por outro, era atacada fortemente por inúmeros insultos e provocações advindos de grupos de meninos. Considerando o fato de que ela se via como um menino homossexual, da mesma forma que as demais pessoas a enxergavam, citamos Louro quando diz que “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confina-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos” (LOURO, 1997, p. 68). Essas hostilidades direcionadas aos sujeitos que não seguem os padrões normatizadores causam grandes impactos no processo de construção da identidade, fazendo com que gays e lésbicas imprimam a imagem de si como pessoas “desviantes”, “indesejadas” ou “ridículas”.

Com a negação de gays e lésbicas nesse espaço legitimado, podemos pensar na escola de modo geral e que lugar ocupa a mulher transexual nesse contexto. Os preconceitos institucionalizados nesse ambiente têm como principal consequência a evasão escolar de muitos/as, é o caso de Rebeca, que fugiu da violência escolar por duas vezes e atualmente encontra-se sem frequentar a escola. A ausência de outro LGBT que compartilhasse das mesmas dificuldades vivenciadas por ela naquele ambiente, contribuiu para a sua não permanência na escola.

Dando continuidade a discussão em torno da escola, utilizo como reflexão o seguinte trecho da fala da jovem: “eu nunca entrei numa sala pra falar assim, Ah! Tem um outro gay ou travesti comigo”. Com isso, é possível questionar a ausência de LGBT’s nesse ambiente, principalmente de travestis e transexuais, podendo ser coincidência ou representação de ações normalizadoras da escola. Isso inclui os preconceitos e discriminações presentes nesse espaço, tendo como consequência a evasão de gays e travestis, por exemplo. Alcântara (2015) descreve a escola como marcada pela cultura heteronormativa, a qual se baseia em princípios religiosos, assim como também na herança colonial, sustentando dessa maneira as diferentes manifestações de discriminação contra os “desviados”.

A caracterização da trajetória escolar de Rebeca apresenta mudanças visíveis com relação aos preconceitos e discriminações sofridos por ela. Na sua infância, os insultos e as gozações vivenciados na escola podem ser classificados como homofobia, enfatizando que tanto para Rebeca, como para as demais pessoas, aquela criança era um menino gay. Em

contrapartida, na medida em que passou a identificar-se como mulher, ações homofóbicas do tipo “oh o gayzim, oh o viadim”, transformaram-se em transfobia, cujo efeito é evidenciado no momento em que é descoberto seu nome de registro. Questionada sobre como a escola a recebia, ela comenta a forma como era tratada antes e depois de descobrirem o seu nome de batismo:

Como uma mulher normal. Chegava, era perto de meus amigos homem. Até cantada de amigos eu recebia pedindo em namoro, aquela coisa toda. Era mil maravilhas, quando ninguém sabia. Me tratavam como uma mulher, na chamada era Rebeca e tudo. Pra mim era muito bom. No dia que meu nome de verdade foi espalhado, no outro dia que eu cheguei no colégio eu já senti a diferença. Olhares, aquele grupo de amigos, amigos homens que ficava o tempo todo perto de mim se afastaram. Até amigas minhas mesmo se afastaram, me deixaram isolada. Foi aí que eu falei assim: ‘Meu Deus do céu, tá difícil pra mim agora!’. Eu me senti muito chateada. E eu lembro que fui dentro do banheiro e comecei a chorar, porque eu me senti como se fosse um bandido, um ladrão que rouba um bairro, o bairro vem todo pra cima dele e começa apontar, começa olhar diferente, um olhar de raiva, de desprezo. Muitos de nojo [...] Eu acho que eu peguei pavor de escola pra falar a verdade. Eu acho que se, eu acho não, eu tenho certeza que se eles não tivessem descoberto meu nome, até hoje eu estaria numa sala de aula. Eu até teria terminado meus estudos [...] Eu já mudei tanto de escola, passei de uma pra outra pensando que ia melhorar alguma coisa, mas infelizmente saí de uma e vim pra uma pior (REBECA).

É interessante essa fala de Rebeca, pois traz a figura feminina que a jovem apresenta socialmente, dando a entender que a ordem binária de gênero aparentemente estaria intacta no ambiente escolar e social. Em decorrência disso, não existiriam “motivos” para que ela fosse desrespeitada, afinal de contas, presumia-se que a suposta naturalidade biológica era fator comum entre ela e seus/suas amigos/as, portanto, era inexistente qualquer tipo de ameaça aos padrões normativos.

Segundo Louro, a escola não reproduz somente as concepções de gênero e sexualidade presentes na sociedade, faz muito mais que isso, pois ela própria é também responsável pela produção de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais (LOURO, 1997, p. 80-81). Nesse sentido, pode-se afirmar que quando posta em dúvida a “naturalidade” de tal produção, é acionada a realização imediata de assepsia para combater o sujeito “poluidor”. Citando os conflitos gerados dentro da escola após a descoberta do seu nome de registro, Rebeca expõe o reflexo do tratamento que a sociedade tem com as pessoas transexuais, uma vez que a produção de homem e masculinidade foi mal sucedida. Nessa perspectiva, a escola mostra sua face comprometida com a manutenção das divisões e desigualdades de gênero e sexualidade, conforme aponta Louro.

O isolamento imposto à entrevistada na escola, os olhares de raiva, desprezo, nojo e a comparação de sua exclusão social a um ladrão, explicam o pavor que ela tomou do ambiente

escolar. De fato, a hostilidade com a qual foi tratada fez com que ela abandonasse os estudos, consequência que poderia ter sido evitada, caso os educadores tivessem o preparo necessário para lidar com questões relacionadas ao gênero e a sexualidade. Se a sociedade pensasse na pluralidade que existe além da visão dicotomizada do masculino e do feminino, homem/mulher, pênis/vagina, direitos estariam assegurados, inclusive o de Rebeca ter acesso e permanência a educação. No entanto, o que se pode notar é a violação desse direito ao passo que a instituição escolar aplica sua normatização, cujas bases carregam preconceitos e discriminações.

A escola com seu objetivo de promover as diferenças entre meninos e meninas, alunos bons e alunos ruins, comportamentos desejáveis e comportamentos desagradáveis entre outras coisas, mostra ser um ambiente propício para que diferentes formas de violência sejam direcionadas a transexuais. Coelho e Sampaio (2014), com base em pesquisas sobre a transexualidade revelam que:

Para a maior parte dessas pessoas, a escola é sentida como um ambiente hostil e promotor de violência, revelando uma realidade moldada pelo despreparo e desconhecimento da sociedade e dos educadores sobre a transexualidade. Nessa fase, as situações antes vividas no seio familiar tornam-se públicas. Não são raros os relatos de situações e cenas em que diversas formas de agressão física e moral ocorrem. Tais situações vão muito além dos clássicos xingamentos geralmente dirigidos às pessoas que não correspondem às normas de sexo e gênero (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 19).

Certamente, a falta de conhecimento sobre o assunto contribui para que as violências ocorram de forma deliberada. Os preconceitos executados com o uso de xingamentos, de tão recorrentes, passam a ser naturalizados e banalizados. É aí que os insultos abrem espaço para outros tipos de violências, como a física e a moral. Essas situações anteriormente vividas na família, agora são atualizadas no contexto social, fazendo com que a transexual reviva essa experiência. Penso que isso justifica o fato de que muitas/os não suportando as referidas circunstâncias, acabam abandonando a escola. Felizmente, Rebeca não chegou a ser agredida fisicamente no ambiente escolar, talvez porque tenha sido condicionada a abandonar os estudos antes que isso viesse a acontecer.

Dando continuidade a entrevista, Rebeca expõe a fragilidade e insegurança que sentia ao frequentar a escola; sua preocupação com os xingamentos; com quem iria fazer trabalhos e etc. Hoje afirma está mais segura de si, pensa em voltar para a escola, pois sonha em tornar-se professora de inglês. É interessante o seu interesse pela educação mesmo tendo vivido períodos difíceis de sua vida na escola, os quais a levaram a sentir pavor do ambiente

escolar. Contudo, o sonho de ser professora representa dentre outras coisas, um ato de resistência:

Eu sempre me importei na hora de fazer trabalho em grupo, com quem que eu vou ficar [...] Antes eu me importava muito, hoje não, hoje eu tô mais assim evoluída. Eu acho que de tanto eu sofrer, passar por coisa, de tanto eu escutar me chamarem de bichinha, travesti, me chamaram até de aberração: ‘Ah tu vai queimar no inferno’, tanta coisa que eu já escutei e hoje eu nem me importo. Até você me perguntou se eu pretendia voltar pra escola sendo que eu disse que não, mas eu pensando bem, eu quero voltar pra escola, meu sonho é ser uma professora, não vou deixar de viver um sonho por causa dos outros. Pra falar a verdade, desde pequena eu sempre gostei de inglês, eu gostava mesmo de assistir as coisas em inglês, as músicas mais internacional, tipo Rihanna, Katy Perry [...] Ensinei um pouco, a minha professora falou que eu tava evoluída, tava mais na frente, coisas que ela ia ensinar eu já sabia. Ela tipo assim: ‘ah então tu vai me ajudar já que tu sabe’. Então é uma coisa que a cada dia eu fui pegando mais. Quero ser professora de Inglês (REBECA).

Como podemos ver, o relato sobre a escola é cruel e aparenta ter deixado marcas profundas em sua vida. Contudo, Rebeca sugere que essas experiências a deixaram mais forte diante dos preconceitos e discriminações. No decorrer da entrevista ela conta que sente vontade em retornar aos estudos, porém, só depois que a situação do nome for resolvida, ou seja, após ter o reconhecimento do nome social nos documentos oficiais de identificação. Para os/as transexuais, o nome é sem dúvidas um fator crucial no âmbito escolar e social, já que nesse contexto representa o reconhecimento do gênero dos indivíduos. Tal questão será tratada adiante com maior atenção.

Com detalhes, a entrevistada fala a respeito do sonho de ser professora de inglês, que teve início ainda na infância, a partir do gosto pelas músicas em inglês. Na escola, sua sociabilidade em sala de aula ajudando a professora e os colegas fez com que tomasse gosto pela profissão, de modo que enfatiza: “quero ser professora de inglês”. Assim, é traçada sua breve trajetória escolar, diferenciada das demais pela hostilidade com que foi tratada e que consequentemente a fez desistir dos estudos. Nessa perspectiva, Louro nos instiga a repensar as divisões sociais promotoras de desigualdades e exclusões, para que dessa maneira possamos tentar intervir nas contínuas reproduções. Para tanto, é necessário buscar desestabiliza-las, problematizando nossa conformidade com o “natural”.

Além da escola, a sociedade abrange diversos acontecimentos envolvendo preconceitos e discriminações contra transexuais. Isso ocorre porque a construção da imagem do sujeito transexual está sustentada na matriz biológica, que por sua vez atribui legitimidade aos sujeitos em conformidade com a lógica pênis/homem, vagina/mulher e automaticamente exclui os que não se enquadram em um desses polos. Com base no discurso e vivência de

Rebeca, será analisada a representação social que a cidade de Grajaú tem da mulher transexual.

Nesse contexto, o nome recebe destaque por significar um dos elementos chave na apresentação social dos indivíduos. As falas da entrevistada a serem apresentadas no decorrer das análises, mostrarão um pouco das dificuldades de inclusão social vividas por quem não possui os documentos em conformidade com sua apresentação social de gênero.

Vieira (2014), discutindo sobre o processo judicial e a adequação do nome e do sexo de transexuais, relata as vastas decisões judiciais favoráveis a essas pessoas quanto à adequação do nome e do sexo no registro civil. A autora também salienta os inúmeros decretos, resoluções e portarias que se propõem a garantir esses direitos a travestis e transexuais. Dentre as diferentes portarias citadas por ela, destaco a Portaria nº 1.820, do Ministério da Saúde, de 13 de agosto de 2009, que garante o direito de uso do nome de preferência na rede de serviços de saúde e a Portaria nº 1.612, de 18 de Novembro de 2011, do Ministério da Educação, que permite a utilização do nome social nos diferentes agentes públicos desse ministério.

No que concerne à mudança dos documentos (Antes ou depois da cirurgia), a autora afirma que a jurisprudência nacional tem se mostrado favorável quanto à adequação do nome e do sexo de transexuais. Segundo ela, não existe possibilidade de inclusão social de um indivíduo que tem o seu gênero em desarmonia com o nome, complementando que “finalmente, os tribunais têm entendido que a adequação do nome e do sexo para aquele em que o indivíduo se sente mais incluído, mais funcional, em nada prejudica terceiros, uma vez que o número dos documentos continuará o mesmo (VIEIRA, 2014, p. 216)”.

No estado do Maranhão, no dia 19 de Abril de 2018 foi assinada a portaria conjunta pelas Secretarias de Estado da Educação (Seduc) e de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) que possibilita o uso de nome social por travestis e transexuais nos registros escolares (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2018). Com base nesses fatos, se nota alguns avanços das políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT, em específico, para travestis e transexuais.

Embora exista esse leque de possibilidades para conseguir o reconhecimento do nome social, há outros fatores que dificultam a execução dos direitos de travestis e transexuais. Dentre eles, podemos citar a falta de conhecimento de algumas pessoas trans sobre seus direitos, o que torna dificultosa a sua garantia, já que não há reivindicação. Outro fator agravante é a invisibilidade dada a transexualidade por profissionais de diferentes instituições (hospitais, escolas e etc.). Esse agravante torna-se evidente quando não se

reconhece os direitos dessas pessoas, para informa-los sobre os mesmos, seja pela falta de conhecimento, seja pelo fato de não saberem lidar com esse público ou por ações motivadas pelo preconceito.

Rebeca conta que antes de iniciar o processo de transição de gênero, não se importava em ser tratada pelo seu nome de batismo, visto que, para ela e também para a sociedade, sua imagem era condizente como o seu nome. No entanto, ao apresentar-se socialmente como mulher, o nome de batismo traz grandes incômodos, tendo em vista que para a sociedade sua imagem e o seu nome evidenciam uma desarmonia, e conseqüentemente desencadeiam situações constrangedoras para ela.

Conforme dito anteriormente, embora existam diferentes portarias que visam preservar a dignidade de transexuais na sociedade, em determinados lugares isso não faz parte da prática. A fala da entrevistada a seguir expõe essa afirmativa:

Até então eu não me importava tá me chamando pelo nome masculino. Mas depois que a sociedade começou a me ver como uma mulher, aí eu comecei a me importar. Até hoje é muito constrangedor pra mim eu ir num lugar... num hospital e fazer uma ficha, eu tá lá esperando ser chamada e do nada chamam meu nome e na hora que levanto levanta uma mulher com o nome masculino. Os pessoal fica olhando assim assustado, sem entender nada, ficam cochichando. Quando eu entrego algum documento com meu nome masculino o pessoal fala assim: 'ah! Trouxe o documento errado, esse aqui não é o seu nome'. Eles nem imaginam assim, que eu seja aquela pessoa. É quando eu falo assim: 'Não, esse nome aqui é meu mesmo, é esse mesmo'. Aí a pessoa pergunta assim: 'Mas por que esse nome?'. Eles não falam assim: 'Ah tá, de boa, entendi'. Eles não entendem de primeira, eu ainda tenho que explicar a história toda, aquela coisa. (REBECA).

Os momentos descritos por Rebeca deixam claro o despreparo de alguns profissionais em lidar com o assunto e a surpresa que é para a sociedade visualizar uma expressão de gênero diferente do binarismo hegemônico. O discurso naturalizante a respeito do masculino e do feminino busca colocar os indivíduos em “caixinhas”, para que seja possível pensar sobre homens e mulheres a partir de uma perspectiva binária.

Cabe refletir sobre a influência que essas experiências exercem na vida e na construção da identidade da jovem. Sempre que mencionado o nome de registro, é realizada uma referência ao gênero que se nega, da mesma forma que pronunciar a palavra pênis atualiza na concepção pessoal e social a figura masculina. Vieira (2014) deixa claro o quão ridículo é o prenome masculino para alguém que se identifica como mulher e vice-versa.

Para as mulheres transexuais que ainda não conseguiram a adequação do nome social e do sexo nos documentos, o nome de batismo é uma forma de ressuscitar o gênero a que se opõe. Dessa maneira, quando pronunciado em particular ou em público, enquadrá as/os

transexuais em situações de extremo constrangimento (BENTO, 2006, p. 57). A autora prossegue e atribui a expressão ‘protocolos invisíveis’ às situações constrangedoras, como a de chamar a transexual pelo nome de batismo. Esses protocolos, por sua vez, são tão preconceituosos quanto os insultos de “veado” e “sapatão”, dentre tantas outras formas de preconceitos a que as/os transexuais são submetidos cotidianamente.

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira 1º de março de 2018, encerra o julgamento que havia sido iniciado na quarta-feira 07 de junho de 2017. No que tange ao processo de mudança de nome no registro civil para pessoas trans, decidiu por unanimidade que o prenome e o gênero do registro civil possam ser alterados sem a necessidade de intervenções cirúrgicas ou tratamentos hormonais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018). A partir dessa decisão, também não serão mais necessários processos judiciais que decidiam sobre tal questão com base em laudos médicos e psicológicos do indivíduo.

Outro evento importante ocorreu no dia 22 de março de 2018, onde o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que travestis e transexuais possam solicitar à justiça eleitoral a emissão do título de eleitor com nome social (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). O reconhecimento desses direitos apresenta um marco histórico na garantia da dignidade humana de travestis e transexuais.

No dia 12 de abril de 2018, Rebeca acompanhada de alguns militantes LGBT’s em Grajaú, retira o seu Título Eleitoral constando o seu nome social. Além do título, o seu nome social foi readequado no Cartão Nacional de Saúde (CNS) do SUS, passando a ser a primeira mulher transexual de Grajaú a desfrutar desse direito. Até então, não havia registros de que outras pessoas teriam requerido a mudança de nome nesses documentos na cidade.

Na sociedade, além do nome, a aparência física é atributo essencial para que sejam formuladas idealizações de homem e de mulher. Com base na concepção da sociedade grajauense, visualizada a partir do discurso de Rebeca, sublinho que a aparência física está socialmente ligada ao biológico, à anatomia do corpo e em específico aos órgãos genitais. Essas pressuposições a respeito da figura de homem e de mulher interagem constantemente com a construção identitária dos indivíduos, atravessam suas próprias concepções de tal forma que assim, são reproduzidos esses arranjos culturais. Em acordo com o que venho falando, Rebeca diz seguinte:

Por mais que eu faça minha cirurgia, para os outros ainda vou continuar sendo uma travesti, que nem eles dizem. Posso ter uma aparência total feminina, mas as pessoas vão falar assim: ‘Nasceu homem, vai ser homem!’. Nunca que eu vou ser pra

sociedade uma mulher, uma mulher cis, normal. Falaram pra mim que eu tenho aparência feminina, que por mais que eu faça uma cirurgia, que bote um – Até uma palavra feia – ‘botar’ [Ênfase] uma... Fazer uma cirurgia de redesignação sexual, eu nunca vou ser uma mulher completa porque eu num vou ter útero, porque eu num vou poder ter um filho. É essa a diferença entre a mulher trans pra mulher cis, porque eles sempre vão ver como um homem, um homem operado [...] Se eu passar numa roda de gente que já me conhece desde infância, ou de alguém que falaram, com certeza eles vão falar alguma coisa, vão jogar alguma piada, vão chamar: ‘O veadinho’, ‘a travesti’ (REBECA).

É notável que diante da idealização popular do ser mulher, aspectos biológicos se caracterizam como fatores preponderantes na determinação da “mulher normal”. Em virtude disso, a sociedade rejeita quem rompe as “fronteiras do corpo” das quais Butler (2003) fala. Segundo Carvalho (2014), as imagens vinculadas a travestis e transexuais ao passo que simbolizam ameaças aos padrões de homem e de mulher, também se mostram úteis para que fronteiras entre masculino e feminino sejam estabelecidas.

Trazendo os relatos da entrevistada para essa discussão, nota-se que a sociedade identifica a figura feminina apresentada por Rebeca, entretanto, ao tomar conhecimento da sua transição de gênero, passa a não reconhecê-la como mulher. Desse modo, outros aspectos biológicos são alegados, como o fato dela não possuir útero e nem poder ter filhos; assim, se busca justificar a negação da categoria de mulher a ela. Diante disso, penso nas diversas mulheres que, por motivos diferentes, não possuem útero, não podem engravidar, não possuem seios e/ou pararam de menstruar. Elas deixariam de ser mulher por isso? Ser mulher tem prazo de validade? Existe um modelo universal de mulher que inclua todas elas?

Bento (2017) afirma que não existe uma subjetividade estabilizada o suficiente que dê sentido a ideia de subjetividades típicas para cada gênero. A autora prossegue dizendo que no campo social não é difícil diferenciar uma mulher de um homem, visto que a sociedade construiu “modos de homem” e “modos de mulher” com os quais os indivíduos se identificam. Por isso, compartilham os mesmos significados construídos no âmbito social para designar o que é ser homem e o que é ser mulher. Em sua visão, olhar para alguém já traduz o que aquela pessoa é, se é um homem ou uma mulher, porém, não significa dizer que ele/ela necessariamente tenha um/uma pênis/vagina, pois o que está em jogo nesse primeiro momento, é a imagem apresentada.

Tomando como base o pensamento de Bento, podemos elucidar a representação social que Grajaú tem a respeito da transexualidade. A figura feminina apresentada por Rebeca induz a uma pressuposição da imagem biológica de mulher, ou seja, a genitália é um elemento secundário nesse primeiro momento. Contudo, o órgão genital passa a ser o centro da discussão no momento em que a suposta naturalidade do ‘ser mulher’ é colocada em

dúvida. Ou mesmo, ao tomar conhecimento da transição de gênero vivenciada por Rebeca: “Se eu passar numa roda de gente que já me conhece desde a infância ou de alguém que falaram, com certeza eles vão falar alguma coisa”.

Outra representação que a sociedade grajauense tem sobre as pessoas transexuais está relacionada à confusão geralmente feita entre identidade de gênero e orientação sexual. Essa representação torna-se visível nos insultos de “veadinho” com os quais a jovem é atacada às vezes, indicando uma atitude preconceituosa que objetiva atingir um sujeito homossexual, o que não é o caso da entrevistada. Há, todavia, diferenças significativas entre identidade sexual e identidade de gênero, sendo a primeira referente ao modo de viver a sexualidade, podendo o indivíduo se relacionar com alguém do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou simplesmente com nenhum. Já a identidade de gênero, é a identificação como masculino ou feminino a que os indivíduos melhor se adequam e dessa maneira constroem suas identidades (LOURO, 1997, p. 26).

Relembrando os primeiros encontros que tive com Rebeca, percebi seu interesse em apresentar-se com uma boa aparência. Quase sempre com os olhos marcados por delineador, lápis de olho e/ou rímel, a jovem deixa evidente possuir certa vaidade. Seu modo de andar, falar, sentar, sorrir, mexer nos cabelos, indicava a corporificação do padrão de feminilidade tido como natural e representativo da imagem de mulher na sociedade.

Nos diferentes ambientes em que tivemos conversas (Sua casa, praças públicas e o prédio da universidade), nos deparamos constantemente com outras pessoas. Em nenhum momento notei atitudes preconceituosas, como por exemplo, olhares de estranhamento ou provocações. Pelo contrário, presenciei cenas em que a jovem era observada por alguns rapazes, inclusive cortejada por um deles, que de forma evidente demonstrava interesse em Rebeca. Todavia, ela conta que ainda há pessoas que notam sua transição de gênero:

Às vezes quando o pessoal me olha, fica naquela dúvida o que é, o que não é. Eu escuto: ‘Aquilo é um homem ou uma mulher?’. Tô passando e aquelas pessoas ficam me olhando dos pés a cabeças e eu fico assim... Aquilo me incomoda. É por isso que eu falo assim: ‘falta alguma coisa, além daquilo, falta alguma coisa que eu não sei o que é ainda’. Eles ficam falando assim: ‘O quê que aquela mulher ali tá fazendo no meio daquele monte de gay?’. Eu já escutei. Meu bairro todo já sabe, me aceita. No meu bairro eu ando tranquila. Já assim, se eu for pra outro bairro já sinto meio que as pessoas me olhando estranho: ‘Da onde foi que veio aquilo? O que é aquilo? É homem ou mulher?’. É... Tem essas coisas aí (REBECA).

O relato de Rebeca mostra que a imagem social de mulher apresentada por ela ainda é questionada, embora busque constantemente aproximar-se da idealização de mulher socialmente aceita. Ao analisar esse discurso, percebo que o olhar social atravessa sua

construção identitária, estabelecendo uma relação conflituosa entre ela e o espelho por intermédio de ações preconceituosas como questionamentos do tipo: “aquilo é um homem ou uma mulher?”. Para alguns, Rebeca representa a figura feminina ao performar o que se compreende por gênero feminino, para outros se trata de uma cópia falsificada da mulher. É necessário destacar que, afirmar que a mulher transexual parece ou é “igual” a uma mulher, estimula que seja dito que a transexual não é “igualzinha” a uma porque ela já é uma mulher, pois é assim que a mulher trans vive seu gênero (BENTO, 2017, p. 241).

As indagações feitas sobre a imagem da entrevistada tentam distanciá-la do ideal de mulher. No que concerne a tal idealização, a concepção hegemônica presente na cidade diz que a matriz biológica é fator determinante do ser homem e do ser mulher. Nesse caso, os indivíduos que vivenciam a experiência transexual são colocados às margens e utilizados como fronteiras que classificam o homem e a mulher biológica como identidades legítimas. Para Colling e Sant’Ana (2014), é impossível representar toda a multiplicidade de vivências principalmente “quando o lugar de fala de quem representa está pautado numa normatividade trazida por uma suposta normalidade” (COLLING; SANT’ANA, 2014, p. 260).

4 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO EM UM CONTEXTO DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

Neste capítulo serão tratados os dados referentes ao histórico de enfrentamento de preconceitos e discriminações vividos por Rebeca, considerando a subjetivação como parte intrínseca no processo de sua construção identitária. Semelhante ao capítulo anterior, este é organizado em subtópicos que abordam criteriosamente os preconceitos e discriminações vivenciados na família, sociedade e relacionamentos amorosos, isto é, nos diferentes espaços em que a entrevistada esteve inserida ao longo de sua trajetória de vida. Além disso, será analisada a imagem que a jovem tem de si mesma em um contexto de preconceitos e discriminações.

Procurei seguir uma lógica organizacional de acordo com a história de vida da entrevistada. Por isso, inicio discutindo os preconceitos enfrentados por ela dentro da família, considerando que este é justamente o primeiro ambiente social de interação do indivíduo. Para fundamentar as análises, recorro novamente aos escritos da autora Berenice Bento, utilizando-os como eixo norteador dentre os diferentes autores utilizados. Por conseguinte, abordo a problemática em torno dos relacionamentos amorosos da jovem, enfatizando que seus namoros foram significativos para as análises, principalmente por se mostrarem carregados de transfobias e machismos.

Com relação aos preconceitos da sociedade, no decorrer do capítulo intercalo os diferentes acontecimentos na vida da entrevistada. Busco expor o significado deles na percepção que ela tem sobre o lugar ocupado pelas pessoas transexuais na sociedade, bem como suas influências no seu processo subjetivo. Além disso, trago alguns dados e levantamentos feitos por associações e Organizações Não Governamentais (ONG's) sobre as violências contra a população LGBT, sobretudo, contra pessoas transexuais.

Ao final do capítulo, abordo as discriminações vividas por Rebeca no contexto social. Para tanto, centralizo a discussão nas exclusões de pessoas transexuais no mercado de trabalho, estabelecendo também uma relação entre as discriminações e a imagem própria que a jovem construiu em cima disso.

4.1 “O pouco que eu vivi foi dolorido”: preconceitos na família e nos relacionamentos amorosos

Conforme discutido no capítulo anterior, a família é de grande importância na vida de Rebeca, pois foi nela que todo o seu processo de descobrimento e aceitação se iniciou. Foi também no ambiente familiar que as primeiras manifestações de preconceitos e discriminações aconteceram. Retomando o pensamento de Bento (2006), a autora diz que a descoberta do corpo-sexuado no momento em que o sujeito já se identifica com determinadas performances de gênero, além de gerar surpresa para alguns, desencadeia acontecimentos diversos como surras, insultos, rejeições e exclusões no âmbito familiar (BENTO, 2006, p. 183).

O contexto familiar da entrevistada é marcado por mudanças que vão desde quando ela se assume primeiramente gay, até descobrir-se como mulher transexual. O afastamento da mãe com relação à filha, a reconciliação de ambas e as situações de violência física que Rebeca sofreu por familiares, são exemplos da relevância que esse marcador social tem em sua vida.

Convém lembrar que, antes da mãe ter aceitação pela filha, o período dos 09 aos 16 anos foi uma fase em que os preconceitos sobre a jovem aconteceram de forma mais intensa. Embora a mãe tenha agido com indiferença e distinção com a filha em relação às outras, os relatos que constam situações com maiores preconceitos mostram que eles partiram de outros familiares, como tios e tias que frequentemente iam à casa de Rebeca. A fala a ser mostrada a seguir revela o início das turbulências na vida da entrevistada, posto que no momento em que a mãe descobre o uso de hormônios da filha, acontecem brigas dentro de casa que rendem a ela o título de “ovelha negra da família”.

O pessoal começou a desconfiar, perguntaram o que eu tava tomando e, aos meus 14 anos, que já tava começando a mudança mesmo, a mãe brigou comigo. Descobriu que eu tava tomando hormônio escondida, e, foi daí que começou a tribulação na minha vida. Começou as brigas familiares tudo. Aí desde os 14 pra frente eu comecei ser a ovelha negra da família. Dos meus 12 pra frente, até hoje, tá sendo um pouco difícil porque o pior né você sofrer preconceito na rua, o pior é dentro de casa. Apenas duas pessoas aceitaram até hoje, que foi minha mãe e uma tia minha, o resto até hoje tem cisma comigo por conta disso. Mas minha infância, os meus 08, 09 anos até aí foi legal. Sendo que minha mãe já sabia, já tinha desconfiado. Desde o momento que eu me revelei ser gay primeiramente, ela começou a me tratar com indiferença [...] Eu sempre fui a excluída. Minha família é grande, duas me aceitaram. Apenas duas, que é minha mãe e a minha tia que tá em Goiânia (REBECA).

À medida que Rebeca foi fazendo o uso de hormônios, suas características corporais foram tomando formas mais femininas e, conseqüentemente, essas mudanças chamaram a atenção da mãe e de outras pessoas. Ao descobrir o uso de hormônios da filha, a mãe

demonstra não aceitar as atitudes que a jovem vinha expondo ao buscar características femininas e, assim, incorporá-las. Por isso, surgem brigas familiares mostrando ser uma forma de repressão a essa expressão de gênero que não é comum aos padrões. Aqui, nos reportamos ao que foi discutido no capítulo anterior com base em Bento (2006), principalmente no que diz respeito às idealizações, suposições e projeções que a mãe faz do/da filho/a antes mesmo da criança nascer. Dessa maneira, a “metamorfose” que a jovem indicava realizar causou frustrações naquilo que a mãe já havia idealizado para a vida da criança.

Por não se enquadrarem nas normas sociais de gênero, os conflitos e discriminações vivenciados por pessoas transexuais na infância e na adolescência contribuem para que um isolamento aconteça, ocorrendo primeiramente na família e depois em sociedade. O discurso social acerca da transexualidade induz o indivíduo a acreditar que algo está errado, reforçando os conflitos internos e externos, podendo até gerar depressão nessas pessoas (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 18-19). Bento (2012) afirma que na construção da sua pesquisa de doutorado (2006) se deparou com memórias e narrativas dramáticas de travestis e transexuais sobre a família, quase sempre marcadas por abandono ou violência. No caso de Rebeca, um aparente quadro de exclusão familiar foi imposto a ela.

Percebi que no momento em que eu e Rebeca conversávamos sobre sua família, seus olhos estavam marejados e sua voz meio embargada demonstrava certa emoção ao trazer lembranças dolorosas de sua relação com a família. Uma dessas impactantes lembranças foi selecionada para ser apresentada aqui. Nela consta o relato da violência física sofrida dentro de casa:

Eu tinha o quê?... Tinha meus 16 anos, eu era pequena e nunca tive que lutar com um homem. Ele era um homem alto, forte e eu não tinha força e era eu sozinha. Naquele dia, não sei o que foi que houve que eu... Desconfiei assim... fiquei pensando... ‘Eu acho que sou adotada’ porque uma mãe que é uma mãe, jamais deixaria um tio fazer o que ele fez comigo. Ele me deu vários socos na boca, na cabeça. Eu lembro que olhei pra mãe e perguntei se ela ia deixar realmente ele fazer aquilo. Ela também só olhou pra mim e falou que eu merecia aquilo. Eu não entendi o porquê daquilo, só porque eu chamei um homem de amor? Meu amor? Isso é motivo pra ele vir querer me agredir? Pra mim num era. E, eu fiquei olhando pra mãe o tempo todo, ela me olhando e ele me agredindo. Eu só pude deixar, não pude fazer mais nada. Aí teve um momento que ele parou de me agredir, nesse dia eu pensei em morrer, pensei assim: ‘Não quero mais ficar aqui, quero ir embora’. Foi no momento que pensei em sair em prostituição, pensei em ir pra fora (REBECA).

A violência com que Rebeca foi tratada não representa um fato isolado diante do contexto social que as pessoas transexuais estão inseridas. O caso da entrevistada é o reflexo do espaço ocupado em sociedade pelas pessoas que representam a pluralidade de gênero e

sexual. Essas pessoas quase sempre são vítimas de violências no âmbito familiar e/ou social, fatores que as condicionam a saírem de casa, serem excluídas da sociedade, ficando às margens e, em muitos casos, acabam recorrendo à prostituição para garantir a sobrevivência. Bento (2017), discorrendo sobre o transfeminicídio no Brasil aponta que:

O processo de exclusão das pessoas trans começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a ‘natureza’ e que desejam usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, o caminho encontrado para ‘consertá-lo’ é a violência. Geralmente, entre os 13 e 16 anos, as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade (BENTO, 2017, p. 234).

A saída de casa torna-se a única alternativa para as pessoas trans escaparem da violência e das exclusões familiares. Rebeca desde muito cedo sente na pele as exclusões e preconceitos diversos, expondo a realidade social dessas pessoas. O seu pensamento em entrar para a prostituição, embora não tenha realizado, soa de forma harmônica com o que a autora apresenta, mostrando alguns dos aspectos comuns nas vivências de transexuais. Com a prostituição e a construção de redes de sociabilidade, muitas vezes presentes na vida de travestis e transexuais, vemos a criação de estratégias de sobrevivência, que no caso delas, por estarem submetidas a “sofrimentos, exclusões, experiências subjetivas e corpóreas representam estratégias de resistência” (BENTO, 2012, p. 281).

Atualmente, o convívio familiar de Rebeca está tranquilo no que tange a sua relação com a mãe, irmãs e demais parentes. No entanto, não se pode afirmar que exista aceitação por parte dos demais familiares, visto que, alguns ainda acreditam em uma possível mudança na “conduta” da jovem. Vale ressaltar que assim como ela não corresponde ao binarismo de gênero sustentado pela matriz biológica, uma de suas irmãs não corresponde ao padrão heterossexual, pois, é lésbica. O motivo da comparação entre as irmãs é unicamente identificar o tratamento distinto entre elas, considerando o fato de que ambas representam para a sociedade identidades marginalizadas, ilegítimas e abjetas. Vejamos:

Eu tenho uma irmã que é lésbica, esses dias eu até fiquei assim pensando porque ela tem namorada e eles aceitam de boa. Essa namorada vai lá em casa, entra nos quartos, elas ficam de boa, aquele ‘grosso’ de namoradas e ninguém não tá nem aí. Mas se um homem pisar na porta de casa o pessoal já fica louco. Essa diferença eu não sei o que é, será que eu posso dizer que isso é machismo? Não sei, pra mim é. Meus tios homem aceitam mais ela sendo lésbica do que eu sendo trans. Um tio meu falou assim pra ela: ‘Óia, independente do que for eu quero que seja feliz, tu estando com mulher ou com homem’. Eles nunca disseram isso pra mim. Até hoje eles falam: ‘Ah, tu tem que virar homem’, ‘Tem que experimentar mulher’ – pra não falar o nome próprio – ‘Eu ainda vou te ver em cima de uma mulher’ (REBECA).

Considerando que o feminino é historicamente inferiorizado, na questão relacionada à luta pela garantia de direitos, o feminismo surge justamente como uma forma de reivindicar a equidade de gênero diante de tal inferiorização. Louro (1997) mostra isso ao apontar o gênero ligado à história do movimento feminista contemporâneo, conceito que emergiu a partir das lutas desse movimento. Nessa perspectiva, nota-se que as hierarquias culturais do gênero põem no topo a figura masculina oposta à figura feminina, adjetivando o feminino como frágil e submisso.

Joan Scott (1995) afirma que “a ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos” (SCOTT, 1995, p. 82). Daí, podemos deduzir que a negação radical do feminino imposta pelos tios a Rebeca retrata o discurso referente ao fato do feminino ser supostamente prejudicial na construção da identidade masculina, que por sua vez compreende o sexo como fator biológico e determinante na construção dos indivíduos. Assim, um indivíduo que tenha o órgão genital masculino necessariamente teria que ser homem e heterossexual, isto é, teria que “experimentar mulher”. Louro destaca a utilização de disposições e práticas cuja finalidade é controlar homens e mulheres (LOURO, 1997, p. 41). Dessa maneira, podemos refletir sobre a atuação da matriz cultural em exigir que “certos tipo de ‘identidade’ não possam ‘existir’, isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo” (BUTLER, 2003, p. 39).

Vale lembrar que por ser a família o ambiente de socialização primária do indivíduo, é nela que acontecem as primeiras manifestações de preconceitos relacionados às pessoas trans. Todavia, conforme já discorrido aqui, os preconceitos e discriminações não se limitam apenas no ambiente familiar, já que eles são evidentes na sociedade de modo geral, pois atravessam os diferentes ambientes sociais. Propondo uma reflexão acerca dessa realidade, cito os relacionamentos afetivos de Rebeca, partindo do princípio de que ela denomina-se como mulher transexual e heterossexual. Dessa maneira, a partir de sua narrativa sobre seus namoros ela conta a forma como seus namorados lidavam com o fato dela ser uma mulher trans:

Sempre fui uma pessoa quieta, nunca gostei de namoro, tive poucos namorados na minha vida. Desses poucos, apenas dois sabiam. Foi um ex meu e esse. Apenas esses dois sabiam. Os outros... Era quatro ou era cinco, apenas dois sabiam, o resto não sabia. Foi descobrir com o tempo que eu tava rejeitando ir pra cama com eles, eu rejeitava sair de mão dada com eles e aquilo ali foi gerando desconfiança. Perguntando ‘por quê?’, e eu sempre queria tá num lugar reservado só eu e ele. Eu num queria tá num lugar público, tanto que eu nem contava pra ninguém. Mas aí foi gerando desconfiança da parte dele, ficava perguntando por quê? Por quê? Aí ele foi

atrás da história e ficou sabendo. Um quase ia me batendo, o outro disse que num ia me bater porque gostava muito de mim [...] Eu não sou obrigada a falar pra ninguém, nunca fui obrigada a falar pra ninguém que sou trans. Não tem lei nenhuma dizendo que eu devo dizer que sou trans. E questão assim da armadilha, o pessoal chama de armadilha por conta disso, por a gente ter uma aparência muito feminina e um homem não sabe (REBECA).

O fato de Rebeca sentir atração física (desejo) por homens a caracteriza como uma mulher heterossexual cuja identidade de gênero é feminina, entretanto, ela poderia ser uma mulher trans lésbica, bissexual, pansexual ou assexual. Com base nisso, reafirma-se que gênero e orientação sexual são duas coisas distintas.

A entrevistada deixa claro no relato supracitado o receio de sofrer preconceitos e/ou discriminações em seus relacionamentos quando é descoberto que o seu gênero não está em conformidade com sua genitália. Ela melhor do que ninguém sabe o espaço que a sociedade destina as pessoas transexuais, talvez por isso se resguarde, não engana as pessoas com quem se relaciona, mas evita abordar o assunto com os namorados até certo ponto, pois, como ela mesma diz “Não sou obrigada a falar pra ninguém que sou trans”. A agressão pensada pelos ex-namorados e apresentada no relato anterior, justifica as precauções tomadas por Rebeca nos relacionamentos amorosos, embora o namorado cedo ou tarde tomasse conhecimento da sua transexualidade.

Analisando os homens e mulheres transexuais como sujeitos estigmatizados no contexto histórico-cultural da sociedade, penso na complexidade que é para esses indivíduos se firmarem como tais diante de um cenário de preconceitos e discriminações. Goffman (2004) ao abordar o assunto referente ao estigma aponta para o sentido depreciativo do termo, além de indicar que o indivíduo estigmatizado na sociedade é visto como alguém “estragado e diminuído” e, por isso, recorre ao ocultamento desses estigmas em certos contextos para evitar possíveis situações problemáticas a ele.

Relacionando o pensamento do autor com a experiência de vida de Rebeca, observa-se que ela também recorre a estratégias para o ocultamento dos estigmas. Como já visto, o pênis é uma característica abjeta para ela, tanto que procura torna-lo invisível, seja em não pronunciar tal palavra, seja recorrendo a técnicas para disfarça-lo. Em algumas narrativas, o medo de perderem ou não arranjam namorados/as por não possuírem uma vagina no caso das mulheres trans, ou um pênis no caso dos homens trans, se sobressai em seus discursos (BENTO, 2006, p. 199). Com isso, podemos deduzir que a ponderação da jovem em não revelar que é uma mulher transexual para o namorado, mostra que além do medo de sofrer preconceitos, há o receio do seu namorado a deixar em decorrência disso.

Outro aspecto que me chamou atenção na narrativa de Rebeca, diz respeito à objetificação com que é tratada pelos ex-namorados após descobrirem a “verdade” sobre seu sexo. Ela conta que é tratada com respeito antes dessa descoberta, entretanto, após tomarem conhecimento de sua transição de gênero os rapazes além de manifestarem seus preconceitos, demonstram interesse exclusivamente sexual:

Quando num sabia era aquela coisa toda, me tratava bem, aquela coisa toda. Num existia preconceito, quando eles não sabiam! Antes deles saberem, é isso, eles tratam a gente de... Nossa! É um amor de pessoa. Bota a gente lá no céu, depois que eles sabem, eles tratam a gente como um objeto sexual comprado num Sex Shop. Pra eles somos como se fosse assim uma carne que eles compram e come. Eles tratam a gente assim. No começo amor de pessoa, depois que eles sabem... Vão pensar em quê? Vão pensar em sexo. Como se a gente fosse um brinquedo do Sex Shop onde eles compram e querem usar. É assim, desse jeito (REBECA).

Se nos relacionamentos amorosos da jovem ocorre a inferiorização da pessoa trans como primeiras manifestações de preconceitos, a segunda manifestação deixa evidente uma contradição na ação transfóbica em reprimir ao mesmo tempo em que se quer fazer uso daquele “corpo-objeto”. Jesus (2013) fundamentada em Pelúcio (2009a, 2009b) aponta a historicidade da associação que a imagem de travestis e transexuais tem com o sexo comercial. Por esse motivo, a naturalização de estereótipos reforça a generalização da prostituição como característica comum e essencial desses sujeitos. Compreende-se, então, que a imagem deturpada que se tem das pessoas trans contribui para que a mulher transexual seja vista como sinônimo de sexo fácil, o que justificaria o interesse exclusivamente sexual dos ex-namorados de Rebeca, enxergando-a como um “pedaço de carne que eles compram e comem”.

Não é de hoje que a mulher enquanto categoria é objetificada em nossa sociedade pela cultura machista. Alcântara (2015), problematizando a diversidade na cidade de Grajaú aponta em suas análises para questões pertinentes de discussão como o machismo presente no contexto social da cidade, considerando a disparidade do rendimento médio de salário entre homens e mulheres, onde elas recebem quase metade do salário dos homens.

Embasado no apontamento feito pelo autor, tomo como exemplo o relato de Rebeca para pensar na reprodução do machismo. Esse tema mostra-se transversal em suas vivências por objetificar a jovem, colocando-a como elemento passivo a satisfação dos ex-namorados, e nada mais, superestimando a masculinidade e inferiorizando o feminino. Jesus e Alves (2010) discutindo o feminismo transgênero, evidenciam que transexuais e travestis além de serem

inferiorizadas diante da mulher biológica, também são vítimas do machismo que prevalece na sociedade.

Conforme a linha de raciocínio desenvolvida ao longo deste capítulo, no que se refere aos diferentes preconceitos e discriminações sofridos por Rebeca, enfatizo que além da família e dos relacionamentos amorosos, o contexto social, em suma, reproduz e atualiza a hostilidade iniciada no seio familiar, porém, de forma mais violenta. Bento (2017) analisando a violência sexual e de gênero no Brasil revela a vulnerabilidade da população LGBT no país, pois, esta é vítima diariamente das diversas manifestações de violência, sobretudo, contra as/os transexuais. Para a autora, os homens e mulheres transexuais ocupam o lugar de invisíveis na sociedade, de modo que seus assassinatos sequer são reconhecidos como ações transfóbicas:

No Brasil, a população que é diariamente dizimada é de pessoas trans (travestis, transexuais, transgêneros). De forma geral, os assassinatos dessa população são contabilizados (equivocadamente, a meu ver) e classificados como assassinatos contra lésbicas e gays. O que sugiro nomear como transfeminicídio tem um campo de intersecção com o assassinato de lésbicas e gays, mas tem diferenças consideráveis (BENTO, 2017, p. 60).

Destaco que as violências contra transexuais não se resumem apenas na violência física, o ato de não reconhecer a identidade de gênero desses indivíduos confundindo o seu gênero com a orientação sexual, mostra mais um tipo de violência que as pessoas trans são condicionadas. Assim, classificar como lésbicas ou gays os assassinatos de LGBT's na tentativa de apagar as identidades transgêneros, mais uma vez, deixa evidente a assepsia imposta pelo padrão binário de gênero aos sujeitos que não se adequam a ele.

Analisando a violência contra a população LGBT e em específico a travestis e transexuais no Brasil, resalto os extremismos que culminam em assassinatos. Destaco algumas estatísticas e mapeamentos realizados por associações e ONG's referentes às mortes dessa população. Essas organizações realizam o trabalho de contabilizar os crimes de ódio devido não haver nenhuma base oficial que forneça estatísticas sobre tais mortes. Dentre elas, cito a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Grupo Gay da Bahia (GGB) e Transgender Europe (TGEU). Elas apontam o Brasil como o país que mais mata LGBT no mundo, os relatórios e mapeamentos feitos anualmente mostram essa realidade.

O GGB que há 38 anos contabiliza os assassinatos de LGBT's no país, registrou no ano de 2017 o maior índice de mortes dentre todos esses anos. Com um total de 445 mortes,

das quais 387 foram vítimas de assassinatos⁷ e 58 suicídios, ou seja, a cada 19 horas um LGBT é vítima fatal do preconceito. Vale lembrar que das 445 vítimas, 191 eram travestis ou transexuais, representando uma porcentagem de 42,9% do total.

A ANTRA registrou em 2017 o total de 179 assassinatos de pessoas trans, das quais 169 eram travestis e mulheres transexuais e 10 eram homens trans. Esses crimes foram cometidos de formas distintas, sendo 52% com uso de arma de fogo, 18% arma branca, 17% espancamento e 13% de outras formas. A partir desses dados, a associação estima que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil.

A TGEU que realiza o monitoramento dos assassinatos de travestis e transexuais no mundo mostra o Brasil na liderança de homicídios de pessoas transgêneros. No período de 1º de Outubro de 2016 a 30 de Setembro de 2017 foram registrados 325 assassinatos de pessoas trans em todo o mundo. Desse total, 171 ocorreram no Brasil, seguido do México com 56 mortes, Estados Unidos com 25 e Colômbia com 10, os demais países registraram abaixo de 10 homicídios. Com isso, temos o Brasil com o maior número de crimes transfóbicos quando comparado a outros países, estes dados o classificam como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

No que toca ao contexto social de Grajaú, cito novamente Alcântara (2015). Analisando o discurso dos sujeitos participantes de sua pesquisa, o autor nota que “a colonialidade do saber, do poder e do ser” atravessa a diversidade presente na cidade, de modo que os indivíduos que não correspondem a “ideia colonial” cuja base sustenta-se no padrão europeu de conhecimento, conseqüentemente são inferiorizados. Desta forma, o discurso civilizador estabelece hierarquias que legitimam expressões de gênero, corpo, sexo, identidade e outros marcadores, colocando às margens os “transgressores”.

A narrativa de Rebeca confirma o que o autor diz, pois os ataques preconceituosos direcionados a ela expõem a repressão contra quem não se encaixa nos padrões socialmente aceitos. Até o momento da nossa última entrevista, a jovem ainda não havia assumido publicamente sua transexualidade, só depois que conseguiu a adequação do nome social no título eleitoral é que alguns de seus amigos e militantes LGBT com o seu consentimento, comemoraram nas redes sociais o acontecimento. Ainda que para muitos Rebeca seja uma mulher cis gênero, outros ainda notam sua transição de gênero e, é a partir disso que preconceitos diversos são manifestados:

⁷ 30,9% arma de fogo, 24,8% arma branca, 13,0% suicídio, 7,2% espancamento, 4,9% asfixia, 1,3% carbonizado, 17,9 % outros. (GGB, 2017)

Eu ainda não tive coragem de revelar. Algumas pessoas sabem. Passo na rua sempre tem aqueles comentários besta. ‘Ah, o traveco! Vira homem!’. Mas outras pessoas eu passo, algumas pessoas que eu conto elas ficam assustadas, mas assim, quase ninguém sabe em Grajaú. As poucas que sabem é o tempo todo criticando onde eu passo e sempre apontam o dedo. Muito criticada na rua, nunca fui agredida, mas verbalmente já, demais, muito mesmo. É chato, só que nunca me importei. Mas já chegaram casos da pessoa me chamar de ‘ah, mulher de’... Sabe? ‘Mulher de negócio entre as pernas’, aquilo ali me magoou muito, me chateou muito. No colégio mesmo chegou amigos meu falar assim: ‘Tu nunca vai ser uma mulher’. Chegou a me afetar aquilo ali, foi uma dessas coisas que eu entrei em depressão, foi devido a isso. Eu não me sinto à vontade assim, acho meio estranho o pessoal aqui em Grajaú. Muito estranho mesmo, nunca vai deixar de ser estranho uma cidade que só tem homofóbicos, realmente Grajaú tem muitos, mais muito homofóbicos mesmo. Eu não me sinto segura, eu não me sinto à vontade de me abrir [...] poder sair com o namorado de mãos dadas ou de sentar numa praça, não me sinto tão à vontade (REBECA).

A entrevistada conta que na sociedade nunca foi agredida fisicamente, porém, as agressões psicológicas são recorrentes e intensas. A matriz colonial do preconceito discorrida por Alcântara mostra-se no relato de Rebeca principalmente no que se refere aos insultos com os quais ela convive durante toda a sua trajetória de vida. A violência com que é atacada, “mulher de negócio entre as pernas”; “Nunca vai ser uma mulher”; “vira homem!”; parece ter objetivos nítidos: Reprimir o indivíduo que está “bagunçando” as normas de gênero; Fazê-lo sentir que aquilo está errado, é inferior, é desvio, atenta contra a “natureza” humana e por isso é aberração, merecendo ser aniquilado para que a ordem seja preservada.

A depressão que a jovem relata ter adquirido e o fato de não se sentir segura na cidade são elementos fundamentais para se identificar os preconceitos existentes na sociedade grajauense. Diante disso, retomo o que foi dito a respeito da histórica inferiorização do gênero feminino, tomando como norte o insulto citado no relato pela entrevistada “ah, o traveco, vira homem!”. Visando elucidar o discurso social presente nesse mesmo depoimento, mais uma vez, recorro a Bento:

Se as mulheres não trans são identificadas como o gênero vulnerável, inferiorizado, quando os sujeitos negam o gênero de origem e passam a demandar o reconhecimento social como membro do gênero desqualificado, desvalorizado (o gênero feminino), teremos como resultado uma repulsa total às suas existências. Dessa forma, um homem que nega sua origem de gênero e identifica-se como mulher estará quebrando a coluna dorsal das normas de gênero (BENTO, 2017, p. 60).

Se as mulheres cis gênero já são desvalorizadas quando comparadas com a supervalorização do homem, então para as pessoas trans que carregam as categorias de mulher e de transexual, a experiência de inferiorização é vivenciada de maneira duplicada. Conforme o pensamento da autora é possível deduzir que não é por acaso que o “vira homem”

é utilizado como insulto a Rebeca, por trás dessa expressão há um incômodo social com a individualidade da entrevistada em negar o gênero masculino. “Virar homem” na concepção preconceituosa de alguns indivíduos seria uma forma de Rebeca resgatar sua dignidade, sobretudo, reconhecer a ilusória supremacia masculina, o contrário disso desencadeia a total repulsa a sua existência, conforme coloca Bento.

Nesse sentido, exclusões e hierarquias formuladas a partir da relação entre gênero e sexo, utilizam-se do sexo como “pré-discurso” para se reproduzirem. Sendo assim, a ontologia dos gêneros mostra-se como “uma injunção normativa que funciona insidiosamente, instalando-se no discurso político como sua base necessária” (BUTLER, 2003, p. 212-213). Se tratando da experiência transexual, tal normatização torna-se inviável para a sua plena concretização, uma vez que a mulher trans identificando-se com o gênero feminino apresenta uma “incoerência” aos olhos da sociedade e ter um pênis não a impede de tornar-se mulher.

Em outro depoimento Rebeca apresenta novamente os preconceitos existentes na cidade de Grajaú relacionados a pessoas transexuais. Além disso, expõe sua concepção a respeito da mulher transexual indicando que a ideia de transexualidade está constantemente atrelada a preconceitos e discriminações no âmbito social. Questionada se teria algo a acrescentar em seu depoimento, lembrando-a que a partir desta pesquisa outras pessoas teriam conhecimento de sua história de vida, a jovem diz o seguinte:

Essa é a realidade que a trans na sociedade é um bicho de sete cabeças. Ser trans é ser uma mulher como qualquer outra. Ser trans é ter o direito de poder mudar o nome social, é ter direito de entrar no banheiro feminino, é ter o direito de usar a roupa que ela quer, é ter o direito de andar livre sem ninguém tá te apedrejando, te taxando como doida, drogada, que tem doença, que é apenas uma prostituta, é isso. Às vezes as pessoas dizem: ‘é uma escolha’. Não é uma escolha, você já nasce assim. Ninguém escolhe ser taxada de travesti, [...] de doida, sem vergonha, uma pessoa que não quer nada da vida. Passar tudo que eu passei em escola, em rua, num foi tantas vezes, mas o pouco assim que eu vivi foi dolorido. Eu não escolhi ser aquilo, eu não escolhi sair de uma escola. Eu saí porque não tinha apoio, não tinha nada, eu tava sozinha. Mas eu espero que com esse trabalho possa abrir mais a mente das pessoas [...] que hoje são muito leigas nesse assunto. Pessoas tão vendo a realidade, mas não querem entender (REBECA).

Na medida em que a entrevistada estabelece um significado para a experiência transexual, subentende-se que a construção de sua concepção sobre o assunto se dar com base na repressão vivenciada ao longo de sua trajetória de vida. O direito do nome social em documentos oficiais por muito tempo negado; proibições no uso do banheiro correspondente ao seu gênero; estereotipizações do uso de roupas de sua preferência; os insultos e agressões denotam o quanto as pessoas transexuais são violentadas na sociedade.

Observo no mesmo depoimento que para além da violência física, têm-se as violências institucionalizadas conforme é identificado na fala da jovem: “eu não escolhi sair de uma escola”. A negação aos direitos essenciais como o uso do banheiro de acordo com o seu gênero e o nome social oficializado nos documentos também são tipos de violências. Simultaneamente, os estereótipos (doentes mentais, drogadas, prostitutas e etc.) tornam ainda mais difícil a sobrevivência de travestis e transexuais na sociedade, que quando morrem vítimas da transfobia, morrem por duas vezes, a primeira pelo ódio expresso na intenção de destruir aquele corpo abjeto, a segunda, pela invisibilidade de sua identidade de gênero e banalização dessas mortes.

Para Bento (2017), no momento da contabilização/notificação da morte de uma travesti ou transexual é apagada a identidade de gênero que se reivindicou durante toda a vida e que justamente por isso foi assassinada, pois comumente ouvimos “‘Um’ travesti morreu vítima de homofobia” (BENTO, 2017, p. 233). Logo, masculinizar a travesti e/ou a mulher transexual ignorando sua identidade de gênero e substituindo-a pela orientação sexual representa um modo de invisibilizar a existência trans.

Jesus (2013), embasada em Stotzer (2007), afirma que travestis e transexuais são vítimas de uma violência genérica motivada pelo preconceito contra os indivíduos que fazem parte de grupos discriminados e que, por sinal, são desprotegidos socialmente. Tal desproteção contribui majoritariamente para que assassinatos aconteçam de forma comum em todo o país. Com base nisso, descrevo aqui um dos assassinatos de transexuais registrado no ano de 2017 que atraiu a atenção do país devido estar marcado por requintes de crueldade e perversidade na forma como foi cometido e exposto.

No dia 15 de fevereiro de 2017, Dandara dos Santos, de 42 anos é brutalmente assassinada em Fortaleza (CE). O crime foi cometido por um grupo de rapazes que desferiram contra ela vários chutes, socos, pedradas, e pauladas com pedaços de madeira. Durante toda a agressão, a travesti era xingada e ameaçada: “veado!” “imundícia de calcinha”, “tu vai morrer safado!”. Dandara, caída no chão, despida da cintura para cima e com o rosto ensanguentado chama pela mãe minutos antes de ser colocada em um carrinho de mão, levada a um beco onde recebeu disparos de arma de fogo, ficando ali jogado no chão o seu corpo.

Como símbolo das mortes motivadas pelo ódio contra a população LGBT, o GGB no ano de 2017 traz a foto de Dandara na capa do relatório anual de pessoas LGBT’s mortas no Brasil, seguida do relato de sua mãe:

Açoiaram meu filho, governador. Fizeram tanta coisa ruim com ele... Eu não tive coragem de ver, mas me contaram tudo. O senhor sabia que o sangue dele escorria pelo rosto, e ele ia limpando com a mãozinha assim? Minha maior dor é que ele chamou por mim. Enquanto batiam nele, ele dizia: ‘Eu quero minha mãe. Cadê a minha mãe? E eu não estava lá (Francisca Ferreira, Mãe de Dandara, GGB 2017).

O caso de Dandara é reflexo da sociedade, não se resume a um caso isolado, mas uma realidade que tem sido invisibilizada historicamente. A população e a mídia se voltaram para o caso devido um dos assassinos ter filmado toda a ação e divulgado o vídeo nas redes sociais. No entanto, é necessário pensar nos assassinatos de todas as outras travestis e transexuais que morrem constantemente, porém, não se tem conhecimento o suficiente dessa situação ou não se dá a devida importância. A gravidade desse problema possui dimensões amplas, uma vez que as famílias também são atingidas pela perda de seus entes, é o caso da senhora Francisca Ferreira, mãe de Dandara.

Tomando como suporte os relatos de Rebeca e o assassinato de Dandara, no que tange aos diferentes preconceitos vivenciados nos diferentes lugares e com diferentes intensidades, pontuo que a conjuntura social no que se refere ao tratamento de travestis e transexuais no país indica que estamos diante daquilo que Bento (2017) denominou de política de extermínio das pessoas trans.

4.2 “Já tentei emprego numa loja... Não me quiseram.”: o mercado de trabalho e as ações discriminatórias

Discutir a imagem que Rebeca construiu de si mesma implica analisar previamente as discriminações impostas a ela no âmbito social. É, pois, através de estigmatizações e distinções entre “normais” e “anormais” que discriminações contra travestis e transexuais são comuns na sociedade. Isso exerce influência na construção subjetiva e identitária dos sujeitos, visto que as imagens de homem e de mulher construídas socialmente perpassam os seus discursos e conseqüentemente influenciam a construção de suas imagens próprias.

Penso que os preconceitos direcionados para alguém que possui o órgão genital masculino e que performa o gênero feminino reivindicando o reconhecimento social como mulher, tenha o conflito entre a mente e o sexo impulsionado pela representação social da mulher biológica (vagina-mulher-heterossexual). Então, se Rebeca apresenta “incoerência” de gênero, isto é, nega a identidade de homem que a sociedade esperava que ela assumisse, a jovem acaba sendo socialmente classificada como uma expressão identitária desviante, alvo das mais diversas ações coercitivas e rotulações que objetivam inferiorizá-la. Em linhas

gerais, Almeida, Pilar e Gebrath (2014) falam que as estigmatizações impostas aos indivíduos que vivem como transexuais os tornam vítimas mais ou menos constante de discriminações.

Aqui, analiso as discriminações sofridas pela entrevistada no mercado de trabalho. Esse seguimento da sociedade mostra ser um dos mais segregacionistas se tratando da inserção de pessoas trans no seu meio, caracterizando-se como um elemento preponderante nas exclusões desses indivíduos. Mesmo que algumas travestis e/ou transexuais tenham qualificação, não conseguem inserção nele em decorrência de atos discriminatórios (SANTOS et. al., 2014, p. 170). Neste sentido, o relato da entrevistada trás elementos que promovem reflexões sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas trans na tentativa de ingressar no mercado de trabalho. Quanto a isso, Rebeca afirma que:

Eu sempre gostei de trabalhar. Sempre gostei de ajudar minha mãe dentro de casa. Desde pequena até hoje eu me sustento com faxina da casa dos outros porque ninguém nunca quis uma travesti – como eles dizem - numa loja. Já tentei emprego numa loja... Não me quiseram. Não me quiseram porque fui contar. Se uma pessoa me chama pra trabalhar num lugar eu logo conto: ‘Olha, eu sou isso, isso e isso’. Já chegou caso da pessoa falar assim: ‘Ah! Não quero uma travesti cuidando do meu filho homem porque pode influenciar’. Eles acreditam que seja uma doença que pode passar para o filho. Uma vez uma amiga minha me chamou pra cuidar do filho dela, só que o marido dela não sabia e eu fui muito maltratada. Minha amiga foi se desculpar comigo, ela falou que tinha comentado para o marido dela que eu era trans [...] Eu escutei, ele falou: ‘Ah que eu não quero uma’ – nem falou trans – ‘não quero uma travesti cuidando do meu filho. Meu filho pode crescer e virar um’. Ele falou assim. Aí eu fiquei assim... [...] aquilo me abalou bastante também (REBECA).

Desde muito cedo a jovem começou a trabalhar informalmente como diarista nas casas dos vizinhos e amigos/as. Como ela mesma diz, buscou emprego em algumas lojas da cidade, mas ao revelar sua transexualidade não obtinha êxito nas buscas. Se nos diferentes ambientes sociais em que Rebeca esteve inserida ela aponta direta ou indiretamente para a preponderância da matriz histórico-cultural das normas de gênero, evidentemente no mercado de trabalho não seria diferente, haveria reprodução de tais normas.

Almeida et. al. (2014) pontua que essas discriminações acontecem com as pessoas trans e principalmente com aquelas que evidenciam a discordância com os estereótipos de gênero, seja pela aparência, seja pela documentação, impulsionando-os/as a trabalhos remunerados informais, “trabalhar por conta própria, sem vínculos empregatícios e/ou para parentes/amigos/vizinhos” (ALMEIDA et. al., 2014, p. 193). Essa pareceu ser a única “alternativa” que a jovem encontrou para conseguir dinheiro, embora isso comprometa a garantia de direitos em decorrência da sua desproteção quanto a seguridade social.

Até mesmo no mercado informal a jovem vivenciou situações de discriminações. Seu depoimento evidencia a repulsa que a imagem da travesti e da transexual representa para muitos, considerando que a patologização (ARÁN; MURTA, 2009; BENTO, 2006) do saber médico contribuiu fortemente para a representação social de suas imagens como sujeitos doentes.

Essa concepção deturpada fixa-se nos discursos dos indivíduos que conseqüentemente promovem práticas discriminatórias, tais como: “Não quero uma travesti cuidando do meu filho porque pode influenciar”. Como em toda doença contagiosa, estabelecer medidas de prevenção requer estratégias de distanciamento daquilo que apresenta perigo. Por isso, banir pessoas transexuais de todos os seguimentos da sociedade denota uma medida preventiva da ordem binária de gênero e da matriz heterossexual quando se caracteriza a travestilidade e a transexualidade como doenças (“Eles acreditam que seja uma doença que pode passar para o filho”).

Segundo Almeida et. al. as discriminações pela aparência e/ou pela documentação das travestis e transexuais no mercado formal de trabalho faz com que essas pessoas busquem outros meios para garantir a sobrevivência, como por exemplo, o serviço público através de concursos, visando reduzir os riscos de futuras demissões (ALMEIDA et. al., 2014, p. 195).

Os autores acrescentam que a baixa escolaridade somada ao nome de batismo nos documentos, a aparência, dentre outros fatores, dificulta ainda mais o acesso desses indivíduos nos postos de trabalho. Diante desse cenário, muitas recorrem à prostituição como mostra o levantamento feito pela ANTRA presente no relatório dos assassinatos de travestis e transexuais do ano de 2017. A associação estima que 90% das travestis e transexuais do país utilizam a prostituição como fonte de renda e subsistência, pois a inserção no mercado formal de trabalho mostra-se de difícil acesso em decorrência da baixa qualificação/escolarização, conseqüências da exclusão familiar, escolar e social (ANTRA, 2017).

Tomando como referência a discussão sobre as discriminações e a construção subjetiva do sujeito, refletir sobre a construção da imagem própria torna-se essencial em meio a um cenário de preconceitos e discriminações. Se tratando da esfera individual-psicológica e dos marcadores sociais externos ao indivíduo, Rebeca constrói uma imagem de si própria. O relato da jovem com relação a isso apresenta retrospectivamente sua descoberta enquanto mulher transexual. A seguir, é mostrado um trecho de seu depoimento onde é descrito um pouco do processo de descobrimento de si mesma:

Até então eu não sabia que podia fazer essa mudança de homem pra mulher [...] Eu não sabia que podia mudar nome também, até então eu não me importava em ser chamada pelo nome masculino. Me sentia feminina mais eu não me importava, não tinha uma aparência tão feminina como eu tenho hoje, eu sempre fui aquela coisa ‘andrógena’. Eu lembro que nessa fase [...] eu tinha o cabelo curtinho, um rapaz me chamou de: ‘Quem é essa tua filha?’. Falou pra mim, falou pra mãe, tava perguntando se essa era tua filha. Ela falou assim: ‘Não, é meu filho’. Até então eu não me importava e aquilo eu me senti bem. Ele me chamou no feminino, eu gostei daquilo [...] No tempo que eu estudava eu queria entrar no banheiro das meninas e os meninos ficavam enchendo o saco: ‘Tu tem que entrar aqui!’. Eu falei assim: ‘Não, esse banheiro aqui não é o que tá escrito masculino, eu tenho que entrar aqui porque minha mente dizia que era ali, eu tinha que tá ali no feminino’. Mas sobre eu ter uma mente feminina e o corpo masculino, pra mim foi assim horrível. Eu sempre fui assim meio feminina desde pequena. Muita gente falou assim, tinha o rosto de menina, mas tinha o corpo assim masculino (REBECA).

A fase descrita por Rebeca refere-se à sua infância, onde a compreensão sobre o mundo a sua volta, bem como seu sexo, imagem e gênero estavam em intensa formação. Ela ainda não tinha conhecimento da transição de gênero, talvez porque a preponderância discursiva da lógica pênis/homem e vagina/mulher esteve presente em sua vida desde o princípio, esgotando as possibilidades de pensar o gênero na sua pluralidade. Contudo, já se sentia feminina e gostava de ser tratada como uma menina, embora não se importava com o fato de ser constantemente tratada no masculino.

O fato de ser reconhecida pelo gênero oposto ao seu sexo proporciona uma satisfação a Rebeca, como expressa nessa frase “ele me chamou no feminino, eu gostei daquilo”. Percebo que uma noção de feminilidade estava se concretizando, reforçando o que Alcântara diz sobre a relação do “eu” com o “outro” no processo de construção identitária. A partir dessa relação, a jovem identifica-se com elementos socialmente reconhecidos como pertencentes ao gênero feminino, sendo eles significativos no processo de construção da sua identidade. Para Ceccarelli (2014), ninguém nasce sexuado, pois, a base de nossa subjetividade está sustentada na relação com o “outro” e é com isso que o sentimento de pertencimento a um determinado sexo e gênero faz-se presente em nosso discurso.

Nesse sentido, se reconhecer como menino ou menina mediante a diferença dos sexos mostra o que o autor chama de “identidade sexuada” (CECCARELLI, 2014, p. 54). O autor prossegue dizendo que as construções identitárias no que concerne a identificação do indivíduo como menino ou menina se difere das identificações secundárias referentes ao sentimento de masculinidade e feminilidade. Essas identificações secundárias seriam fruto das representações sociais dos indivíduos, apresentando-se como responsável pela construção da própria imagem diante do espelho. Esse raciocínio de Ceccarelli (2014) traduz bem o trecho da fala da jovem: “Eu sempre fui assim feminina, tinha o rosto de menina”.

Rebeca ao descrever sua imagem se remete para o início da sua transição de gênero quando possuía alguns traços femininos e outros nem tanto. Todavia, o ponto a ser problematizado em sua narrativa diz respeito à ênfase dada ao fato de possuir uma mente feminina “Minha mente dizia que era ali, eu tinha que tá ali no banheiro feminino”. Tendo isso em vista, o desafio agora é pensar na complexidade que é descrever uma mente feminina face aos caracteres corpóreos do gênero oposto. Assim, estamos diante de um antagonismo subjetivo entre gênero e sexo, sobretudo, de um indicador da construção identitária de uma pessoa transexual.

É importante assinalar que em alguns casos a descoberta da experiência transexual não se dá de forma repentina. Rebeca, por exemplo, inicia a formação de suas bases subjetivas na medida em que nas relações sociais identificava-se com determinadas características femininas e assim peça por peça sua identidade como um processo contínuo estruturava-se. A seguir será analisada a fase de vida da entrevistada referente ao momento em que ela conhece a história de vida de outras mulheres trans e a partir disso percebe que compartilham entre si experiências muito semelhantes. Quando a jovem consegue identificar semelhanças em outras histórias de vida, surge o interesse em aprofundar-se mais sobre o assunto até chegar à conclusão de que é uma mulher transexual:

Com os meus 17 anos que eu falei: ‘Mãe, eu sou trans’. Com meus 15 eu conheci aquela trans chamada ‘Thalita Zampirolli’. Eu fui escutando a história dela, ela falando de como ela se sentia; de como ela se via de pequena; que não era satisfeita com o corpo dela; que com os 14 anos ela se olhava no espelho e tinha o órgão genital masculino e não gostava. Aquilo foi se identificando comigo e eu fui pesquisar o que era o assunto, fui ler sobre o assunto e foi daí que eu percebi que eu era realmente trans, foi aí que eu me descobri trans, [...] mas fiquei dos 15 aos 16 ainda querendo entender o que era aquilo. Eu tipo assim... Pra mim foi importante porque eu ainda estava confusa com aquilo tudo, estava pesquisando ainda, estava lendo o quê que era aquilo, eu estava já mudando de... O corpo já estava se formando, mas tinha aquele pequeno detalhe lá [...] Então foi uma fase assim de descoberta, eu descobri muita coisa. [...] Aos 17 já estava por dentro de tudo, por dentro da cirurgia, por dentro da mudança de nome. Foi o tempo que eu comecei já me importar por eles me chamarem no masculino. Já estava começado a nascerem seios, [...] criando quadril. Minha voz sempre foi fina, nunca tive esse problema com voz, eu vivia aquela coisa assim feminina, nem tão feminina porque aquele ‘detalhe’ quebrava o encanto todo (REBECA).

Nesse discurso, percebo que a construção subjetiva da imagem que Rebeca tem de si mesma incluiu nesse processo a descoberta de sua transexualidade, de como se via diante do espelho, como desenhava discursivamente sua aparência, trejeitos, comportamentos e etc. Mais uma vez, a relação com o outro na construção subjetiva e identitária dos indivíduos

expressa-se como elemento decisivo, pois através da história de vida de outras mulheres transexuais, a entrevistada encontrou sentido para os conflitos entre o seu gênero e sexo.

A jovem descreve suas características corporais exaltando os traços femininos como a voz, o nascimento de seios, quadril e o rosto. Para ela, estes parecem ser atributos essenciais na construção/reprodução social da figura da mulher. Não obstante, se tratando da sua experiência em particular, essa figura é comprometida pelo órgão genital masculino tido como algo desarmonioso no que tange a imagem que possui de si mesma, pois segundo ela “esse detalhe quebra todo o encanto”. Assim, o conflito entre “o que eu sinto” e “o que a minha imagem própria revela para mim” mostra-se como outro importante elemento na experiência transexual para se pensar na construção subjetiva do sujeito e de sua imagem própria.

Butler (2003), analisando Aretha Franklin, afirma com base na autora que “uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário” (BUTLER, 2003, p. 45). Considerando a fala da autora, compreende-se que na experiência transexual construir uma imagem própria de si representa uma tarefa conflituosa, uma vez que o gênero e o sexo mostram-se antagônicos para muitos/as, isto é, incoerentes com a identidade de gênero esperada/desejada.

Nesse sentido, refletindo sobre os encontros e desencontros que conduziram a breve discussão sobre a imagem própria de Rebeca depreende-se, dentre outras coisas, que de fato o social está em nós. Penso que denunciar caracteres anatômicos como abjetos ao mesmo tempo em que se exalta a feminilidade em virtude do sentimento de possuir uma mente feminina, nos leva a indagar: Como descrever uma mente feminina diante das representações sociais binárias do gênero nas quais a experiência transexual mostra ser uma suposta identidade transgressora? Antes de nos arriscar a oferecer qualquer tipo de resposta a uma pergunta de cunho subjetivo visando compreender a imagem que Rebeca tem de si mesma, nos ponderemos a analisar os riscos em pensar a subjetividade sob uma visão simplista que reduz os indivíduos ao sexo, sexualidade e gênero conforme indica Junior e Uziel (2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão desenvolvida ao longo dessa pesquisa chego às conclusões adquiridas por meio da proposta inicial de analisar o processo de construção identitária de uma mulher transexual grajauense. Ressalto de antemão, a problemática desafiadora que é analisar a subjetividade e identidade de uma pessoa para refletir sobre os problemas sociais que envolvem a pluralidade de gênero e sexual em uma perspectiva sociológica. As discussões que pautaram os saberes religiosos, médicos e sociológicos serviram de base para que uma relação entre essa tríade fosse estabelecida com o intuito de analisar os aspectos históricos, culturais e sociais mais marcantes na vida da entrevistada, bem como a importância deles na construção da identidade.

Nesse sentido, a história de vida de Rebeca foi fundamental para que essa pesquisa fosse iniciada e finalizada. Além disso, contribuiu para que as discussões relacionadas à população LGBT e em específico a pessoas transexuais adentrassem a Universidade Federal do Maranhão campus de Grajaú. Cito o campus por acreditar que devido os cursos de licenciatura integrantes dessa instituição priorizarem a formação docente, vejo a necessidade da abordagem de temas relacionados à diversidade, visto que a cidade de Grajaú possui uma rica diversidade como aponta Alcântara (2015). Portanto, para que tal diversidade seja trabalhada em sala de aula de forma adequada é imprescindível que essa formação docente ofereça a inclusão da diversidade no âmbito acadêmico.

Nesse contexto, a narrativa da entrevistada foi de suma importância para a compreensão da experiência transexual, sobretudo, do machismo, preconceitos e discriminações existentes na sociedade. Através de seus relatos e da bibliografia trabalhada, foi possível perceber que a construção subjetiva e identitária dos indivíduos é atravessada pelo contexto social, uma vez que a relação com o corpo, a idealização de mulher, imagem própria dentre outras categorias analisadas sugerem que a influência da sociedade é um elemento intrínseco nesse processo.

A partir dos preconceitos e discriminações denunciados por Rebeca, identificou-se a atuação de ações opressivas contra a transexualidade. Assinala-se que essas opressões não representam uma peculiaridade de sua identidade, mas uma amostragem da reprodução dessas ações contra todas/os aquelas/es que fazem parte dos grupos historicamente inferiorizados (Mulheres, negros, povos indígenas, pessoas com deficiência e LGBT's), pois, não correspondem ao “modelo ideal de sujeito normal” (ALCÂNTARA, 2015, p. 171). Sabendo que essas repressões são compartilhadas por indivíduos que se diferenciam por diversos

marcadores sociais, como por exemplo, raça, classe social, religião, gênero, sexo, dentre outros, pensamos então na diversidade dos indivíduos.

Se tratando da ideia de uma possível identidade transexual, com base na história de vida da entrevistada noto que ela também possui uma diversidade de marcadores sociais que são comuns no processo de construção identitária de todas as pessoas. Dessa forma, considerando que cada indivíduo possui um leque de identificações externas que fazem parte de sua construção, pode-se dizer que definir uma identidade transexual que inclua todas as pessoas trans tende a ser uma espécie de generalização falha, e que assim como o padrão binário de gênero, inclina-se conseqüentemente para a exclusão de todas as outras pessoas trans que não correspondem com a identidade transexual universal.

Assim, a/o transexual universal criada/o outrora pela patologização do saber médico denota uma regulamentação das expressões identitárias, pois, diante do que foi analisado no decorrer da pesquisa não poderia eu chegar a uma conclusão que não fosse ao encontro da multiplicidade que é o gênero e em geral a composição subjetiva dos sujeitos. Com isso, retomo as reflexões de Bento (2006) ao chegar à conclusão da inexistência de uma identidade transexual e sim “posições identitárias” no sentido provisório do termo. Para a autora, as posições identitárias são organizadas através de redes de identificações efetivadas por meio de negações e afirmações embasadas nas representações sociais de homem e de mulher (BENTO, 2006, p. 201).

No caso de Rebeca, identifiquei através de seus relatos o conflito preponderante entre a mente e sua genitália, porém, não significa dizer que todas as pessoas transexuais necessariamente vivenciam esse conflito. Outra característica que me chamou a atenção diz respeito ao fato dela não sentir desejo em ter seios consideravelmente grandes. Sabe-se que algumas travestis e transexuais recorrem a próteses de silicone ou aplicações de silicone líquido para aumentarem o tamanho do busto, já Rebeca em todas as nossas conversas indicou satisfação quanto ao tamanho de seus seios que são quase imperceptíveis quando se usa roupas mais largas. Suas mudanças corporais aconteceram e continuam acontecendo em decorrência do uso intensivo de hormônios; a jovem também afirma não ter o desejo de recorrer ao uso de silicone para modelar seu corpo, método que é comum entre pessoas trans.

As dificuldades vivenciadas pela entrevistada evidenciam que longe de uma essência transexual que sustente a ideia de uma suposta identidade coletiva, traços comuns nas subjetividades de pessoas trans como o preconceito e a discriminação propiciam a criação de laços de cumplicidade e de solidariedade como aponta Bento (2006). Utilizo as peculiaridades na experiência transexual de Rebeca para problematizar o discurso da/o “verdadeira/o

transexual”. Este, por sua vez, não representa a realidade das pessoas trans, pois, não consegue abarcar as “transexualidades” de todos os indivíduos.

Buscar compreender como se dá o processo de construção subjetiva e identitária de um indivíduo necessitou que um longo caminho fosse percorrido. A tarefa não se resumiu apenas em ouvir e analisar alguns relatos do sujeito pesquisado, mas sim adentrar em um universo onde as possibilidades de ‘ser’ são diversas e estão em constante movimento. Não coube a mim nessa pesquisa classificar sujeitos como pertencentes à determinada categoria da qual não poderia se desvincular. Posto a ideia de “identidade nômade” de Swain (2005), procurei conduzir a pesquisa no sentido de desviar-me de quaisquer análises simplistas sobre as categorias de identidade, subjetividade, gênero, sexo e sexualidade.

Assumir o desafio de procurar não resumir a existência dos indivíduos ao gênero ou sexo, ou qualquer outro marcador constituinte da identidade do sujeito colocou-me frente aos riscos reais de oferecer análises não tão aprofundadas sobre a construção do sujeito ou centralizar-me a um único marcador. As discussões desenvolvidas objetivaram oferecer dentre outras coisas uma compreensão sobre a transexualidade, assim como o processo de identificação de determinado sujeito com tal conceito.

Nesse sentido, as análises das diferentes categorias como família, escola, relacionamentos, preconceitos e outras mais, serviram de indicadores no que tange a diversidade constituinte de cada pessoa, uma vez que, a experiência transexual não se resume apenas no conflito entre mente e sexo, assim como também um indivíduo não se resume a um determinado marcador social. Em suma, busquei enfatizar que a subjetividade e identidade das pessoas são marcadas por diferentes elementos internos e externos a cada indivíduo, e é a partir deles que o sujeito passa a se firmar como uma “forma” ou como “outra” utilizando-se estrategicamente de tais elementos para lidar com as relações de poder.

Finalizo as considerações me reportando ao espaço social destinado as travestis e transexuais. Tratar do gênero dentro do processo de subjetivação e identitário desses indivíduos é ao mesmo tempo abordar as violências impostas a essa população que denuncia o gênero como binário e mostra outras formas de ser e de estar no mundo. Sendo assim, mais do que discorrer sobre as vivências de pessoas trans cujas histórias são marcadas pelas exclusões, violências, abandonos e conflitos, falar da transexualidade e da população LGBT representa um ato político pela valorização da (re) existência de uma das populações que mais sofre pelo simples motivo de ser quem realmente são.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, R. L. S. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú – MA. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

ALMEIDA, G.; PILAR, A.; GEBRATH, Z. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas transexuais. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 187-200.

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Relatório mapa dos assassinatos 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

BENTO, B. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades**, Natal, v. 03, n. 04, p. 95-112, 2009.

_____. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, Santa Catarina, v. 02, n. 01 (3), p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1998.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Processo Transexualizador no SUS**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 24 maio 2018.

_____. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mais de 1,4 mil travestis e transexuais já solicitaram a inclusão do nome social no título de eleitor**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/mais-de-1-4-mil-travestis-e->

[transexuais-pedem-a-inclusao-do-nome-social-no-titulo-de-eleitor](#)>. Acesso em: 24 maio 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. O “armário trans”: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 241-254.

CECARELLI, P. Inquilino do próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 53-64.

COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e de contexto. In: _____. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13-23.

COLLING, L.; SANT’ANA, T. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 255-266.

COSTA, L. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Org.). **Educação e contemporaneidade**: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 356-371.

FISCHER, R. Foucault e análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio Grande do Sul, n. 114, p. 197-223, 2001.

IBGE. **Cidades**: Grajaú. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Governo assegura o uso de nome social de travestis e transexuais em registros escolares**. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/educacao/governo-assegura-o-uso-nome-social-de-travestis-e-transexuais-em-registros-escolares>>. Acesso em: 23 maio 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Relatórios 2017**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 11, n. 02, p. 08-19, 2010.

_____. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, jan. 2013.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PITANGA, C. Corpo, beleza e feminilidade: marcações de gênero no discurso publicitário. In: SOUSA, S. M. N.; SILVA, A. A. P. (Org.). **Fazendo e desfazendo gêneros**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 83-104.

PRATES, A. A Redução de Danos aplicada ao uso de silicone líquido e hormônios. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-132.

SAMPAIO, J. Sociabilidades entre travestis em São Luís. In: SOUSA, S. M. N.; SILVA, A. A. P. (Org.). **Fazendo e desfazendo gêneros**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 29-48.

SANTOS, A. Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 79-100.

SANTOS, M. C. B. et al. Processo transexualizador no Rio de Janeiro: considerações introdutórias a partir do olhar do serviço social. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 157-174.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista: Educ. e Realid.**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71-99, 1995.

SILVA, A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 25-35, 2007.

SOUSA, S. Produções do gênero e de certas abjeções: entre “normais” e “anormais”, “deuses e monstros”, há muito mais coisas além daquelas que a nossa ciência “da verdade” pode explicar. In: SOUSA, S. M. N.; SILVA, A. A. P. (Org.). **Fazendo e desfazendo gêneros**. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 11-28.

SPINDOLA, T. SANTOS, R. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 119-126, 2003.

SWAIN, T. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; NETO, A. V. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 325-336.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Transgender Day of Visibility 2016 – Trans Murder Monitoring Update**. Disponível em: <<https://transrespect.org/es/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

VIEIRA, T. Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 211-224.

ZAMBRANO, E. “**Nós também somos família**”: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE 01 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS DE GRAJAÚ LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar de minha pesquisa. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade transexual no contexto de Grajaú. Tem como justificativa a necessidade de se compreender os discursos dos sujeitos envolvidos, a fim de se pensar estratégias de promoção de uma vida social de respeito às diversas orientações sexuais e pensar relações de gênero mais equânimes.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Grajaú, _____ de _____ de 2018

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE 02 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS DE GRAJAÚ LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

- Fale-me sobre você, partindo de sua infância.
- Sua percepção sobre como a cidade representa socialmente sua pessoa.
- Laços amorosos/vida afetiva.
- Sua aceitação/construção.
- Aceitação da família.
- Sua relação com o seu corpo.
- A cirurgia.
- Como você lida com a opinião dos outros.
- Sua retração na família, escola e nas relações sociais no geral.
- Ser mulher em Grajaú/Como ser.
- Violência física e/ou psicológica.
- A escola.
- Como seria uma cidade ideal para você enquanto uma mulher transexual.
- Orientação sexual e o que você pensa sobre gênero.
- O que você acha que as outras pessoas acham de você.
- Militância LGBT em Grajaú.
- Contribuição de outras trans para sua vida/construção.